

LUÍS F. M. LIMA SANTOS

## FLUXOS DE CAIXA

A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E A PREVENÇÃO DA INSOLVÊNCIA

UNIVERSIDADE ABERTA

LISBOA

SETEMBRO DE 1996

## FLUXOS DE CAIXA

A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E A PREVENÇÃO DA INSOLVÊNCIA

LUÍS F. M. LIMA SANTOS

## FLUXOS DE CAIXA

A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E A PREVENÇÃO DA INSOLVÊNCIA

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE  
MESTRE EM CONTABILIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS,  
SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR DOMINGOS DA SILVA CRAVO

UNIVERSIDADE ABERTA

LISBOA

SETEMBRO DE 1996

DEDICO A DISSERTAÇÃO À ANA, AO HUGO E À INÊS

## AGRADECIMENTOS

Deixo aqui o meu reconhecimento e gratidão a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para esta dissertação:

Aos meus pais, Iolanda e Nelson, pela vossa sabedoria e humildade, principal esteio da minha formação académica e profissional.

Ao Professor Domingos da Silva Cravo, cuja capacidade crítica e visão pertinente da contabilidade permitiu uma orientação sábia e motivadora.

À Universidade Fernando Pessoa, pelo subsídio atribuído para custear esta dissertação; às reitorias das Universidades e aos conselhos directivos dos Institutos Superiores envolvidos, aos excelentes professores do mestrado, pelos seus ensinamentos, aos funcionários do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro e à bibliotecária da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, pela disponibilidade e apoio na investigação; à Associação Portuguesa de Contabilistas, em especial ao presidente Dr. Alfredo Portocarrero, pelo apoio prestado no inquérito.

À família, aos amigos e a todos os anónimos que, além de acreditarem neste trabalho, me apoiaram incondicionalmente.

A todos muito obrigado!

## RESUMO

O objectivo central desta dissertação consiste em evidenciar a necessidade e a utilidade de uma estrutura conceptual para a contabilidade em que os fluxos de caixa assumam importância capital; é o ponto de partida para demonstrar que a base de caixa encerra um poder informativo superior para a avaliação do desempenho e para a prevenção da insolvência.

Os métodos utilizados foram a consulta de bibliografia especializada, a realização de um inquérito, a simulação de dois casos e o aproveitamento da nossa experiência.

Após o enquadramento com o objectivo central, abordámos de uma forma associada o fundo de maneiio, os fluxos de fundos e os fluxos de caixa; os ensaios em torno da avaliação do desempenho e da prevenção da insolvência foram ilustrados com a realização de um inquérito que permitiu a percepção da sensibilidade dos peritos contabilistas para o tema da dissertação; a simulação dos casos práticos tentou alicerçar as nossas convicções sobre a simbiose entre os fluxos de caixa e outras variáveis, na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência.

Em sentido oposto a orientações diversas concluímos que a demonstração dos fluxos de caixa, ao traduzir as assimetrias entre o resultado líquido e as variações de dinheiro, permite ao utilizador, um potencial informativo na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência.

**A B S T R A C T**

The main objective of this dissertation is to demonstrate the need and the usefulness of a conceptual structure for accounting, where cash flow can assume a vital importance; it is the starting point for proving that the cash base contains great powers of information for evaluating performance and preventing insolvency.

The methods we used were the search of a specialised bibliography, carrying out an investigation, two simulated case studies, and making use of our experience.

After setting it in the context of the main objective, we started, as an associated exercise, with the net current assets, the flow of funds and the cash flows; the studies of performance evaluation and the prevention of insolvency were illustrated by carrying out an investigation, which allowed an insight into the accountancy expert's sensitivity towards the theme of the dissertation; the simulation of the practical cases tried to base our beliefs about the symbiosis between the cash flow and other variables on the evaluation of performance and the prevention of the insolvency.

Contrary to various guidelines, we concluded that the accounting of cash flows, expressing the imbalances between net profit and money variations, offer the user an information potential for the evaluation of performance and the prevention of insolvency.

**RESUMÉ**

L'objectif principal de cette étude est de mettre en évidence la nécessité et l'utilité d'une structure conceptuelle pour la comptabilité où les cash-flows prennent une importance capitale. C'est le point de départ pour démontrer que la base de caisse représente une source d'informations supérieure pour l'appréciation de la performance et pour la prévention l'insolvabilité.

Les méthodes utilisées ont été la consultation d'une bibliographie spécialisée, la réalisation d'une enquête, la simulation de deux cas et la mise à profit de notre propre expérience.

Après avoir cerné l'objectif principal, nous avons abordé, conjointement, l'actif circulant net, les flux de fonds et les cash-flows. Les essais concernant l'appréciation de la performance et la prévention de l'insolvabilité ont été illustrés par la réalisation d'une enquête qui a permis d'apprécier la sensibilité des experts comptables vis à vis du thème de cette étude. La simulation des cas pratiques a eu pour but de consolider nos convictions sur la symbiose entre les cash-flows et d'autres variables, dans l'appréciation de la performance et la prévention de l'insolvabilité.

Contrairement à diverses orientations, nous concluons que la démonstration sur les cash-flows, où apparaissent les asymétries entre le résultat liquide et les variations d'argent, donne à l'utilisateur une source d'informations sur l'évaluation de la performance et la prévention de l'insolvabilité.

ÍNDICE

Agradecimentos	V
Resumo	VI
<i>Abstract</i>	VII
<i>Resumé</i>	VIII
Índice	IX
Lista de abreviaturas utilizadas	XIII
Prefácio	XIV
Preâmbulo	XV
<b>Introdução</b>	1
<b>Capítulo I - A utilidade de uma estrutura conceptual</b>	9
1.1) Razões de ordem geral	10
1.2) A estrutura conceptual do IASC	13
1.2.1) Apresentação	15
1.2.2) O objectivo das demonstrações contabilísticas	18
1.2.2.1) Informar acerca da posição financeira	18
1.2.2.2) Informar acerca do desempenho	19
1.2.2.3) Informar acerca das alterações na posição financeira	19
1.2.2.4) Inter-relacionamento	20
1.2.3) Pressupostos subjacentes	21
1.2.3.1) Regime do acréscimo	21
1.2.3.2) Empresa em continuidade	21
1.2.4) Características qualitativas das demonstrações contabilísticas	22
1.2.4.1) Comparabilidade	22
1.2.4.2) Compreensibilidade	23
1.2.4.3) Fiabilidade	23
1.2.4.4) Relevância	24

1.2.4.5) Restrição 1: tempestividade	24
1.2.4.6) Restrição 2: custo vs benefício	25
1.2.4.7) Restrição 3: balanceamento	25
1.2.4.8) Restrição 4: imagem verdadeira e apropriada	25
1.2.5) Elementos das demonstrações contabilísticas	26
1.2.5.1) Relacionados com a posição financeira	26
1.2.5.1.1) Activos	27
1.2.5.1.2) Passivos	29
1.2.5.1.3) Capital próprio	30
1.2.5.2) Relacionados com o desempenho	30
1.2.5.2.1) Proveitos	32
1.2.5.2.2) Custos	32
1.2.5.3) Ajustamentos de manutenção do capital	33
1.2.6) Reconhecimento dos elementos das demonstrações contabilísticas	33
1.2.6.1) A probabilidade de benefícios económicos futuros	34
1.2.6.2) Fiabilidade da valorimetria	34
1.2.6.3) Reconhecimento de activos	35
1.2.6.4) Reconhecimento de passivos	35
1.2.6.5) Reconhecimento de proveitos	35
1.2.6.6) Reconhecimento de custos	36
1.2.7) Valorimetria dos elementos das demonstrações contabilísticas	37
1.2.8) Conceitos de capital e de manutenção de capital	39
1.2.8.1) Conceitos de capital	39
1.2.8.2) Conceitos de manutenção do capital e o lucro	40
1.2.9) Apreciação	42
1.2.9.1) A questão da avaliação do desempenho	44
1.2.9.2) Fluxos de caixa: alternativa aos fluxos de fundos?	44
1.2.9.3) O confronto das bases: acréscimo vs caixa	45
1.2.9.4) Aspectos operacionais	47

<b>Capítulo II - O fundo de manei</b>	50
2.1) Análise conceptual	51
2.2) Diversidade de acepções	56
2.3) As ópticas: do capital circulante e do capital fixo	57
2.4) As causas das variações do fundo de manei	58
2.5) A dinâmica do fundo de manei	62
2.6) O equilíbrio do fundo de manei	63
<b>Capítulo III - As demonstrações dos fluxos de fundos</b>	67
3.1) Os fluxos de fundos e o fundo de manei	68
3.2) A demonstração das variações dos fundos circulantes	70
3.3) A demonstração da origem e da aplicação de fundos	73
3.4) Outros horizontes na apresentação dos fluxos de fundos	78
3.5) Aproximações entre os fluxos de fundos e os fluxos de caixa	84
<b>Capítulo IV - Os fluxos de caixa</b>	87
4.1) Considerações	88
4.2) Multiplicidade conceptual	92
4.3) A controvérsia: resultado líquido vs fluxos de caixa	95
4.4) Reflexões em torno da utilidade	101
4.5) A demonstração dos fluxos de caixa	105
4.5.1) Etimologia	105
4.5.2) A escolha do modelo	107
4.5.3) O relato por actividades	108
4.5.4) Os métodos de apresentação	110
4.5.5) Tratamento específico de algumas situações	119
4.5.5.1) Recebimentos e pagamentos numa base líquida	120
4.5.5.2) Moeda estrangeira	122
4.5.5.3) Rubricas extraordinárias	123
4.5.5.4) Juros e dividendos	124

4.5.5.5) Imposto sobre o rendimento	125
4.5.5.6) Investimentos em "opções empresariais"	126
4.5.5.7) Aquisições e alienações de actividades empresariais	127
4.5.5.8) Operações que não envolvam movimentos de caixa	128
4.5.5.9) Componentes de caixa e equivalentes a caixa	129
4.5.5.10) Outras informações	130
<b>Capítulo V - A avaliação do desempenho e a prevenção da insolvência</b>	<b>133</b>
5.1) Avaliar o desempenho, o que é?	133
5.2) A dinâmica dos negócios	134
5.3) Os fluxos de caixa como modelo de avaliação do desempenho	138
5.4) A insolvência é uma doença?	142
5.5) Mais vale prevenir...	144
<b>Capítulo VI - Conclusões gerais</b>	<b>147</b>
<b>Apêndice I - Inquérito</b>	<b>152</b>
<b>Apêndice II - Caso 1 - Sociedade Comercial Alfa</b>	<b>181</b>
<b>Caso 2 - Sociedade Industrial Beta</b>	<b>191</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>201</b>

LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS

- AAF - *Accounting Advisory Forum*
- AICPA - *American Institute of Certified Public Accountants*
- APB - *Accounting Principles Board*
- CMVM - *Comissão do Mercado de Valores Mobiliários*
- CNC - *Comissão de Normalização Contabilística*
- CROC - *Câmara dos Revisores Oficiais de Contas*
- FASB - *Financial Accounting Standard Board*
- FEE - *Fédération des Experts Comptables Européens*
- IASC - *International Accounting Standard Committee*
- UE - *União Europeia*

## PREFÁCIO

Estas despretensiosas palavras dedico-as a prefaciá-la esta dissertação do candidato a Mestre, Luís Lima Santos, amigo e trabalhador nas áreas intelectuais da Contabilidade.

O tema exposto vem demonstrar teses, por alguns consideradas primárias, em como os fluxos de caixa, em conjunto com outras informações, indiciam o "estado de saúde" das empresas.

Infelizmente, admito ter-se perdido um pouco esta medida que em certos momentos presta uma informação importante ao empresário nos tempos difíceis que a maioria das empresas atravessam.

Prevenir a insolvência é um estado natural, tal como cada um de nós, seres humanos, procura fugir dos focos infecciosos causadores de doenças, por vezes fatais.

O autor através do trabalho apresentado sensibiliza-nos para a importância dos conceitos que demonstram quão relevantes são os referidos fluxos.

ALFREDO PORTOCARRERO

## PREÂMBULO

«Toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria. Só os espíritos superficiais desligam a teoria da prática, não olhando a que a teoria não é senão uma teoria da prática, e a prática não é senão a prática de uma teoria. Quem não sabe nada dum assunto, e consegue alguma coisa nele por sorte ou acaso, chama "teórico" a quem sabe mais, e, por igual acaso, consegue menos. Quem sabe, mas não sabe aplicar, - isto é, quem afinal não sabe, porque não saber aplicar é uma maneira de não saber - tem rancor a quem aplica por instinto, isto é, sem saber que realmente sabe. Mas, em ambos os casos, para o homem são de espírito e equilibrado de inteligência, há uma separação abusiva. Na vida superior a teoria e a prática completam-se. Foram feitas uma para a outra.»<sup>1</sup>

São vários os motivos que, do nosso ponto de vista, justificam investigação subordinada ao tema "fluxos de caixa". Além de insuficientes referências bibliográficas nacionais, a novidade e a actualidade do tema, o confronto entre dois pressupostos subjacentes à preparação e apresentação das

---

• <sup>1</sup> Fernando Pessoa, (1926: 75)

demonstrações contabilísticas, são argumentos preponderantes para a elaboração da dissertação.

O facto de defendermos que a avaliação do desempenho das entidades económicas é mensurável, em termos absolutos ou relativos, pela demonstração do comportamento de variáveis como os fluxos de caixa, a flexibilidade financeira, os fluxos de fundos, a liquidez, a solvência, os resultados, a rendibilidade, a economicidade, a produtividade e o património, implicou uma análise crítica da estrutura conceptual do IASC.

O inquérito e os casos apresentados<sup>2</sup> pretendem constituir um suporte informativo que permita ler acerca da percepção que os peritos contabilistas têm da avaliação do desempenho através dos fluxos de caixa e da utilidade destes na prevenção da insolvência.

Entendemos, tal como Lopes de Sá<sup>3</sup>, que demonstrações financeiras é uma expressão inadequada que se dá para referir as demonstrações contabilísticas, em virtude da tradução do termo *financial statements* do idioma inglês.

«Seremos, quanto possa ser, concretos dentro da abstracção natural das teorias e das doutrinas.»<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> em apêndice

<sup>3</sup> (1993: 133-135)

<sup>4</sup> Fernando Pessoa (1926: 75)

# Introdução

## Introdução

Apresentar uma dissertação subordinada ao tema «fluxos de caixa - a avaliação do desempenho e a prevenção da insolvência», justifica o objectivo geral de pretender contribuir para a demonstração da importância daquela variável na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência, das entidades económicas.

São diversas as razões que motivaram à realização desta dissertação; todavia, por questões de ordem prática, apresentamos aquelas a que atribuímos maior relevância:

- a determinação do resultado líquido não fornece um indicador seguro da capacidade de gerar dinheiro, pois a contabilidade em regime de acréscimo é demasiado permeável face aos significativos fluxos de caixa das empresas;
- o tradicional conceito de capital não permite uma informação totalmente segura, na base de caixa, sobre a liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira da empresa;
- a demonstração dos fluxos de caixa representa uma mudança nas práticas de divulgação, da base do acréscimo para a base de caixa, em que são reconhecidas três categorias de fluxos: operacionais, de investimento e de financiamento;

- os documentos de prestação de contas não têm em conta a inflação, o que implica a procura de novas variáveis para avaliar o desempenho das empresas;
- a crescente necessidade de informação por parte dos interessados suscita novas abordagens contabilísticas ao tratamento de dados, o que constitui um incentivo na procura de novas soluções para problemas comuns inerentes à informação contabilística;
- o estudo da demonstração dos fluxos de caixa, inserido num contexto de utilidade, como elemento fundamental da informação contabilística contemporânea;
- a variável fluxos de caixa mostra-se mais fiável para os interessados na informação contabilística porque, tendo utilidade para a gestão, revela a capacidade da empresa para responder às necessidades de caixa operacionais, de investimento e de financiamento;
- o enunciar de soluções que permitam sistematizar a via do sucesso e denunciar erros de modo a evitar ou salvar situações de insucesso; e
- a teorização acerca da inclusão da demonstração dos fluxos de caixa na estrutura conceptual contabilística.

É, geralmente, aceite que as demonstrações contabilísticas proporcionam informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações; esta informação é obtida<sup>5</sup>, respectivamente, no balanço, na demonstração dos fluxos de caixa e na demonstração dos resultados.

Aquele suporte informativo permite avaliar a estrutura financeira, a liquidez, a solvência, a eficácia na utilização dos recursos económicos e a capacidade de gerar e utilizar dinheiro e equivalentes.

Em tempos, a informação proporcionada pelo balanço, pela demonstração dos resultados foi considerada suficiente. No entanto, como refere Pires Caiado<sup>6</sup>, a ausência de informação acerca da origem e da aplicação de fundos e de dinheiro motivou o AICPA a publicar, em 1961, um estudo de pesquisa contabilística intitulado «Análise dos fluxos de caixa e o mapa de origens e aplicações de fundos».

Aquele estudo serviu de base à opinião n.º 3, «O mapa das origens e aplicações de fundos», da autoria do APB, cuja aplicação não foi obrigatória até 1971, ano em que aquele organismo publicou a opinião n.º 19, «Mapa de alterações à posição financeira», que impunha um novo mapa contabilístico para eliminar as lacunas existentes entre o balanço, a

---

<sup>5</sup> de acordo com a estrutura conceptual do IASC

<sup>6</sup> (1993: 14-15)

demonstração dos resultados e a demonstração da aplicação dos resultados.

Em 1977, o IASC, aprovou a norma internacional de contabilidade n.º 7, «Demonstração das alterações na posição financeira».

Nos últimos anos, o crescente interesse dos utilizadores dos documentos de prestação de contas originou uma maior expectativa em torno dos fluxos de caixa; nestes termos, características qualitativas como a relevância, a fiabilidade, a comparabilidade e a utilidade dos documentos de prestação de contas foram determinantes para que o FASB elaborasse um memorando que resumia a importância dos fluxos de caixa e da liquidez e solvência financeira; foi o primeiro passo para o FASB aprovar, em 1987, a norma n.º 95, «Demonstração dos fluxos de caixa», que revogou a opinião n.º 19, do APB, a qual apresenta a informação numa base de caixa, o que constitui um avanço significativo na divulgação de informação contabilística. Em 1992, o IASC procedeu à revisão da norma internacional de contabilidade n.º 7, intitulando-a «Demonstrações de fluxos de caixa»; esta nova revisão entrou em vigor em 1994.

Na UE, em resposta a este interesse crescente, o AAF, criado no âmbito da XV Direcção Geral da UE, publicou, em Fevereiro de 1995, um documento de trabalho intitulado «Demonstrações dos fluxos de caixa» para análise e eventual aprovação da UE.

Em Portugal, o processo de divulgação da informação na base de caixa foi mais lento; com efeito, o Plano Oficial de Contabilidade aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro, destaca o «Mapa de origem e aplicação de fundos», cuja função é recolher as variações positivas e negativas resultantes da comparação entre dois balanços consecutivos.

Em consequência de ajustamentos às matérias contabilísticas, motivados pela 4.ª Directiva da UE, o Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, aprovou o Plano Oficial de Contabilidade actualmente em vigor, cujo capítulo 9, «Origem e aplicação de fundos», contém a «Demonstração das variações dos fundos circulantes» e a «Demonstração da origem e da aplicação de fundos»; esta última sofreu apenas ligeiras modificações, decorrentes das alterações verificadas no código das contas e da apresentação directa do fluxo líquido de fundos.

Entretanto, e como corolário do trabalho desenvolvido pela CNC, é aprovada em reunião do Conselho Geral de 7 de Julho de 1993 e publicada no Diário da República em 5 de Abril de 1994, a Directriz Contabilística n.º 14<sup>7</sup>, «Demonstração dos fluxos de caixa»; a informação baseada na comparação de dois momentos sucessivos passou a incluir uma análise assente nas variações de tesouraria e suas mutações (caixa e seus equivalentes) pelo que, o relato que incluía a demonstração dos fluxos de caixa mostra-se

---

<sup>7</sup> Existem indícios do forte interesse da CMVM na aprovação desta directriz, como é demonstrado pelo facto deste organismo, já em 17 de Dezembro de 1993, ter aprovado e publicado no Diário da República a mesma, em anexo ao Regulamento n.º 93/11.

mais adequado para a avaliação da flexibilidade financeira e da viabilidade das entidades económicas.

A exigência de um nível científico à contabilidade implicou investigação metódica, razão pela qual optamos por dividir a dissertação em seis capítulos:

- no primeiro capítulo, tentamos abordar a necessidade de uma estrutura conceptual para a contabilidade e apresentamos e criticamos a estrutura conceptual do IASC para a preparação e apresentação das demonstrações contabilísticas;
- no segundo capítulo, ensaiamos acerca da utilidade do fundo de maneio e da sua relação com o equilíbrio financeiro no curto prazo;
- no terceiro capítulo, analisamos as demonstrações dos fluxos de fundos e dissecamos a sua ligação com a demonstração dos fluxos de caixa;
- no quarto capítulo, estudamos a demonstração dos fluxos de caixa e procedemos à análise do tratamento específico de algumas situações;
- no quinto capítulo, defendemos a prevenção da insolvência e a avaliação do desempenho, através da análise da demonstração dos fluxos de caixa; e

- por último, o sexto capítulo, serve para o confronto das actuais orientações acerca dos fluxos de caixa com as conclusões da investigação efectuada e com as conclusões do inquérito.

Conscientes de que não era nossa intenção alcançar o paradigma perdido, esperamos ter dado um contributo para a compreensão de determinados fenómenos dentro das empresas, aos quais a contabilidade no regime do acréscimo não consegue dar explicação; acreditamos ter cooperado quanto à problematização da necessidade e da utilidade de uma estrutura conceptual para a contabilidade, em que a demonstração dos fluxos de caixa seja elemento relevante na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência.

# Capítulo I

## Capítulo I

### A utilidade de uma estrutura conceptual

#### 1.1) Razões de ordem geral

O subsistema de conceituação do sistema do planeamento contabilístico, orienta-nos até ao termo estrutura conceptual<sup>8</sup>.

Uma estrutura conceptual, orientada para a gestão no tempo e no espaço, deve obedecer a aspectos logismográficos e a objectivos logismológicos, pois ambos perspectivam a eficiência em termos técnicos; os primeiros quanto ao registo dos factos e à preparação da informação, os segundos quanto à formulação de princípios e teoremas relativos à análise da informação apresentada. Portanto, ainda que submetida a determinado modelo de planificação macrologismológica, a orientação da planificação micrologismológica deve ter em conta a individualidade da unidade económica.

Por outro lado, a diversidade de actividades económicas ilustra a permeabilidade da unificação quanto a erros de concepção.

Resta a normalização se a questão de obedecer a um plano universal se colocar relativamente a conceituações básicas.

---

<sup>8</sup> para a preparação e apresentação das demonstrações contabilísticas

Com o apoio do dicionário da autoria de Almeida Costa e de Sampaio e Melo, a abordagem lexicológica do termo "estrutura conceptual" remete-nos para as seguintes interpretações:

- estrutura<sup>9</sup>: «organização das diferentes partes de um todo» em que «as partes são dependentes do todo e, por conseguinte, solidárias umas das outras».
- conceptual<sup>10</sup>: «... diz respeito à concepção».

Podemos, então, entender que "estrutura conceptual" se afere a uma organização de conceitos e entendimentos que funcionam como um todo, em dependência do mesmo.

No entanto, querer saber mais sobre uma estrutura conceptual leva-nos à procura de uma definição dessa construção lógico-dedutiva; de acordo com Gabás Trigo<sup>11</sup> uma estrutura conceptual consiste numa:

*«... teoría contable de carácter general que plantea una estructuración lógico-deductiva del conocimiento contable y define una orientación básica para el organismo responsable de elaborar normas contables de obligado cumplimiento.».*

---

<sup>9</sup> (1982: 606)

<sup>10</sup> (1982: 349)

<sup>11</sup> (1991: 19)

Para Weygandt e Kieso<sup>12</sup>, a estrutura conceptual é como uma lei fundamental:

*«... a coherent system of interrelated objectives and fundamentals that can lead to consistent standards and that prescribes the nature, function, and limits of financial accounting and financial statements.»<sup>13</sup>*

O risco da utilização de demonstrações contabilísticas não comparáveis, alavancado por perigos potenciais (influências, interpretações erradas, inexactidões e incertezas), apontou a necessidade de desenvolver a harmonização. Neste aspecto, a síntese da posição do FASB, elaborada por Tua Pereda<sup>14</sup>, vem sublinhar a utilidade da estrutura conceptual:

- *«Servir de guía para el establecimiento de normas contables.*
- *Orientar a los usuarios en la aplicación de dichas normas.*
- *Constituirse en punto de referencia para la resolución de cuestiones específicas en ausencia de normas concretas.*

---

<sup>12</sup> (1992: 32)

<sup>13</sup> FASB Discussion Memorandum: "Conceptual framework for financial accounting and reporting: elements of financial statements and their measurement"

<sup>14</sup> (1996: 23)

- *Fijar los límites de discrecionalidad en la confección de estados financieros.*
- *Aumentar el conocimiento y confianza de los usuarios en los estados financieros.*
- *Potenciar su comparabilidad.»*

A estrutura conceptual para a contabilidade será importante em função das vantagens que os utilizadores perceberem.

De facto, na opinião de Domingos Cravo<sup>15</sup>, a importância da contabilidade é função da utilidade que esta tem para os destinatários da informação, reconhecendo-se, por consequência, a importância dos utilizadores na configuração do modelo contabilístico; são os alicerces do paradigma da utilidade.

## 1.2) A estrutura conceptual do IASC<sup>16</sup>

A importância da informação é aferida pelo seu utilizador, real ou potencial. Em contabilidade, os utilizadores da informação preparada incluem os investidores actuais e potenciais, os credores, o governo, os colaboradores, os clientes e o público em geral; estes utilizadores têm necessidades comuns às quais as demonstrações contabilísticas procuram dar resposta.

---

<sup>15</sup> (1991: 311)

<sup>16</sup> neste ponto 2) avançamos com uma análise da estrutura conceptual do IASC para a preparação e apresentação das demonstrações contabilísticas, reservando para a parte final as nossas opiniões críticas.

Por outro lado, a diversidade das necessidades que se procuram na informação, provenientes de circunstâncias sócio-económicas e legais relativas a cada país, conduziram:

- a várias definições das classes das demonstrações contabilísticas;
- a diferentes critérios para o reconhecimento de elementos nas demonstrações contabilísticas; e
- a utilização de diferentes bases de mensuração.

Existe, por parte do IASC, um compromisso de reduzir estas diferenças quando tenta harmonizar regulamentações, normas contabilísticas e procedimentos relacionados com a preparação e apresentação das demonstrações contabilísticas.

O IASC admite que os utilizadores das demonstrações contabilísticas têm necessidades comuns de informação que seja útil na tomada de decisões económicas, tais como:

- comprar, deter ou vender um investimento em capitais próprios;
- avaliar a gestão, os patrimónios (quer direitos, quer obrigações) e os negócios;

- estipular lucros e dividendos;
- regulamentar a actividade empresarial; e
- determinar políticas de tributação e elaborar estatísticas do rendimento nacional.

A estrutura conceptual do IASC foi desenvolvida para ser aplicável a modelos contabilísticos e conceitos de capital e de manutenção de capital; no entanto, ainda que as demonstrações contabilísticas sejam preparadas em conformidade com um modelo de contabilidade baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal, o IASC crê que outros modelos (actualmente sem consenso) podem ser mais apropriados.

#### **1.2.1) Apresentação**

Não constituindo uma norma internacional de contabilidade, a estrutura conceptual do IASC não derroga qualquer norma internacional de contabilidade específica; em caso de conflito prevalecem os requisitos destas uma vez que o desenvolvimento e revisão das mesmas, será orientado pela estrutura conceptual.

As finalidades da estrutura conceptual do IASC são:

- apoiar a criação de futuras normas internacionais de contabilidade;
- apoiar a revisão de normas internacionais de contabilidade existentes;
- promover a harmonização, apoiar o desenvolvimento de normas nacionais e reduzir os tratamentos contabilísticos alternativos permitidos;
- ajudar na aplicação das normas internacionais de contabilidade;
- servir os auditores na formação da sua opinião; e
- ajudar os utilizadores na interpretação da informação contida nas demonstrações contabilísticas.

Informar acerca das alterações no património e acerca dos resultados é da responsabilidade dos órgãos de gestão pelo que, em regra, o relato financeiro inclui as seguintes demonstrações contabilísticas:

- balanço;
- demonstração dos resultados;

- demonstração dos fluxos de fundos;
- demonstração dos fluxos de caixa;
- notas e outras demonstrações explicativas;
- quadros suplementares e informação sobre segmentos industriais e geográficos; e
- divulgações acerca dos efeitos das variações de preços.

A estrutura conceptual trata:

- do objectivo das demonstrações contabilísticas;
- das características qualitativas que determinam a utilidade da informação nas demonstrações contabilísticas;
- da definição, do reconhecimento e da mensuração dos elementos das demonstrações contabilísticas; e
- dos conceitos de capital e de manutenção de capital.

### 1.2.2) O objectivo das demonstrações contabilísticas

As decisões económicas requerem a avaliação da capacidade, tempestividade e certeza da empresa de gerar dinheiro e equivalentes de dinheiro; nestes termos, o objectivo das demonstrações contabilísticas é o de proporcionar informação útil na tomada de decisões económicas acerca:

- da posição financeira;
- do desempenho; e
- das alterações na posição financeira.

#### 1.2.2.1) Informar acerca da posição financeira

A informação acerca da posição financeira, proporcionada num balanço, é afectada pela alternância dos recursos económicos controlados, pela estrutura financeira, pela liquidez, pela solvência e pela capacidade de adaptação às alterações do ambiente em que opera.

A informação acerca da alternância dos recursos económicos controlados serve para avaliar a capacidade futura de gerar caixa e equivalentes.

A informação acerca da estrutura financeira é útil para determinar a necessidade de fundos e o resultado da sua utilização e o modo como os lucros futuros e os fluxos de caixa serão distribuídos entre os detentores de interesses.

A informação acerca da liquidez reflecte a disponibilidade de dinheiro, com vista à satisfação de compromissos financeiros que se vencerem, no curto prazo.

A informação acerca da solvência reflecte a disponibilidade de dinheiro, com vista à satisfação de compromissos financeiros que se vencerem, nos médio e longo prazos.

#### **1.2.2.2) Informar acerca do desempenho**

A informação acerca do desempenho, proporcionada numa demonstração dos resultados, é importante para avaliar a lucrabilidade, isto é, a capacidade de gerar fluxos de caixa a partir dos recursos económicos controlados e para avaliar a eficácia na utilização de recursos económicos adicionais.

#### **1.2.2.3) Informar acerca das alterações na posição financeira**

A informação acerca das alterações na posição financeira, proporcionada numa demonstração separada, é importante para avaliar a capacidade de gerar e utilizar dinheiro e equivalentes

nas actividades operacionais, de financiamento e de investimento.

Aspecto que assume especial importância é que nesta estrutura conceptual não é especificada qualquer definição de fundos, sendo aferidos a "recursos financeiros", "capital circulante", "activos líquidos" ou "caixa".

#### **1.2.2.4) Inter-relacionamento**

O balanço, a demonstração dos resultados e a demonstração das alterações na posição financeira só alcançam os seus objectivos individuais se interrelacionados, uma vez que reflectem diferentes aspectos das mesmas operações ou outros acontecimentos.

As notas e os quadros suplementares são informações adicionais relevantes à compreensão da demonstração da posição financeira, da demonstração do desempenho e da demonstração das alterações na posição financeira.

Estas outras informações possibilitam a divulgação de riscos e incertezas, de recursos e obrigações ainda não reconhecidos; permitem, também, informar acerca dos segmentos geográficos e industriais e dos efeitos das variações de preços.

### **1.2.3) Pressupostos subjacentes**

A estrutura conceptual assume dois pressupostos que considera essenciais na preparação das demonstrações contabilísticas: o "regime do acréscimo" e a "empresa em continuidade".

#### **1.2.3.1) Regime do acréscimo**

De acordo com o regime contabilístico do acréscimo, os efeitos das operações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, não quando se recebe ou paga o dinheiro ou o seu equivalente, sendo registados nos livros de escrituração e relatados nas demonstrações contabilísticas dos períodos com os quais se relacionem; estas demonstrações informam sobre operações passadas que implicam pagamentos e recebimentos de dinheiro e sobre obrigações de pagar e direitos de receber dinheiro, no futuro.

#### **1.2.3.2) Empresa em continuidade**

Admite-se que a empresa não tem a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua actividade, pelo que se considera em continuidade num futuro previsível, pressuposto a partir do qual são normalmente preparadas as demonstrações contabilísticas.

#### **1.2.4) Características qualitativas das demonstrações contabilísticas**

As características qualitativas referem-se a atributos que tornam útil aos utilizadores a informação proporcionada nas demonstrações contabilísticas; são a comparabilidade, a compreensibilidade, a fiabilidade e a relevância.

##### **1.2.4.1) Comparabilidade**

A utilização de políticas contabilísticas de forma consistente na mesma empresa de período para período e entre diferentes empresas, é essencial para permitir a comparação, de forma relativa, da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira.

Os utilizadores devem ser conhecedores das políticas contabilísticas usadas, de quaisquer alterações nas mesmas e dos efeitos de tais alterações.

A divulgação das políticas contabilísticas, de acordo com as normas contabilísticas internacionais, sugere a comparabilidade; esta necessidade, que é diferente da mera uniformidade, além de obrigar ao conhecimento da informação precedente, não deve obstar à adopção de alternativas mais relevantes e fiáveis.

#### 1.2.4.2) Compreensibilidade

Após ser estudada com razoável diligência, a informação que as demonstrações contabilísticas proporcionam deve ser rapidamente compreensível pelos utilizadores, ainda que estes se presumam conhecedores das actividades empresariais e económicas e da contabilidade.

#### 1.2.4.3) Fiabilidade

A representação fidedigna das operações, ainda que sujeita a determinado grau de risco inerente, e a isenção de erros materiais e de preconceitos (neutralidade), permitem a divulgação de informação digna de confiança.

Por outro lado, pela inclusão de prudência na preparação das demonstrações contabilísticas, terão de se reconhecer a natureza e extensão de incertezas diversas; estas incertezas têm a ver com a sobreavaliação, de activos e de proveitos, e com a subavaliação, de passivos e de custos.

A substância das operações nem sempre é consistente com a que é evidente pela sua forma legal ou idealizada. Quando a substância económica das operações entrar em conflito com a sua forma legal, há que apresentar a informação de acordo com a substância económica, em detrimento da forma legal.

A fiabilidade avalia-se pela capacidade dos utilizadores entenderem na informação aquilo que ela pretende representar; logo, há que assegurar a fiabilidade de toda a informação relevante.

Porém, é importante realçar que a plenitude da informação, dentro dos limites da materialidade e do custo de obtenção da mesma, é, também, uma condição para que seja fiável e, por conseguinte, relevante.

#### **1.2.4.4) Relevância**

A relevância mede-se pela capacidade da informação ser útil na tomada de decisões, na avaliação de factos passados, presentes ou futuros, e até na confirmação ou correcção de avaliações já efectuadas; este valor preditivo e confirmatório é melhorado se as demonstrações contabilísticas forem apresentadas de forma adequada, quer em termos de natureza, quer em termos de materialidade. A informação é materialmente relevante se omissões ou inexactidões nas demonstrações contabilísticas alterarem as decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nestas.

#### **1.2.4.5) Restrição 1: tempestividade**

A informação relatada com atraso, ainda que com fiabilidade, pode causar perda de relevância da mesma no apoio à tomada de

decisões; a informação oportuna e relevante pode, por vezes, ser conseguida com sacrifício da fiabilidade. O equilíbrio entre relevância e fiabilidade consegue-se na satisfação da necessidade dos utilizadores nas tomadas de decisões.

#### **1.2.4.6) Restrição 2: custo vs benefício**

Os benefícios da utilização da informação devem exceder o custo de a proporcionar. O custo não é necessariamente suportado por quem frui os benefícios; e estes podem ser usufruídos por utilizadores que não sejam aqueles para quem a informação foi preparada.

#### **1.2.4.7) Restrição 3: balanceamento**

A ponderação das características qualitativas vai ao encontro dos objectivos das demonstrações contabilísticas, portanto, a importância relativa daquelas, caso a caso, é uma questão de opinião profissional; importa, pois, conseguir uma imagem verdadeira e apropriada.

#### **1.2.4.8) Restrição 4: imagem verdadeira e apropriada**

Apesar deste conceito não ser tratado nesta estrutura conceptual, a aplicação adequada das características qualitativas e das políticas contabilísticas, resulta em demonstrações contabilísticas que reflectam uma imagem

verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira.

#### **1.2.5) Elementos das demonstrações contabilísticas**

O agrupamento das operações conforme as suas características económicas é estabelecido em classes denominadas elementos das demonstrações contabilísticas.

Os elementos directamente relacionadas com a quantificação da posição financeira são os activos, os passivos e os capitais próprios. Os elementos directamente relacionadas com a quantificação do desempenho são os proveitos e os custos. A demonstração das alterações na posição financeira reflecte alterações de elementos do balanço e da demonstração dos resultados.

A apresentação dos elementos nas demonstrações contabilísticas implica um processo de subclassificação dos mesmos, quer quanto à natureza quer quanto à função, útil à tomada de decisões económicas.

##### **1.2.5.1) Relacionados com a posição financeira**

Os elementos directamente relacionados com a quantificação da posição financeira são os activos, os passivos e os capitais próprios.

Sem tentar especificar os critérios a satisfazer para o seu reconhecimento, aqueles elementos podem ser definidos do seguinte modo:

- Activo é um recurso controlado por uma entidade económica, como resultado de acontecimentos passados, e do qual aquela espera obter benefícios económicos futuros.
- Passivo é uma obrigação presente de uma entidade económica, como resultado de acontecimentos passados, e da liquidação da qual aquela espera resultar um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos.
- Capital próprio é o interesse residual nos activos de uma entidade económica após a subtracção de todos os seus passivos.

#### 1.2.5.1.1) Activos

Os benefícios económicos futuros incorporados nos recursos activos são a capacidade de contribuir, directa ou indirectamente, para gerar fluxos de caixa (e equivalentes de caixa) para a empresa, quer aumentando os influxos quer diminuindo os exfluxos; o dinheiro gerado exerce domínio sobre outros recursos.

São vários os modos pelos quais os benefícios económicos futuros incorporados nos activos podem fluir à empresa:

- participação desse activo no processo que decorre até à venda de bens ou serviços;
- troca desse activo por outro activo;
- uso desse activo para liquidar um passivo; e
- distribuição desse activo aos detentores da empresa.

A mera procura de benefícios económicos futuros, incorrendo em despesas, não satisfaz a condição de que foi obtido um elemento activo; no entanto, a ausência de despesas relacionadas não evitam que um elemento satisfaça a definição de activo.

O direito legal de propriedade não é essencial para determinar a existência de um activo; no entanto, é possível determinar a sua existência mesmo sem o controlo legal. Logo, a definição de elemento activo é satisfeita se a empresa controlar os benefícios esperados com a sua utilização.

Os activos, corpóreos ou incorpóreos, resultam de operações passadas, pois as operações de ocorrência futura, e eventual, não originam, por si mesmas, activos.

### 1.2.5.1.2) Passivos

Uma característica essencial de um passivo é que representa uma obrigação presente para a entidade económica, na liquidação da qual se entregam recursos incorporando benefícios económicos.

Além de um credor poder abdicar ou até perder os seus direitos, são várias as maneiras pelas quais uma empresa entrega recursos incorporando benefícios económicos, para liquidação de uma obrigação presente:

- pagamento com activos (inclui o dinheiro);
- fornecimento de serviços;
- troca dessa obrigação por outra obrigação; e
- conversão da obrigação em capital próprio.

Um mero compromisso futuro não garante, por si mesmo, a origem de uma obrigação presente; se o compromisso futuro assumir a forma de acordo irrevogável, implica a consequência económica do exfluxo de recursos. A quantificação de alguns passivos só é possível utilizando estimativas; referimo-nos às provisões que envolvam obrigações presentes de valor incerto e que satisfaçam o resto da definição de passivo.

### 1.2.5.1.3) Capital próprio

Além da influência que a estrutura legal e regulamentar pode exercer na avaliação do capital próprio, a quantia pela qual o capital próprio é apresentado depende da valorimetria dos activos e dos passivos, pelo que raramente coincide com o valor de mercado das acções da empresa ou com o valor que seria obtido pela alienação da empresa como um todo em continuidade.

A divulgação da informação sobre reservas legais, estatutárias e fiscais, é relevante à tomada de decisões, uma vez que aquelas constituem medida adicional de protecção dos credores.

Se indiciarem restrições à utilização do capital próprio, as reservas que representem apropriações dos lucros retidos e as reservas de ajustamentos de manutenção do capital, devem ser divulgadas em separado, pois podem ter relevância na tomada de decisões.

### 1.2.5.2) Relacionadas com o desempenho

Os conceitos de capital e de manutenção de capital, têm alguma influência no reconhecimento e na quantificação dos proveitos e custos e, conseqüentemente, no lucro. O lucro, por sua vez, serve de base a outros critérios de medição do

desempenho, tais como os ganhos por acção e o retorno do investimento.

Com a finalidade de proporcionar informação útil para a tomada de decisões e de obter diversas medidas de desempenho, os proveitos e os custos podem ser apresentados na demonstração dos resultados de diversas formas, por exemplo, separando-os por actividades ordinárias e extraordinárias.

Sem tentar especificar critérios necessários ao reconhecimento na demonstração dos resultados, as definições que se seguem, de proveitos e de custos, identificam as suas características essenciais:

- Proveitos são aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico, na forma de influxos (aumentos ou melhorias de activos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam entradas dos participantes no capital próprio).
- Custos são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos (diminuições ou deprecimentos de activos ou incorrência de passivos que resultem em diminuições no capital próprio, que não sejam distribuições aos participantes no capital próprio).

#### 1.2.5.2.1) Proveitos

A definição de proveitos inclui réditos e ganhos, realizados ou não.

Os réditos resultam das actividades ordinárias, tais como vendas, prestações de serviços, juros, dividendos e rendas. Os ganhos, que muitas vezes são apresentados em separado e líquidos de perdas relacionadas, resultam, por exemplo, da alienação de activos não correntes (ganhos realizados), da revalorização de títulos negociáveis e de aumentos nas quantias escrituradas de activos a longo prazo (ganhos não realizados).

Através de proveitos podem ser recebidos ou melhorados activos e liquidados passivos.

#### 1.2.5.2.2) Custos

A definição de custos inclui custos, decorrentes da actividade ordinária da empresa, e perdas, realizadas ou não.

Os custos que resultam das actividades ordinárias são, por exemplo, o custo das vendas, os salários e as depreciações; assumem a forma de um exfluxo ou deperecimento de activos. As perdas, que por vezes são apresentadas em separado e líquidas de ganhos relacionados, resultam, por exemplo, de sinistros e da alienação de activos não correntes (perdas realizadas) e efeitos

do aumento da taxa de câmbio relativa a um empréstimo suportado em moeda estrangeira (perdas não realizadas).

#### **1.2.5.3) Ajustamentos de manutenção do capital**

A revalorização ou reconversão de activos e passivos originam aumentos ou diminuições no capital próprio que, ainda que satisfaçam a definição de ganhos e de perdas, não são incluídos na demonstração dos resultados, em acordo a certos conceitos de manutenção de capital; são incluídos em contas do capital próprio como ajustamentos de manutenção do capital ou reservas de revalorização.

#### **1.2.6) Reconhecimento dos elementos das demonstrações contabilísticas**

Um elemento que satisfaça a definição de classe deve ser incorporado (reconhecido) no balanço ou na demonstração dos resultados, se:

- for provável que qualquer benefício económico futuro, associado ao elemento, fluirá de, ou para, a empresa; e
- o elemento tiver um valor que possa ser quantificado com fiabilidade.

O processo de reconhecimento para determinado elemento não é único; um elemento não reconhecido pode ser divulgado nas notas, material explicativo ou quadros suplementares, se o seu conhecimento for relevante para a avaliação da posição financeira, desempenho e alterações na posição financeira.

A interrelação entre as classes implica que quando um elemento for reconhecido numa dada classe, torna-se necessário o reconhecimento de outra classe.

#### **1.2.6.1) A probabilidade de benefícios económicos futuros**

O ambiente em que uma empresa opera sugere o grau de incerteza com que os benefícios económicos futuros associados com um elemento fluirão de, ou para, essa empresa.

A avaliação dessas probabilidades, para o possível reconhecimento do elemento numa classe, é feita com base em provas disponíveis.

#### **1.2.6.2) Fiabilidade da valorimetria**

O recurso a estimativas razoáveis para determinar o valor de um elemento, e o seu posterior reconhecimento, não prejudica a fiabilidade das demonstrações contabilísticas.

#### **1.2.6.3) Reconhecimento de activos**

Um activo é reconhecido no balanço quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a empresa e o activo tenha um valor quantificável com fiabilidade.

Não justifica o reconhecimento dum activo a certeza de que os benefícios económicos fluirão para a empresa para além do período contabilístico em curso.

#### **1.2.6.4) Reconhecimento de passivos**

Um passivo é reconhecido no balanço quando for provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos resulte da liquidação, quantificável com fiabilidade, de uma obrigação presente.

Não justificam o reconhecimento dum passivo, as obrigações sujeitas a contratos que não estejam igual e proporcionalmente executados; desde que estejam satisfeitos os critérios de reconhecimento dum passivo, tais obrigações originam o reconhecimento dos respectivos activos ou custos.

#### **1.2.6.5) Reconhecimento de proveitos**

O aumento de benefícios económicos futuros relacionados com um aumento de um activo ou com uma diminuição de um passivo, que

possam ser quantificados com fiabilidade, implica o reconhecimento de proveitos na demonstração dos resultados.

#### 1.2.6.6) Reconhecimento de custos

A diminuição de benefícios económicos futuros relacionados com uma diminuição de um activo ou com um aumento de um passivo, que possam ser quantificados com fiabilidade, implica o reconhecimento de custos na demonstração dos resultados.

Na base de uma correlação directa entre estes e a obtenção de elementos específicos de proveitos, este processo de reconhecimento é referido como o balanceamento de custos com réditos resultantes das mesmas operações.

No entanto, quando se esperam benefícios económicos durante vários períodos contabilísticos e a correlação com réditos só possa ser determinada de uma forma geral ou indirecta, os custos são reconhecidos na base de procedimentos sistemáticos e racionais de imputação, para permitir a sua aferição aos períodos contabilísticos em que os benefícios económicos associados com estes elementos se consumam ou se extingam.

Um custo é reconhecido quando uma despesa não produza benefícios económicos futuros ou quando estes não se qualifiquem para reconhecimento como um activo; é ainda reconhecido um

custo, quando seja incorrido um passivo sem o reconhecimento de um activo.

#### 1.2.7) Valorimetria dos elementos das demonstrações contabilísticas

Determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos devam ser reconhecidos e inscritos nas respectivas demonstrações contabilísticas designa-se por valorimetria; este processo envolve a escolha da base de valorimetria.

Geralmente adopta-se a base de custo histórico, combinada com outras bases de valorimetria, tais como o mais baixo do custo ou do valor realizável líquido (inventários), o valor de mercado (títulos negociáveis), o valor presente (passivos por pensões de reforma) e o custo corrente (efeitos das alterações de preços dos activos não monetários).

As bases de valorimetria são utilizadas em graus diferentes e em várias combinações, nas demonstrações contabilísticas:

- custo histórico - regista-se um activo pela quantia de dinheiro (ou equivalentes de dinheiro) paga, ou pelo justo valor do pagamento feito no momento da sua aquisição; regista-se um passivo pela quantia dos bens ou serviços recebidos em troca da obrigação ou pela quantia de

dinheiro que se espera despende para satisfazer o passivo, no decurso normal dos negócios.

- custo corrente - regista-se um activo pela quantia de dinheiro (ou equivalentes de dinheiro) que teria de ser paga, se o mesmo activo ou um activo equivalente fosse correntemente adquirido; regista-se um passivo pela quantia não descontada de dinheiro (ou equivalentes de dinheiro) que seria necessária para liquidar correntemente a obrigação.
- valor realizável (de liquidação) - regista-se um activo pela quantia de dinheiro (ou equivalentes de dinheiro) que possa correntemente ser obtida ao vender o activo numa alienação ordenada; regista-se um passivo pela quantia não descontada de dinheiro (ou equivalentes de dinheiro) que se espera que seja paga para satisfazer o passivo, no decurso normal dos negócios.
- valor presente (actual) - regista-se um activo pelo valor presente descontado dos futuros influxos líquidos de caixa que se espera que o elemento gere no decurso normal dos negócios; regista-se um passivo pelo valor presente descontado dos futuros exfluxos líquidos de caixa que se espera que seja necessário para liquidar o passivo, no decurso normal dos negócios.

### 1.2.8) Conceitos de capital e de manutenção de capital

O conceito de manutenção de capital está associado à forma como uma empresa define o capital que procura manter, proporcionando a ligação dos conceitos de capital e dos conceitos de lucro ao dar o ponto de referência pelo qual o lucro é quantificado, o que permite distinguir o retorno sobre o capital da empresa e o retorno do seu capital.

Apenas os influxos de activos em excesso das quantias necessárias para manter o capital podem ser lucro e, portanto, como um retorno sobre o capital, pelo que este é considerado a quantia residual que permanece após os custos e os ajustamentos de manutenção de capital terem sido deduzidos dos proveitos.

#### 1.2.8.1) Conceitos de capital

Pelo conceito financeiro de capital o capital é sinónimo de activos líquidos ou de capital próprio de uma empresa, pelo que deve ser adoptado se o interesse dos utilizadores das demonstrações contabilísticas for a manutenção do capital nominal investido ou o poder de compra do capital investido.

Pelo conceito físico de capital o capital é visto como a capacidade produtiva de uma empresa, pelo que deve ser adoptado se o interesse dos utilizadores das demonstrações contabilísticas for a capacidade operacional daquela.

#### 1.2.8.2) Conceitos de manutenção do capital e o lucro

Os conceitos de capital, financeiro e físico, originam os seguintes conceitos de manutenção do capital:

- manutenção do capital financeiro, quantificada em unidades monetárias nominais ou unidades de poder de compra constante, segundo o qual um lucro só é obtido se a quantia financeira dos activos líquidos no fim do período exceder a quantia financeira dos activos líquidos no início do período, após a exclusão de quaisquer distribuições aos, e contribuições dos, detentores da empresa durante o período; este conceito não requer a adopção de uma base particular de valorimetria, que depende do tipo de capital financeiro que a empresa quer manter.
- manutenção do capital fixo, segundo o qual um lucro só é obtido se a capacidade física produtiva ou os recursos ou os fundos necessários para conseguir essa capacidade (operacional) da empresa no fim do período exceder a capacidade física produtiva do início do período, após a exclusão de quaisquer distribuições aos, e contribuições dos, detentores da empresa durante o período; este conceito requer a adopção dos custos correntes como base de valorimetria.

A maior distinção entre os dois conceitos de manutenção de capital consiste no tratamento dos efeitos das alterações de preços nos activos e passivos da empresa.

Pelo conceito de manutenção do capital financeiro, quando este é definido em unidades monetárias nominais, o lucro representa o aumento do capital monetário nominal durante o período; então, os aumentos dos preços dos activos detidos durante o período são, conceptualmente, lucros não realizados e, portanto, não reconhecidos até serem alienados numa operação de troca. Se o conceito de manutenção do capital financeiro é definido em unidades de poder de compra constante, o lucro representa o aumento do poder de compra investido durante o período; logo, apenas é considerada lucro a parte do aumento nos preços dos activos que exceda o aumento no nível geral dos preços e, portanto, o resto do aumento é tratado como capital próprio da empresa (ajustamento de manutenção do capital).

Pelo conceito de manutenção do capital fixo, quando este é definido em termos da capacidade física produtiva, o lucro representa o aumento nesse capital durante o período; todas as alterações de preços que afectem activos e passivos da empresa, não são tratadas como lucro porque são vistas como alterações na valorimetria da sua capacidade física produtiva e, portanto, são tidas como ajustamentos de manutenção do capital.

O modelo contabilístico a escolher na preparação das demonstrações contabilísticas dependerá da escolha das bases de valorimetria e do conceito de manutenção de capital, ponderando os diferentes graus de relevância e de fiabilidade.

### 1.2.9) Apreciação

Na opinião de Braz Machado «a função principal da contabilidade é a de acumular e comunicar informação essencial à compreensão das actividades das empresas... para desempenhar esta função... desenvolve-se adentro de um campo definido de conceitos e princípios...

- relevância;
- objectividade e verificabilidade; e
- quantificabilidade.»<sup>17</sup>

Antes da estrutura conceptual o IASC apresentava uma missão reguladora que, através das normas internacionais de contabilidade, descrevia as práticas mais comuns utilizadas em países de tradição contabilística, sem uma adequada fundamentação conceptual; com aquelas normas pretendia-se reduzir as soluções alternativas existentes para a multiplicidade de temas a tratar.

Em países cujas normas contabilísticas dependem do poder central a informação produzida não considera os objectivos

---

<sup>17</sup> (1983: 41-51)

profissionais e de gestão; pensamos que os objectivos do poder central poderiam ser atingidos em consonância com a estrutura conceptual desde que as divergências entre a aplicação desta e a aplicação das normas governamentais (designadamente as fiscais) fossem conciliáveis em sede própria.

A estrutura conceptual em análise objectiva a delimitação das demonstrações contabilísticas a incluir no relato económico-financeiro, a definição de entidade e a afectação da informação contabilística aos utilizadores supostamente mais interessados: os investidores e os credores; pretende, assim, melhorar a comparabilidade das demonstrações contabilísticas.

Para o IASC, a estrutura conceptual é um instrumento de normalização que pretende sistematizar as soluções alternativas para a prática contabilística.

No caso de haver conflito entre a estrutura conceptual e uma norma internacional de contabilidade, os requisitos desta prevalecem em relação aquela.

Estas e outras razões levam alguns autores<sup>18</sup> a admitir a estrutura conceptual como um guia de orientação para a elaboração de normas internacionais de contabilidade e não como um modelo a seguir.

---

<sup>18</sup> José Láinez Gadea e Ana Pérez-Grueso (1995-1119)

#### **1.2.9.1) A questão da avaliação do desempenho**

O IASC considera que o desempenho (lucrabilidade e sua variação) é avaliado na demonstração dos resultados e nas notas adicionais; a posição financeira (recursos económicos, estrutura financeira, liquidez e solvência) é avaliada no balanço e nas notas adicionais; as alterações na posição financeira (capacidade de gerar e de utilizar dinheiro e equivalentes) são avaliadas numa demonstração separada e nas notas adicionais.

Em sentido diverso à posição assumida na estrutura conceptual do IASC, é nosso entendimento que as demonstrações contabilísticas incluídas no relato económico-financeiro objectivam a avaliação do desempenho, através da avaliação do comportamento de grandezas como os fluxos de caixa, os fluxos de fundos, os resultados, o património ou outras susceptíveis de valoração; aquela avaliação pode ser efectuada com base em valores absolutos ou relativos, individual ou colectivamente.

Estudam-se fenómenos como os fluxos de caixa, os fluxos de fundos, a formação dos resultados e a variação do património.

#### **1.2.9.2) Fluxos de caixa: alternativa aos fluxos de fundos?**

A demonstração dos fluxos de caixa é assumida como alternativa à demonstração dos fluxos de fundos, na apresentação das alterações na posição financeira, opinião que não

partilhamos uma vez que consideramos que aquelas demonstrações permitem ler realidades distintas.

De facto, uma estrutura conceptual deve proporcionar informação diversa; as demonstrações, a dos fluxos de fundos e a dos fluxos de caixa, remetem-nos para grandezas diferentes.

#### 1.2.9.3) O confronto das bases: acréscimo vs caixa

Os pressupostos contabilísticos fundamentais, são os que não necessitam de ser divulgados, uma vez que estão na base da preparação das demonstrações contabilísticas. Tais pressupostos são os da continuidade e da especialização ou acréscimo.

Em contabilidade, na base do acréscimo, os proveitos são reconhecidos quando obtidos, os custos são reconhecidos quando incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, sendo incluídos nas demonstrações contabilísticas dos períodos a que respeitam; esta situação carrega o conceito de resultado líquido de subjectividade.

A este propósito Gay Saludas refere que:

*«... mejorar la cosmética contable, conduce a plantear-se una serie de cuestiones. Qué es el resultado contable? Cómo es posible que al hablar del mismo se den posturas tan antagónicas con*

*relación a un determinado período? Cómo se comprende que donde una compañía presenta beneficios procedentes de su gestión, diga luego el auditor que han habido pérdidas?...Cuál será en el futuro el papel asignado al auditor: el de detective por mor de los fiascos financieros en que se hundan demasiadas compañías o el visionario prediciendo lo que va a suceder en adelante?»<sup>19</sup>*

e ainda que «*al referirnos a la cosmética contable... se extrae la cabal conclusión de que el resultado contable como no! es relativo*»<sup>20</sup>.

Além da relatividade do resultado líquido «... a importância do reconhecimento e mensuração de custos e de réditos é um passo fundamental na formulação de princípios contabilísticos»<sup>21</sup>.

Em contabilidade na base de caixa o crédito é registado apenas quando o dinheiro é recebido, as despesas e os gastos são

<sup>19</sup> (1996: 643)

<sup>20</sup> (1996: 644)

<sup>21</sup> Braz Machado (1983: 145) Sublinhamos a objectividade das suas definições e da sua classificação de réditos, ganhos, custos e perdas:

- réditos: significam a mensuração das alterações favoráveis nos recursos das empresas, decorrentes das suas actividades operacionais.
- ganhos: significam a mensuração das alterações favoráveis nos recursos da empresas, não decorrentes do processo reditual.
- custos: dividem-se em extintos ou não extintos; os extintos, quando beneficiam o processo reditual, são considerados gastos.
- perdas: referem-se aos custos extintos que não beneficiam o processo reditual.

registados apenas quando o dinheiro é pago. A determinação do resultado líquido na base de caixa baseia-se no total dos créditos e no pagamento das despesas e gastos, sendo ignorado o princípio do balanceamento.

*«El IASC ha seleccionado, en calidad de estados financieros, aquella información cuyo contenido y naturaleza suelen ser requeridos generalmente por la mayoría de los organismos de regulación contable»<sup>22</sup>.* Como consequência, as demonstrações contabilísticas elaboradas na base de caixa não estão em conformidade com a generalidade dos princípios contabilísticos geralmente aceites e, portanto, a contabilidade na base de caixa não é concordante com a teoria subjacente aos elementos das demonstrações contabilísticas.

Após o exposto, a questão acerca da consideração de uma base mista, derivada da base de caixa ou da base do acréscimo, assume maior legitimidade.

#### **1.2.9.4) Aspectos operacionais**

A formulação e hierarquia das características qualitativas não resolveu adversidades entre relevância e fiabilidade, e custo e benefício; permanecem como restrições às características qualitativas o conceito de "imagem fiel" e a oportunidade da

---

<sup>22</sup> Lainez Gadea e Pérez-Grueso (1995: 1120)

informação. Será que se reservou esta tarefa, da determinação do equilíbrio, ao perito contabilista?

O critério de reconhecimento de um elemento nas demonstrações contabilísticas pode ser abstracto, pois associa incertezas entre os acontecimentos presentes, já conhecidos, e o fluir de benefícios económicos futuros.

Também a mensuração dos elementos é flexível, suscitando a adopção de bases mistas, elegendo o custo histórico como base padrão.

Porque o IASC não favorece, também, qualquer dos conceitos de manutenção do capital, manifesta-se uma estrutura conceptual que se quer aplicável a vários modelos contabilísticos.

Aliás, o excelente trabalho de investigação de Gabás Trigo, realça esta vantagem à estrutura conceptual em análise:

*«Un alto nivel de generalidad en el modelo de marco conceptual del IASC permite adicionalmente potenciar su aplicabilidad a sistemas contables distintos... no analiza com detalle muchos conceptos, ni ofrece soluciones específicas a muchos temas concretos, por lo que al mismo tiempo que esta orientación permite una más amplia aplicabilidad, exige que cada país o*

sistema contable que pretenda diseñar su específico modelo de marco conceptual tenga que completar la estructura que propone el IASC, com su próprio contenido de elementos característicos.»<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> (1991: 179)

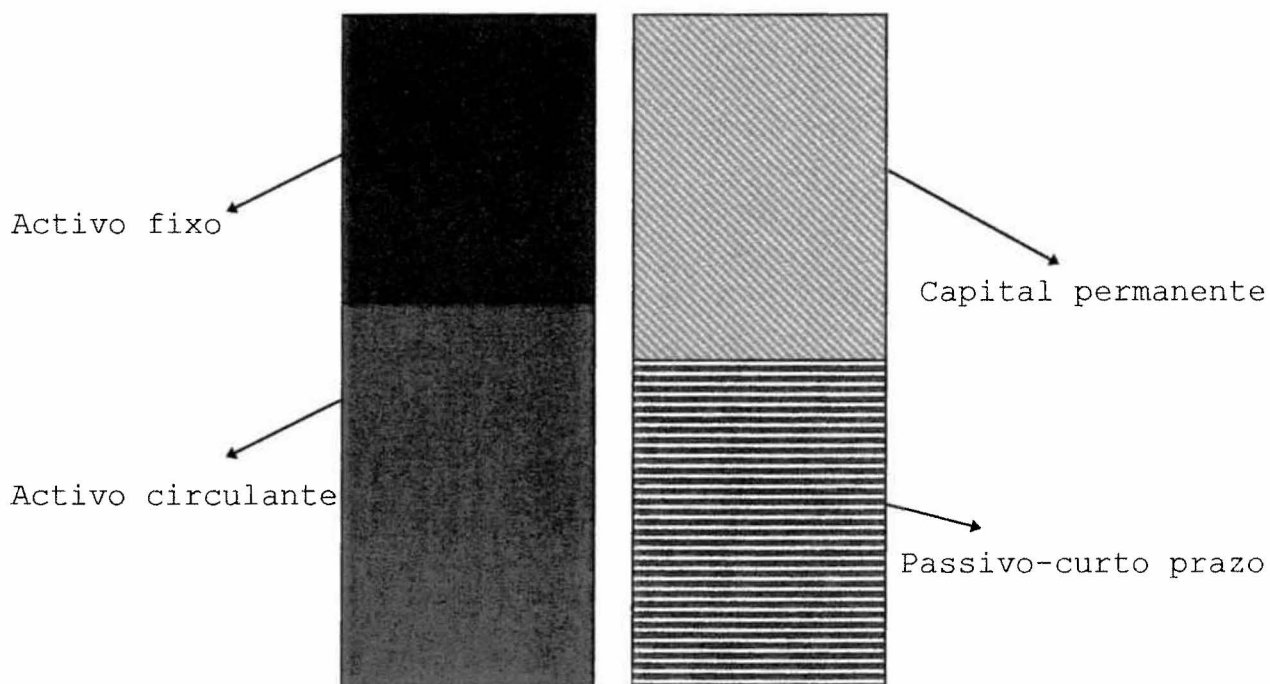
## Capítulo II

## Capítulo II

### O fundo de manei

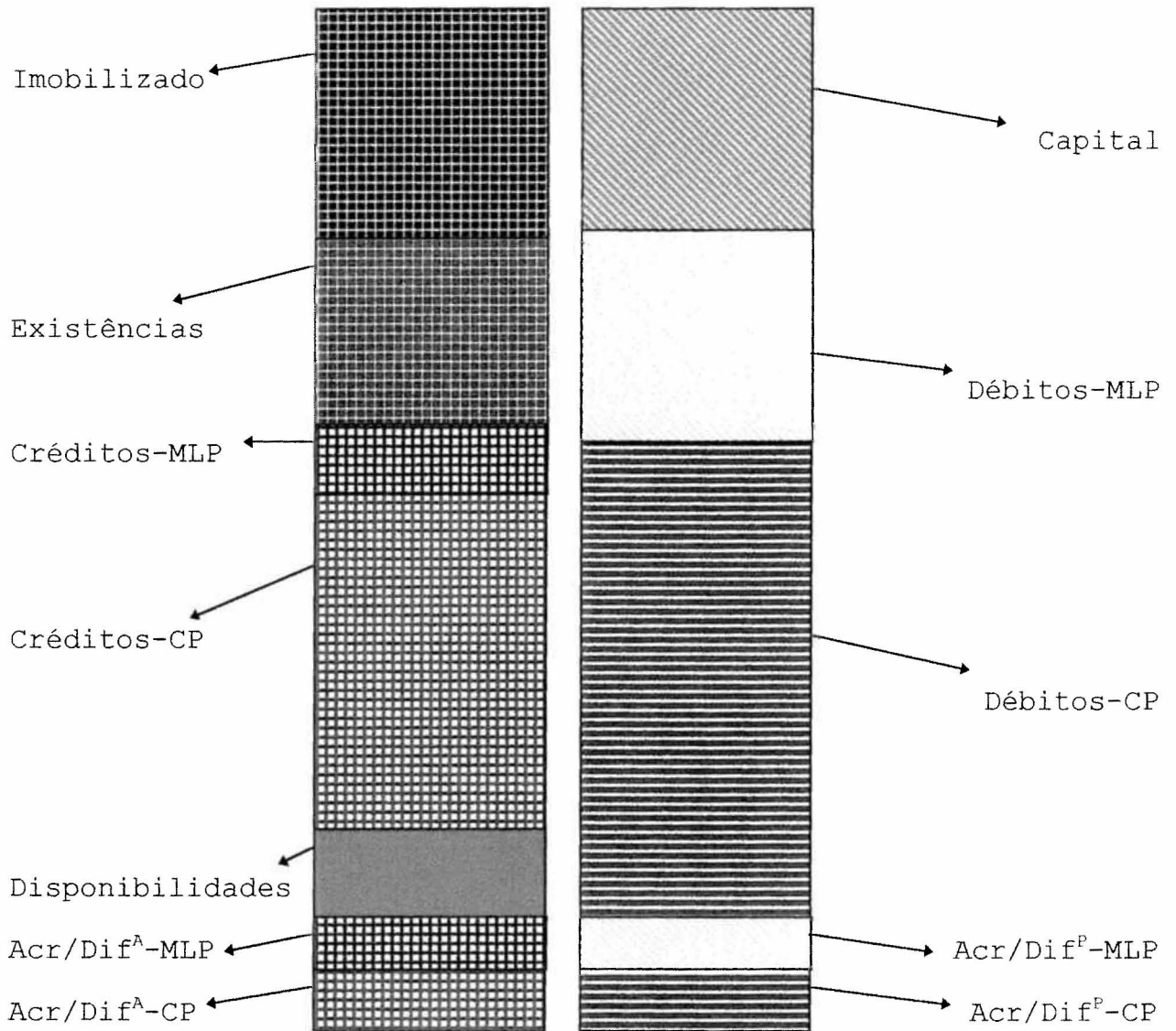
#### 2.1) Análise conceptual

O conceito de fundo de manei está subjacente aos elementos patrimoniais, activos e passivos. Perspectivando a facilidade de exposição do tema, vamos apresentar um gráfico representativo de um mapa de trabalho baseado no balanço menos desenvolvido:



O primeiro membro é composto pelo activo fixo (imobilizações e créditos a médio e longo prazos) e pelo activo circulante (existências, créditos a curto prazo e disponibilidades). O segundo membro é composto pelo capital permanente (capital próprio e débitos a médio e longo prazos) e pelo passivo (débitos) a curto prazo.

Em conformidade com a estrutura que o plano oficial de contabilidade adota, parece-nos possível apresentar um gráfico representativo do balanço:



Créditos/Débitos-CP, créditos ou débitos a curto prazo

Acr/Dif<sup>A</sup>-CP, acréscimos e diferimentos activos a curto prazo

Acr/Dif<sup>P</sup>-CP, acréscimos e diferimentos passivos a curto prazo

Créditos/Débitos-MLP, créditos ou débitos a médio e longo prazos

Acr/Dif<sup>A</sup>-MLP, acréscimos e diferimentos activos a médio e longo prazos

Acr/Dif<sup>P</sup>-MLP, acréscimos e diferimentos passivos a médio e longo prazos

De modo distinto do assumido pelo plano oficial de contabilidade, somos da opinião que:

- O activo fixo inclui bens corpóreos e incorpóreos, líquidos de reintegrações, investimentos financeiros, líquidos de provisões, e créditos concedidos a médio e longo prazos. São indispensáveis à viabilização do negócio e, portanto, à execução dos objectivos da empresa, concretamente, as imobilizações corpóreas (terrenos, edifícios e equipamentos), as imobilizações incorpóreas (direitos, trespases e despesas de investigação e desenvolvimento), os investimentos financeiros (partes de capital e obrigações) e os créditos a médio e longo prazos (crédito a clientes).
- O activo circulante inclui os bens e direitos com os quais se concretiza o ciclo operacional, designadamente, as existências (mercadorias e produtos para vender e matérias-primas para transformar, os créditos a curto prazo (créditos a clientes, líquidos de provisões, impostos a recuperar do Estado e adiantamentos a terceiros) e as disponibilidades (títulos negociáveis e depósitos bancários com elevada liquidez, dinheiro e equivalentes a dinheiro).
- O capital permanente compreende os recursos estáveis que a empresa dispõe para financiar parte dos seus activos. Inclui o capital próprio (capital, reservas e resultados) e os

débitos a médio e longo prazos (empréstimos vincendos a mais de um ano).

- O passivo a curto prazo contém as obrigações com as quais se concretiza o ciclo operacional, concretamente, os débitos a curto prazo (empréstimos vincendos até um ano, débitos a fornecedores, impostos a pagar ao Estado e adiantamentos de terceiros); espera, portanto, ser liquidado com o activo circulante.

Na opinião de Rogério Fernandes Ferreira, a expressão fundo de maneo é «... usada por todos com um sentido comum, embora os significados que particularmente lhe atribuem sejam menos precisos quanto ao conteúdo... essas possíveis variadas interpretações da noção de fundo de maneo implicam cautelas no uso da expressão... »<sup>24</sup>.

Alguns autores definem fundo de maneo do seguinte modo:

«... excedente do activo circulante sobre o exigível a curto prazo... é, igualmente, o excedente dos capitais próprios e alheios a longo prazo sobre o valor das imobilizações que esses capitais estão a financiar.»<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> (1985: 233)

<sup>25</sup> idem (1985: 233-234)

«... diferença entre os capitais circulantes e o exigível a curto prazo, ou seja, parte do activo circulante que, estando fora da exigência imediata dos credores, aparece ligada à exploração... de forma duradoura.»<sup>26</sup>

«... diferença entre os capitais permanentes... e as imobilizações líquidas, ou seja, excedente de capitais permanentes sobre as imobilizações líquidas.»<sup>27</sup>

«... parcela do capital circulante total que é financiada por capitais permanentes.»<sup>28</sup>

«... margem de segurança para a empresa; é a parte dos fundos a longo prazo que financiam os activos circulantes.»<sup>29</sup>

Na nossa opinião, o fundo de maneo identifica-se como a diferença entre o activo circulante e o passivo a curto prazo ou como a diferença entre o capital permanente e o activo fixo; julgamos que se torna evidente a semelhança entre qualquer das definições, perfilhando-se, desde já, dois aspectos sob os quais podemos analisar o fundo de maneo.

---

<sup>26</sup> Arlindo F. Santos (1991: 152)

<sup>27</sup> idem (1991: 153)

<sup>28</sup> H. Caldeira Menezes (1991: 126)

<sup>29</sup> Josette Peyrard (1992: 48)

## 2.2) A diversidade de acepções

Apesar de ser possível criar um conceito de fundo de maneiio, este assume diversas acepções, por exemplo:

Fundo de maneiio directo: aplica-se a determinado grupo de bens ou serviços homogéneos de uma empresa.

Fundo de maneiio global: aplica-se ao total dos bens ou serviços de uma empresa.

Fundo de maneiio marginal: aplica-se à variação provocada pela introdução de um novo bem ou serviço de uma empresa.

Fundo de maneiio bruto: aplica-se ao total dos activos circulantes, ou seja, às existências acrescidas dos créditos a curto prazo e das disponibilidades.

Fundo de maneiio líquido: é o fundo de maneiio propriamente dito; aplica-se ao fundo de maneiio bruto, deduzido dos débitos a curto prazo.

Fundo de maneiio próprio: é a parte do fundo de maneiio líquido financiada pelo capital próprio.

Fundo de maneiio alheio: é a parte do fundo de maneiio líquido financiada pelo capital alheio (débitos a médio e longo prazos).

Fundo de maneiio permanente: é a soma do fundo de maneiio próprio com o fundo de maneiio alheio; tem o mesmo significado do fundo de maneiio líquido.

Fundo de maneiio de tesouraria: aplica-se ao total do activo maneável (créditos a curto prazo e disponibilidades) deduzido dos débitos a curto prazo.

Será agora mais fácil verificar que quando nos referimos a fundo de maneiio, estamos a considerar fundo de maneiio líquido; qualquer outra acepção de fundo de maneiio será, portanto, sempre devidamente assinalada.

### **2.3) As ópticas: do capital circulante e do capital fixo**

Como o fundo de maneiio se reconhece como a diferença entre o activo circulante e o passivo a curto prazo ou como a diferença entre o capital permanente e o activo fixo, temos duas ópticas em paralelo.

A primeira, que assume o fundo de maneiio quanto à liquidez da empresa, estabelece a comparação entre os activos circulantes e os passivos a curto prazo (débitos a curto prazo).

A segunda, que assume o fundo de maneiio quanto ao financiamento do investimento, estabelece a comparação entre os capitais permanentes (capital próprio e débitos a médio e longo

prazos) e os activos fixos (imobilizações e créditos a médio e longo prazos).

Ambas as ópticas estudam o fundo de maneiio numa perspectiva estática, razão pela qual estão dependentes da subjectividade que, por vezes, se imprime ao considerar determinado elemento patrimonial como aplicação a curto prazo ou a médio e longo prazos (activo) ou como origem a curto ou a médio e longo prazos (capital próprio e passivo).

O importante é, mesmo, procurar a harmonia entre os activos circulantes e os passivos a reembolsar ou, em alternativa, entre os capitais que financiam os activos fixos durante o tempo que estes permanecerem à disposição da empresa.

Se existe fundo de maneiio é porque o valor encontrado, após as comparações, é positivo; é porque os capitais permanentes superam os activos fixos e, essa diferença, representa a parte dos activos circulantes que excede os compromissos a satisfazer a curto prazo. Nestes termos, será possível concluir acerca da situação financeira da empresa, ainda que assumindo um risco inerente ao desconhecimento de outras variáveis influentes.

#### **2.4) As causas das variações no fundo de maneiio**

Como vimos, em termos de cálculo, o fundo de maneiio apresenta duas ópticas:

$$FM = A_c - P_{cp}$$

(excedente do activo circulante sobre o passivo a curto prazo)

$$FM = C_{perm} - A_f$$

(excedente dos capitais permanentes sobre o activo fixo)

FM = fundo de maneiio

$A_c$  = activo circulante

$P_{cp}$  = passivo a curto prazo

$C_{perm}$  = capital permanente

$A_f$  = activo fixo

Parece evidente que estas equações, tradicionais, nos remetem para a igualdade do balanço:

$$A_c - P_{cp} = C_{perm} - A_f \Leftrightarrow A_c + A_f = C_{perm} + P_{cp}$$

Resulta lógico que o fundo de maneiio pode ser positivo, nulo ou negativo:

- positivo, quando o activo circulante é superior ao passivo a curto prazo e, o que significa o mesmo, o capital permanente é superior ao activo fixo;
- nulo, quando o activo circulante iguala o passivo a curto prazo e, o que significa o mesmo, o capital permanente iguala o activo fixo; e

- negativo, quando o activo circulante é inferior ao passivo a curto prazo e, o que significa o mesmo, o capital permanente é inferior ao activo fixo.

O fundo de maneiio sofrerá variações aumentativas sempre que se verifiquem:

- aumentos nas rubricas que concorrem positivamente para a sua formação;
- diminuições nas rubricas que concorrem negativamente para a sua formação;
- aumentos nas rubricas que concorrem positivamente para a sua formação superiores aos aumentos nas rubricas que concorrem negativamente para a sua formação; e
- diminuições nas rubricas que concorrem positivamente para a sua formação inferiores às diminuições nas rubricas que concorrem negativamente para a sua formação.

O fundo de maneiio sofrerá variações diminutivas sempre que se verifiquem:

- diminuições nas rubricas que concorrem positivamente para a sua formação;

- aumentos nas rubricas que concorrem negativamente para a sua formação;
- diminuições nas rubricas que concorrem positivamente para a sua formação superiores às diminuições nas rubricas que concorrem negativamente para a sua formação; e
- aumentos nas rubricas que concorrem positivamente para a sua formação inferiores aos aumentos nas rubricas que concorrem negativamente para a sua formação.

Sem intenção de evidenciar a exaustão conceptual, podemos assumir que o fundo de maneiio sofrerá variações sempre que se verifiquem oscilações de valor diferente nas rubricas que concorrem para a sua formação, quer positivamente (activo circulante e capitais permanentes), quer negativamente (passivo a curto prazo e activo fixo).

É obvio que, na realidade, ocorrem em simultâneo múltiplas variações naquelas rubricas que suscitam análises de ponderação para poder determinar se das mesmas resulta o aumento ou a diminuição do fundo de maneiio; é a sua face dinâmica.

Resumidamente, podemos apresentar as variações do fundo de maneiio num quadro que favoreça a sua dinâmica:

	$\Delta^+ FM$	$\Delta^- FM$
$\Delta^+ A_c \wedge \Delta^+ C_{perm}$	✓	
$\Delta^- P_{cp} \wedge \Delta^- A_f$	✓	
$\Delta^+ A_c \wedge \Delta^+ C_{perm} > \Delta^+ P_{cp} \wedge \Delta^+ A_f$	✓	
$\Delta^- A_c \wedge \Delta^- C_{perm} < \Delta^- P_{cp} \wedge \Delta^- A_f$	✓	
$\Delta^- A_c \wedge \Delta^- C_{perm}$		✓
$\Delta^+ P_{cp} \wedge \Delta^+ A_f$		✓
$\Delta^- A_c \wedge \Delta^- C_{perm} > \Delta^- P_{cp} \wedge \Delta^- A_f$		✓
$\Delta^+ A_c \wedge \Delta^+ C_{perm} < \Delta^+ P_{cp} \wedge \Delta^+ A_f$		✓

### 2.5) A dinâmica do fundo de manei

Como já vimos, existe uma dinâmica cíclica que implica constantes ajustamentos<sup>30</sup> de manutenção do equilíbrio financeiro.

Esta dinâmica assume-se na adequação entre a liquidabilidade dos elementos do activo e a exigibilidade dos elementos do passivo.

<sup>30</sup> Como medida de precaução recomendamos a dedução, ao fundo de manei, do valor dos débitos a médio e longo prazos (ainda não utilizados), das reintegrações (ainda não reinvestidas) e dos resultados (a distribuir) a ser aplicados no imediato.

Com este elemento novo, a cadência das transformações no activo e no passivo, surgem outros conceitos de fundo de maneiio, tal como o de Audoye:

*«el conjunto de valores que se someten a las transmutaciones ciclicas de período de coste y cuyo destino normal, al final de cada ciclo de explotación (cuando se convierte en disponibilidades), es el de rentabilizarlo en el circuito de explotación.»<sup>31</sup>*

## **2.6) O equilíbrio do fundo de maneiio**

Nestas questões, as abordagens simplistas são aquelas que permitem um melhor entendimento.

Admitimos que uma empresa tem um fundo de maneiio suficiente se tiver uma margem de segurança que garanta o ajustamento da cadência de transformação de activos em meios líquidos à exigência dos passivos e permita a manutenção de um excedente para cobertura de riscos que possam afectar aquele ajustamento.

Manifesta-se o equilíbrio quando o activo circulante estável, cobre o passivo de curto prazo permanente.

---

<sup>31</sup> Amparo Cuadrado Ebrero (1983: 59)

Surge o conceito de fundo de maneiio necessário que encontra diversos obstáculos na sua quantificação, nomeadamente, o risco inerente à actividade, a duração do ciclo operacional, o preço dos recursos, a obtenção e a concessão de crédito a curto prazo e a mobilidade dos elementos dos activo:

$$FM_n = A_c^{est} - P_{cp}^{perm}$$

(gestão da actividade cíclica, operacional, no curto prazo)

$FM_n$  = fundo de maneiio necessário

$A_c^{est}$  = activo circulante, estável

$P_{cp}^{perm}$  = passivo a curto prazo, permanente

De acordo com as condições estabelecidas, podemos afirmar que o fundo de maneiio necessário depende:

- do valor médio das existências, que varia com as condições de aprovisionamento e com a duração dos ciclos operacionais;
- do valor médio dos créditos concedidos a terceiros, a curto prazo, que depende das condições de venda;
- do valor médio de disponibilidades necessário para efectuar pagamentos correntes, sem quebras de tesouraria; e
- do valor médio dos créditos obtidos de terceiros, a curto prazo, que depende das condições de compra.

Por fim, da comparação entre o fundo de manei necessário e o fundo de manei existente (calculado a partir da informação contabilística) obtemos a conclusão sobre a necessidade, ou não, de reforço do fundo de manei; nestes termos, sempre que:

$FM > FM_n \Rightarrow$  excesso do fundo de manei

$FM < FM_n \Rightarrow$  necessidade de reforço do fundo de manei

$FM = FM_n \Rightarrow$  equilíbrio

O excesso do fundo de manei denota a existência de disponibilidades excedentárias, para o nível da actividade operacional, com efeitos negativos na rendibilidade.

A necessidade de reforço do fundo de manei traduz a escassez de disponibilidades para solver os compromissos a curto prazo.

Na situação de equilíbrio financeiro a curto prazo, o fundo de manei existente corresponde às necessidades, para o nível da actividade operacional; é a designada situação de tesouraria nula.

Importa, portanto, reter as palavras de Rogério Fernandes Ferreira, segundo o qual, «o fundo de manei, não sendo um

instrumento rigoroso de análise, permite observações úteis sobre a estrutura e a situação financeira das empresas e bem assim formulações de juízos sobre a política financeira.»<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> (1985: 234)

## Capítulo III

## Capítulo III

## As demonstrações dos fluxos de fundos

## 3.1) Os fluxos de fundos e o fundo de manei

As demonstrações de fluxos de fundos evidenciam as alterações ocorridas no fundo de manei; na opinião de Carvalho das Neves<sup>33</sup>, a análise da natureza das origens e das aplicações de fundos permite compreender a gestão da empresa sobre o fundo de manei.

«A palavra fundo(s) apresenta para os contabilistas significados diversos que entre si chegam a parecer contraditórios ou antitéticos.»<sup>34</sup> Apesar das demonstrações dos fluxos de fundos pretenderem justificar as variações ocorridas em contas de fundos, na acepção de caixa e equivalentes, acabam por evidenciar as contrapartidas dessas variações e, deste modo, os fluxos de fundos reflectem as alterações no fundo de manei; vejamos:

$$A = P + CP \quad (1)$$

$$\wedge A = A_c + A_f \quad (2)$$

$$\wedge P + CP = D_{cp} + D_{mlp} + CP \quad (3)$$

$$\therefore A_c + A_f = D_{cp} + D_{mlp} + CP \quad (4)$$

<sup>33</sup> (1992: 233)

<sup>34</sup> Rogério Fernandes Ferreira (1985: 233)

No momento 0 temos:

$$A_c^0 + A_f^0 = D_{cp}^0 + D_{mlp}^0 + CP^0 \quad (5)$$

No momento 1 temos:

$$A_c^1 + A_f^1 = D_{cp}^1 + D_{mlp}^1 + CP^1 \quad (6)$$

Das igualdades entre as mesmas grandezas, nos momentos 0 e 1, obtemos:

$$A_c^1 = A_c^0 + \Delta^+ A_c^0 - \Delta^- A_c^0 \quad (7)$$

$$A_f^1 = A_f^0 + \Delta^+ A_f^0 - \Delta^- A_f^0 \quad (8)$$

$$D_{cp}^1 = D_{cp}^0 + \Delta^+ D_{cp}^0 - \Delta^- D_{cp}^0 \quad (9)$$

$$D_{mlp}^1 = D_{mlp}^0 + \Delta^+ D_{mlp}^0 - \Delta^- D_{mlp}^0 \quad (10)$$

$$CP^1 = CP^0 + \Delta^+ CP^0 - \Delta^- CP^0 \quad (11)$$

Substituindo de (7) a (11), em (6), obtemos a equação:

$$A_c^0 + \Delta^+ A_c^0 - \Delta^- A_c^0 + A_f^0 + \Delta^+ A_f^0 - \Delta^- A_f^0 = D_{cp}^0 + \Delta^+ D_{cp}^0 - \Delta^- D_{cp}^0 + D_{mlp}^0 + \Delta^+ D_{mlp}^0 - \Delta^- D_{mlp}^0 + CP^0 + \Delta^+ CP^0 - \Delta^- CP^0 \quad (12)$$

E, subtraindo (5) a (12), temos:

$$\Delta^+ A_c^0 - \Delta^- A_c^0 + \Delta^+ A_f^0 - \Delta^- A_f^0 = \Delta^+ D_{cp}^0 - \Delta^- D_{cp}^0 + \Delta^+ D_{mlp}^0 - \Delta^- D_{mlp}^0 + \Delta^+ CP^0 - \Delta^- CP^0 \quad (13)$$

Incluindo os elementos circulantes no primeiro membro, vem:

$$\Delta^+ A_c^0 - \Delta^- A_c^0 + \Delta^+ D_{cp}^0 - \Delta^- D_{cp}^0 = (\Delta^- A_f^0 + \Delta^+ D_{mlp}^0 + \Delta^+ CP^0) - (\Delta^+ A_f^0 + \Delta^- D_{mlp}^0 + \Delta^- CP^0) \quad (14)$$

Sabendo que:

$$\Delta^+A_c^0 - \Delta^-A_c^0 + \Delta^-D_{cp}^0 - \Delta^+D_{cp}^0 = \text{variações no fundo de maneiio}$$

$$(\Delta^-A_f^0 + \Delta^+D_{mlp}^0 + \Delta^+CP^0) = \text{origens de fundos}$$

$$(\Delta^+A_f^0 + \Delta^-D_{mlp}^0 + \Delta^-CP^0) = \text{aplicações de fundos}$$

Fácil será concluir, tal como Carmona e Carrasco<sup>35</sup>, que as variações ocorridas no fundo de maneiio correspondem ao confronto entre as origens e as aplicações de fundos.

Existem, no entanto, situações para as quais devemos ter a máxima atenção porque não resultam em fluxos de fundos; são exemplos, as reavaliações, as transferências, as compensações de saldos e as operações resultantes de actos de cooperação por fusão ou aquisição.

### 3.2) A demonstração das variações dos fundos circulantes

O plano oficial de contabilidade, em vigor<sup>36</sup>, inclui esta demonstração no seu capítulo «9 - origem e aplicação de fundos».

<sup>35</sup> «Esta formulación analítica a que hemos llegado es de singular importancia... el análisis de dicha ecuación nos hace llegar a las siguientes conclusiones:

...

a) las variaciones en el fondo de maniobra están ocasionadas por operaciones en la que interviene una partida que pertenece al fondo de maniobra junto a outra partida que no pertenece a él,

b) que para que dicha transacción suponga un incremento de fondo de maniobra será necesario que se produzca una anotación en el debe de la cuenta que pertenece al fondo de maniobra, o, lo que es lo mismo, que se produzca uno de estos dos supuestos:  $(\Delta^+A_c^0, \Delta^-P_{cp}^0)$ ; a su vez, una disminución de fondo de maniobra tendrá lugar como consecuencia de una anotación en el haber de dicha cuenta o, lo que es lo mismo, que se produzca uno de los siguientes supuestos:  $(\Delta^-A_c^0, \Delta^+P_{cp}^0)$ .» (1994: 136-138)

<sup>36</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro.

A demonstração das variações dos fundos circulantes (DVFC), é elaborada a partir da análise comparativa dos activos circulantes e dos débitos a curto prazo de dois balanços sucessivos.

No entanto,

«com a evidenciação das cifras dos dois balanços sucessivos pode ter-se a ideia da relatividade das variações das rubricas, o que para a apreciação e crítica é muito mais útil e significativo do que o simples conhecimento das mutações em valor absoluto...»<sup>37</sup>.

Apesar de vários autores contestarem a utilidade da apresentação da DVFC, outros admitem que:

*«la elaboración... por parte de la empresa puede ayudar a ésta en la gestión y planificación financiera y de la tesorería, ya que, de este modo, dispondrá de una herramienta específica para analizar los cambios, y sus motivos, ocurridos en los recursos ... y en la tesorería, así como en determinados ratios relacionados con la solvencia empresarial...»<sup>38</sup>.*

---

<sup>37</sup> Rogério Fernandes Ferreira (1985: 115)

<sup>38</sup> Nevado Peña e Outros (1996: 502-503)

Apresentamos, de seguida, o modelo normalizado da DVFC, previsto no plano oficial de contabilidade, que evidencia as seguintes variações:

- no primeiro membro, as variações aumentativas de elementos do activo circulante e as variações diminutivas de elementos dos débitos a curto prazo; e
- no segundo membro, as variações diminutivas de elementos do activo circulante e as variações aumentativas de elementos dos débitos a curto prazo.

**Demonstração das variações dos fundos circulantes**

1 - Aumentos das existências (a)	x	1 - Diminuições das existências (a)	x
2 - Aumentos das dívidas de terceiros a curto prazo (a)	x	2 - Diminuições das dívidas de terceiros a curto prazo (a)	x
3 - Diminuições das dívidas a terceiros a curto prazo (a)	x	3 - Aumentos das dívidas a terceiros a curto prazo (a)	x
4 - Aumentos das disponibilidades (a)	x	4 - Diminuições das disponibilidades (a)	x
5 - Diminuição dos fundos circulantes	x	5 - Aumento dos fundos circulantes	x
	x		x

(a) A desenvolver segundo as rubricas do balanço

Podemos resumir as alternativas de variação nos fundos circulantes (fundo de maneo), para a DVFC, do seguinte modo:

$$(\Delta^+A_c + \Delta^-D_{cp}) > (\Delta^-A_c + \Delta^+D_{cp}) \Rightarrow \Delta^+ \text{ fundos}$$

$$(\Delta^+A_c + \Delta^-D_{cp}) = (\Delta^-A_c + \Delta^+D_{cp}) \Rightarrow \equiv \text{fundos}$$

$$(\Delta^+A_c + \Delta^-D_{cp}) < (\Delta^-A_c + \Delta^+D_{cp}) \Rightarrow \Delta^- \text{ fundos}$$

### 3.3) A demonstração da origem e da aplicação de fundos

A demonstração da origem e da aplicação de fundos (DOAF) é elaborada, quase exclusivamente<sup>39</sup>, a partir da análise comparativa dos activos fixos e dos capitais permanentes de dois balanços sucessivos.

O seu conteúdo evidencia as origens e as aplicações, do modo que se segue:

Origens	Aplicações
<b>Internas:</b>	<b>Internas:</b>
Autofinanciamento	Distribuições
<b>Externas:</b>	<b>Externas:</b>
Aumentos do capital próprio	Diminuições do capital próprio
Movimentos financeiros-MLP	Movimentos financeiros-MLP
Desinvestimentos	Investimentos
<b>Diminuição do fundo de manei</b>	<b>Aumento do fundo de manei</b>

<sup>39</sup> A análise comparativa não é total porque, como anteriormente referimos, existem situações para as quais se torna necessária a consulta de outros elementos do relato económico-financeiro, nomeadamente, o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados. Consideramos relevante o facto das reavaliações e respectivas reservas, das transferências entre imobilizações e entre contas do capital próprio, das compensações de saldos e das operações resultantes de actos de cooperação por fusão ou aquisição, não constituírem origem ou aplicação de fundos.

Para apurar a variação dos fundos circulantes a DVFC utiliza a óptica do capital circulante, enquanto a DOAF perfilha a óptica do capital fixo recorrendo à análise do activo fixo (imobilizações e créditos a médio e longo prazos) e do capital permanente (capital próprio e débitos a médio e longo prazos) de dois balanços sucessivos.

É, portanto, através da análise conjunta das variações ocorridas naquelas rubricas que obtemos as origens e as aplicações de fundos:

$$(\Delta^-A_f + \Delta^+D_{mlp} + \Delta^+CP) \Rightarrow \text{origem de fundos}$$

$$(\Delta^+A_f + \Delta^-D_{mlp} + \Delta^-CP) \Rightarrow \text{aplicação de fundos}$$

A preparação da DOAF envolve, como referimos, a comparação dos valores de algumas rubricas de dois balanços sucessivos e a análise directa de outros valores na demonstração dos resultados e no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

Podemos resumir aquelas tarefas do seguinte modo:

- considerar como origem de fundos os fluxos gerados pela actividade, ou seja, o autofinanciamento<sup>40</sup>;

---

<sup>40</sup> Para alguns autores, encontra expressão na soma do resultado líquido do exercício com as reintegrações e com a variação das provisões.

- analisar os movimentos ocorridos em contas do capital próprio, com o objectivo de evidenciar os influxos (origens) e os exfluxos (aplicações) de fundos<sup>41</sup>;
- comparar os saldos, em dois balanços consecutivos, das rubricas de créditos e de débitos a médio e longo prazos, após suprimir as compensações de saldos;
- decompor os movimentos ocorridos com os investimentos financeiros;
- analisar os investimentos, tendo em atenção os efeitos das reavaliações dos activos imobilizados, das transferências ocorridas entre contas de imobilizações e das aquisições por trabalhos da empresa para ela própria; e
- apurar o valor contabilístico líquido dos desinvestimentos, através dos valores relativos ao activo bruto e às reintegrações acumuladas.

A DOAF, no nosso entender, permite evidenciar as políticas da empresa quanto ao desenvolvimento do negócio (investimento e desinvestimento) e quanto às opções de financiamento do mesmo (capital interno ou capital externo).

---

<sup>41</sup> Excluem-se as transferências entre contas do capital próprio porque não geram fluxos de fundos.

Tal como fizemos para a DVFC, estamos em condições de resumir as alternativas de variação nos fundos circulantes (fundo de maneiio), na DOAF:

$$(\Delta^-A_f + \Delta^+D_{mlp} + \Delta^+CP) > (\Delta^+A_f + \Delta^-D_{mlp} + \Delta^-CP) \Rightarrow \Delta^+ \text{ fundos}$$

$$(\Delta^-A_f + \Delta^+D_{mlp} + \Delta^+CP) = (\Delta^+A_f + \Delta^-D_{mlp} + \Delta^-CP) \Rightarrow \equiv \text{ fundos}$$

$$(\Delta^-A_f + \Delta^+D_{mlp} + \Delta^+CP) < (\Delta^+A_f + \Delta^-D_{mlp} + \Delta^-CP) \Rightarrow \Delta^- \text{ fundos}$$

Após o exposto, contrariando a opinião de alguns autores, somos da opinião que a informação proporcionada pela DOAF pode servir como instrumento de diagnóstico e de avaliação da gestão empresarial.

Apresentamos, na página seguinte, o modelo normalizado da DOAF, previsto no plano oficial de contabilidade, que demonstra:

- no primeiro membro, os fluxos gerados pelo negócio, as variações aumentativas de elementos do capital próprio e dos débitos a médio e longo prazos e as variações diminutivas de elementos do activo fixo; e
- no segundo membro, as variações diminutivas de elementos do capital próprio e dos débitos a médio e longo prazos e as variações aumentativas de elementos do activo fixo.

Demonstração da origem e da aplicação de fundos

Origem dos fundos		Aplicação dos fundos		
Internas:		Distribuições:		
Resultado líquido do exercício	±x	Por aplicação de resultados	x	
Amortizações <sup>42</sup>	x	Por aplicação de reservas	x	x
Variação de provisões	±x			
Externas:		Diminuições dos capitais próprios:		
Aumentos dos capitais próprios:		Diminuições dos capitais próprios:		
Aumentos de capital e de prestações suplementares		Diminuições de capital e de prestações suplementares		
	x			x
Aumentos de prémios de emissão e de reservas especiais				
	x			
Cobertura de prejuízos				
	x	x		
Movimentos financeiros a médio e longo prazos:		Movimentos financeiros a médio e longo prazos:		
Diminuições de investimentos financeiros (a)		Aumentos de investimentos financeiros (a)		
	x		x	
Diminuições das dívidas de terceiros a médio e longo prazos (a)		Diminuições das dívidas a terceiros a médio e longo prazos (a)		
	x		x	
Aumentos das dívidas a terceiros a médio e longo prazos (a)		Aumentos das dívidas de terceiros a médio e longo prazos (a)		
	x		x	x
Diminuições de imobilizações: (a)		Aumentos de imobilizações: (a)		
Cessão de imobilizações (pelo valor contabilístico líquido)		Trabalhos da empresa para ela própria		
			x	
		Aquisição de imobilizações		
			x	x
Diminuição dos fundos circulantes		Aumento dos fundos circulantes		
	x			x
				x

(a) A desenvolver segundo as rubricas do balanço

<sup>42</sup> Na nossa opinião o termo reintegrações mostra-se mais adequado; no sentido de esclarecer eventuais dúvidas sobre as diferenças entre amortizações e reintegrações, propomos a leitura do artigo de Camilo Cimourdain de Oliveira, "Quinquagésimo ano - reintegrações versus amortizações", publicado na revista de contabilidade e comércio, n.º 209, vol. LIII, de Março de 1996.

### 3.4) Outros horizontes na apresentação dos fluxos de fundos

O modelo espanhol, designado por "*cuadro de financiación*", faz parte do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados<sup>43</sup>, é considerado peça importante do relato económico-financeiro pois permite evidenciar os recursos obtidos no exercício e as suas diferentes origens, bem como a aplicação dos mesmos em activos fixos ou circulantes.

Na opinião de Cuadrado Ebrero<sup>44</sup>, o "*cuadro de financiación*" constitui um instrumento útil no planeamento a médio e longo prazos.

De acordo com o disposto no *plan general de contabilidad*<sup>45</sup>, a preparação do *cuadro de financiación* deve ter em conta, entre outras, as seguintes regras:

- a apresentação dos valores do exercício em análise e do exercício anterior;

---

<sup>43</sup> Memoria

<sup>44</sup> «... su utilización es en base a dos propósitos fundamentales: 1.º) como medio de analizar lo que há ocurrido en el pasado, y 2.º) como medio de planificación de lo que há de ocurrir en el futuro, siendo un instrumento básico en el análisis de las consecuencias de los movimientos de flujos.

Como medio de análisis histórico, el estado de fondos muestra los resultados de políticas financieras que há seguido la empresa. En la política de adquisición de nuevos bienes de activo nos muestra la financiación utilizada, si han sido financiados com recursos propios o mediante préstamos u otras fuentes externas; en consecuencia... es un elemento esencial para determinar el monto, el momento y el carácter de las financiaciones... es decir, nos va a representar los cambios en la estructura financiera de la empresa...»

<sup>45</sup> (1995: 209-212)

- a evidenciação, em separado, das origens e das aplicações de fundos;
- o resumo dos aumentos e das diminuições ocorridos no capital circulante;
- a correcção do resultado líquido do exercício, que deve ser apresentada em resumo, poderá resultar num valor positivo (*recursos procedentes de las operaciones*) ou num valor negativo (*recursos aplicados en las operaciones*);
- as alienações das imobilizações originam fundos, cujo valor se obtem pela adição, ou subtracção, do seu valor contabilístico líquido com o ganho, ou perda, na operação;
- a não consideração, como origens ou aplicações de fundos, dos efeitos das reavaliações das imobilizações;
- a não consideração, como origens ou aplicações de fundos, dos efeitos das diferenças de câmbios em contas de devedores e credores; e
- a evidenciação, em separado, nas operações a médio e longo prazos de que resultem débitos e créditos, das respectivas origens e aplicações de fundos.

Cuadro de financiación

Aplicaciones	n	n-1	Orígenes	n	n-1
1. Recursos aplicados en las operaciones			1. Recursos procedentes de las operaciones		
2. Gastos de establecimiento y formalización de deudas			2. Aportaciones de accionistas		
3. Adquisiciones			a) Ampliaciones de capital		
a) Inmovilizaciones inmateriales			b) Para compensación de pérdidas		
b) Inmovilizaciones materiales			3. Subvenciones de capital		
c) Inmovilizaciones financieras			4. Deudas a largo plazo		
c1) Empresas del grupo			a) Empréstitos y otros pasivos análogos		
c2) Empresas asociadas			b) De empresas del grupo		
c3) Otras inversiones financieras			c) De empresas asociadas		
4. Adquisición de acciones propias			d) De otras empresas		
5. Reducciones de capital			e) De proveedores de inmovilizado y otros		
6. Dividendos			5. Enajenación de inmovilizado		
7. Cancelación o traspaso a corto plazo de deudas a largo plazo			a) Inmovilizaciones inmateriales		
a) Empréstitos y otros pasivos análogos			b) Inmovilizaciones materiales		
b) De empresas del grupo			c) Inmovilizaciones financieras		
c) De empresas asociadas			c1) Empresas del grupo		
d) De otras deudas			c2) Empresas asociadas		
e) De proveedores de inmovilizado y otros			c3) Otras inversiones financieras		
8. Provisiones para riesgos y gastos			6. Enajenación de acciones propias		
			7. Cancelación anticipada o traspaso a corto plazo de inmovilizaciones financieras		
			a) Empresas del grupo		
			b) Empresas asociadas		
			c) Otras inversiones financieras		
TOTAL APLICACIONES			TOTAL ORÍGENES		
EXCESO DE ORÍGENES S/APLICACIONES			EXCESO DE APLICACIONES S/ORÍGENES		
(AUMENTO DEL CAPITAL CIRCULANTE)			(DISMINUCIÓN DEL CAPITAL CIRCULANTE)		

Variación del capital circulante	Ejercicio n		Ejercicio n-1	
	Aumentos	Disminuciones	Aumentos	Disminuciones
1. Accionistas por desembolsos exigidos				
2. Existencias				
3. Deudores				
4. Acreedores				
5. Inversiones financieras temporales				
6. Acciones propias				
7. Tesorería				
8. Ajustes por periodificación				
TOTAL				
VARIACIÓN DEL CAPITAL CIRCULANTE				

É notória a semelhança entre o modelo utilizado em Portugal e o modelo utilizado em Espanha; de facto, também Rivero Romero sublinha a importância da informação acerca da origem e da aplicação de fundos:

«el estado de origen y aplicación de fondos, también denominado cuadro de financiación, estado de flujos de fondos, estado de cambios en la posición financiera, etc., facilita la información sobre los recursos que han afluído a la empresa y el destino o aplicación dado a los mismos...»<sup>46</sup>

<sup>46</sup> (1995: 536)

Acerca da demonstração da origem e da aplicação de fundos, consideramos importante reter a opinião de Alexander e Nobes:

«... historically, the practice of presenting funds flow statements grew up in an era when wide information disclosure was even less fashionable than it is now... funds flow statements came from, or could be derived directly from, the figures included in the published income statement, balance sheets and the notes thereto.»<sup>47</sup>

Aqueles autores consideram que a «*funds flow statement*» deve ser preparada de modo a evidenciar os fundos provenientes da actividade, as origens de fundos externos, as aplicações de fundos e as variações em contas de fundos circulantes:

«... a typical funds flow statement consists of four sections... (a) funds derived from operations; (b) funds derived from external sources; (c) application of funds to outside parties; (d) changes in working capital items (current assets and liabilities), including the movement in liquid funds, probably, but not necessarily, defined as cash and bank balances.»<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> (1994: 295-296)

<sup>48</sup> (1994: 296)

Relativamente aos fluxos de fundos, Jorge Farinha apresenta um outro modelo a que designa:

Quadro de origens e aplicações de fluxos de tesouraria<sup>49</sup>

ORIGENS	
Resultados económicos	(+)
Reintegrações do exercício	(+)
Provisões do exercício	(+)
Variação dos créditos a curto prazo	(-)
Variação das existências	(-)
Variação dos débitos de exploração a curto prazo	(+)
<b>(1) Fluxo operacional de tesouraria</b>	$\Sigma$
Resultados extraordinários	(+)
Impostos sobre lucros	(-)
<b>(2) Fluxo corrente de tesouraria</b>	$\Sigma$
Encargos financeiros líquidos	(-)
<b>(3) Fluxo gerado de tesouraria</b>	$\Sigma$
(4) Variação dos empréstimos a curto prazo	(+)
(5) Variação dos empréstimos a médio e longo prazos	(+)
(6) Aumentos de capital por entradas de dinheiro	(+)
<b>(7) Financiamento externo</b>	$= (4) + (5) + (6)$
<b>(8) Fluxo líquido de tesouraria</b>	$= (3) + (7)$
APLICAÇÕES	
(9) Investimento em activos fixos	(+)
(10) Distribuição de resultados	(+)
(11) Aumento de reservas financeiras de segurança	(+)
<b>(12) Fluxo líquido de tesouraria</b>	$= (9) + (10) + (11)$

<sup>49</sup> (1993: 23)

Para Jorge Farinha, a reconstituição dos fluxos de tesouraria permite dispor de um conjunto integrado de informações, que o balanço e a demonstração dos resultados não tornam perceptível; considera, ainda, que esta demonstração aprecia os fundos numa perspectiva de fluxos, isto é, dinâmica. Terminamos esta digressão aos diversos horizontes dos fluxos de fundos com o conceito defendido por Jorge Farinha, o fluxo líquido de tesouraria:

«este conceito representará o conjunto de meios de tesouraria gerados na empresa ou obtidos no seu exterior e que poderão ser aplicados em: investimento em capital fixo; pagamento de dividendos ou distribuição de resultados; aumento de reservas financeiras de segurança.»<sup>50</sup>

### **3.5) Aproximações entre os fluxos de fundos e os fluxos de caixa**

Uma das questões que tem preocupado os especialistas, que se debruçam em questões relacionadas com a vivência<sup>51</sup> empresarial, é saber qual o melhor método de prever os fluxos de caixa, perspectivando a rendibilização dos negócios. A este propósito, os fluxos de fundos, nas suas várias acepções, têm sido alvo de estudos conducentes à dogmatização da sua relação com os fluxos de caixa.

---

<sup>50</sup> (1993: 21)

<sup>51</sup> ou sobrevivência?

Num estudo recente, Giner Inchausti e Sancho Pérez, questionam as vantagens da contabilidade na base do acréscimo em confronto com a informação na base de caixa; na opinião destes autores, a insuficiência das demonstrações tradicionais (balanço e demonstração dos resultados) convida a *«analizar la utilidad de distintas variables referidas a flujos de fondos (fondo de maniobra, capital circulante monetário y tesorería) para predecir los futuros flujos de caja de la empresa... »*<sup>52</sup>.

De facto, a tomada de decisões económico-financeiras carece de informação de qualidade que, além de relatar o passado e ilustrar o presente, permita antever o futuro.

Será que a informação produzida na base do acréscimo responde a esta necessidade dos utentes? O recurso às demonstrações dos fluxos de fundos permitem uma antecipação dos fluxos de caixa?

*«El interés por esta variable radica en su importancia para la toma racional de decisiones económicas, además de que se trata de un dato fundamental para asegurar la supervivencia de la empresa en el futuro, aspecto que resulta de sumo interés no sólo para los inversores.»*<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> (1996: 9)

<sup>53</sup> Giner Inchausti e Sancho Pérez (1996: 10)

Vários trabalhos atribuíram aos fluxos de fundos, na acepção da variação dos fundos circulantes, uma grande importância na predição dos fluxos de caixa:

*«Nuestras conclusiones son consistentes com las de la mayoría de los trabajos empíricos realizados, tanto en Estados Unidos y Reino Unido, como en España, y confirman la mayor capacidad predictiva de la variable capital circulante de las operaciones, sin que haya sido posible detectar un efecto diferenciado por sectores.»<sup>54</sup>*

---

<sup>54</sup> Giner Inchausti e Sancho Pérez (1996: 10)

## Capítulo IV

## Capítulo IV

### Os fluxos de caixa

#### 4.1) Considerações

Os primeiros relatos económico-financeiros eram divulgados sem uniformidade de âmbito, terminologia e formato; além do relatório de gestão, eram apresentadas contas sem a comparação dos balanços e das demonstrações dos resultados sucessivos e sem a explicitação das eventuais divergências entre as variações ocorridas nos fundos disponíveis, nos resultados e no património.

Considerados autênticos documentos financeiros de análise, as demonstrações dos fluxos de fundos foram, durante longo período de tempo, as preferidas dos utentes da informação contabilística, apesar das diversas acepções atribuídas à palavra fundos.

A inclusão de quantias relativas ao exercício anterior nas demonstrações contabilísticas, concretamente no balanço e na demonstração dos resultados, aliada ao facto de a contabilidade se processar em regime de acréscimo, contribuiu para uma nova dimensão das demonstrações dos fluxos de fundos<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> Na opinião de vários autores a DVFC e a DOAF perderam, gradualmente, o seu significado.

Sem retirar valor às outras demonstrações (das alterações e da composição do património e da formação dos resultados), cuja informação acerca do desempenho é importante, as demonstrações dos fluxos de fundos facilitam ilações acerca da liquidez e da solvência das empresas<sup>56</sup>.

O surgimento da demonstração dos fluxos de caixa, permite a obtenção de informação, até então inexistente<sup>57</sup>, acerca da forma como a empresa gera e utiliza dinheiro, num período em análise:

- fluxos líquidos de caixa relativos às actividades operacionais;
- pagamentos e recebimentos relacionados com as actividades de investimento;
- pagamentos e recebimentos relacionados com as actividades de financiamento; e
- variação ocorrida nas contas de caixa e equivalentes entre o início e o fim do período.

---

<sup>56</sup> Em nossa opinião, apesar da percepção das variações ocorridas, em termos relativos, se tornar mais evidente pela simples leitura do balanço e da demonstração dos resultados, continua importante e actual a informação acerca das variações ocorridas nos fundos, quer na óptica do capital circulante (DVFC), quer na óptica do capital fixo (DOAF).

<sup>57</sup> Requisitos como a clareza, a utilidade e a comparabilidade dos documentos de prestação de contas foram, no nosso entender, importantes para a tomada de posição das "internacionais de contabilidade".

Os seus objectivos têm, portanto, a ver com a possibilidade de saber como foi gerado e aplicado o dinheiro, analisar as variações ocorridas na estrutura financeira (liquidez e solvabilidade) e ponderar a flexibilidade financeira da empresa.

A importância dos fluxos de caixa aumentou consideravelmente para os utilizadores da informação contabilística; a crescente necessidade de informação, oportuna e qualitativa, acerca do modo como as empresas geram e utilizam dinheiro teve reflexo na menor importância consignada ao resultado líquido<sup>58</sup>. A propósito desta preferência pela demonstração dos fluxos de caixa, Michel Ternisien sublinha que:

*«... il n'est donc pas déraisonnable d'affirmer qu'aujourd'hui le tableau des flux de trésorerie a recueilli l'unanimité de la communauté des professionnels de la comptabilité. Cette unanimité est beaucoup trop rare pour qu'il ne soit pas inutile ici de le souligner»<sup>59</sup>.*

O contexto de crescente importância dos fluxos de caixa, apesar de não manifestar virtudes na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência, motivou os entendidos a potenciar benefícios na utilização da demonstração dos fluxos de caixa.

---

<sup>58</sup> José Manuel da Costa e Sousa Ferreira Ribeiro (1995: 4), aponta que o refinamento do cálculo simultâneo do capital e do rédito, tem levado à utilização cada vez mais intensiva de artifícios que vão afastando a contabilidade e a sua prática do senso comum...

<sup>59</sup> (1995: 72)

As vantagens de uma demonstração desejada insuprível, justificam ansiedades; acautelando exageros, Rojo Ramirez aborda duas questões a necessitar de resposta por parte da informação contabilística:

*«1. Is it essential to make a cash flow statement, and if so, do we require it? Even recognising that it is necessary to know the reasons behind a company's cash flow during a particular period of time, could we substitute it with another statement?*

*2. What is the real utility for the company and, in general, for the accounting information users, having this kind of statement?..»<sup>60</sup>*

Na nossa opinião, os fluxos de caixa representam uma variável essencial na análise da liquidabilidade, da viabilidade e da flexibilidade financeiras<sup>61</sup> e na definição estratégica dos negócios das empresas, nomeadamente ao nível do investimento e do financiamento. São razões que permitem definir a linha de orientação deste capítulo: multiplicidade conceptual; controvérsia entre o resultado líquido e os fluxos de caixa; reflexões em torno da utilidade; etimologia; escolha do modelo; relato por actividades; métodos de apresentação; e tratamento específico de algumas situações.

---

<sup>60</sup> (1995: abstract)

<sup>61</sup> opinião comungada por David Chopping e Len Skerratt, (1996: 481)

#### 4.2) Multiplicidade conceptual

Desde que o conceito de "cash-flow" apareceu, nos Estados Unidos<sup>62</sup>, o mesmo tem assumido diversas acepções.

A tradução literal da expressão "cash-flow" significa fluxo de caixa, «todavia, a maneira de apresentar a formação do cash-flow tem variado e por isso também a sua definição.»<sup>63</sup>

A esta predilecção pela expressão "cash-flow", utilizada com diversas interpretações, A. Paton designou "cash flowitite"<sup>64</sup>.

A multiplicidade conceptual tem assentado, principalmente, em dois pilares:

- o conceito tradicional de autofinanciamento, ou seja, a soma dos resultados líquidos com as reintegrações e com a variação das provisões<sup>65</sup>; e
- o conceito contemporâneo de fluxo de caixa, isto é, de fluxo de tesouraria.

---

<sup>62</sup> Segundo Caldeira Menezes (1991: 112), num relatório da sociedade Northern Central Railroad, em 1863.

<sup>63</sup> Rogério Fernandes Ferreira (1985: 319)

<sup>64</sup> Gilbert Riebold (1981: 24)

<sup>65</sup> Exceptuam-se as provisões para cobranças duvidosas e as provisões para depreciação de existências que, podendo implicar não recebimentos, constituem regularizações de activos.

O primeiro pilar corresponde à diferença entre os proveitos que implicam recebimentos e os custos que implicam pagamentos; as reintegrações e as provisões são contas de regularização de activos e não representam desembolsos, portanto, não são incluídas no autofinanciamento<sup>66</sup>:

	resultado antes de impostos
+	reintegrações
+	provisões
=	<i>cash flow</i> bruto
-	impostos sobre o rendimento
=	<i>cash flow</i> líquido

	resultado líquido do exercício
-	impostos sobre o rendimento
-	dividendos a pagar
=	autofinanciamento
+	reintegrações
+	provisões
+	dividendos a pagar
=	<i>cash flow</i> líquido
+	impostos sobre o rendimento
=	<i>cash flow</i> bruto

<sup>66</sup> De acordo com Rogério Fernandes Ferreira (1985: 319), «um mapa de *cash-flow* de uma empresa será... um mapa de receitas embolsadas e de despesas desembolsadas... durante um certo período. ... Devido ao exposto tanto se diz... que: a) o *cash-flow* é o excedente das receitas sobre as despesas desembolsadas (ou propriamente desembolsáveis) que no fim de dado período de análise da gestão ficou à disposição da empresa; b) é o excedente dos proveitos que geraram receitas no período considerado sobre os custos de exploração que implicaram despesas (de caixa) no mesmo período. Em face dos conceitos formulados generalizou-se a prática de considerar o *cash-flow* como... autofinanciamento... isso pressupõe que não se verificarão sensíveis acréscimos ou decréscimos nas demais rubricas do balanço... ».

Concordamos com Rogério Fernandes Ferreira<sup>67</sup> quando adverte que as reintegrações geram indirectamente fundos, ou seja, podem proporcionar liquidez mas não constituem financiamentos, uma vez que estes provêm apenas de acréscimos do capital próprio e, ou, do passivo.

O segundo pilar pode ser definido como os fluxos de entradas e saídas de dinheiro e de equivalentes a dinheiro; «é o conceito dinâmico, que se contrapõe ao estático»<sup>68</sup>. É normal designar as entradas por recursos, origens ou influxos de caixa<sup>69</sup> e as saídas por consumos, aplicações ou exfluxos de caixa<sup>70</sup>.

As variações ocorridas, num determinado período, são expressas pela diferença entre os influxos e os exfluxos:

$$\text{FLUXOS DE CAIXA} = \text{INFLUXOS DE CAIXA} - \text{EXFLUXOS DE CAIXA}^{71}$$

Portanto, esta acepção tem a utilidade de ser um indicador das origens e das aplicações de dinheiro e equivalentes a dinheiro.

Sublinhamos que, o facto de uma empresa obter um resultado líquido positivo (negativo) não sustenta uma situação suficiente (insuficiente) em termos de tesouraria.

<sup>67</sup> (1985: 116)

<sup>68</sup> Hanglin (1985: 11)

<sup>69</sup> *cash inflows*

<sup>70</sup> *cash outflows*

<sup>71</sup> *cash-flow = cash inflows - cash outflows*

Podemos, inclusive, afirmar que a situação financeira de uma empresa não depende dos resultados líquidos, das reintegrações e das provisões; estas grandezas permitem avaliar acerca da situação económica.

Após o exposto, será prudente preferirmos para o *cash flow*, o conceito de fluxo de caixa em detrimento do conceito de autofinanciamento.

#### **4.3) A controvérsia: resultado líquido vs fluxos de caixa**

A propósito das dúvidas geradas em torno da utilidade, Jane Aubert-Krier, refere que «o *cash flow* é frequentemente utilizado para colmatar as insuficiências da noção de lucro»<sup>72</sup>.

É normal que nas empresas os problemas se prendam com a viabilização dos negócios, perspectivando o lucro; mas, o lucro já não é o que era... e resultados líquidos avultados não representam garantia de que existe dinheiro para solver os compromissos operacionais e de financiamento do investimento.

São pequenos grandes problemas, que originam questões cuja finalidade é compreender a diferença entre o resultado líquido (apurado na base do acréscimo) e os fluxos de tesouraria ou de caixa.

---

<sup>72</sup> (1988: 46)

A determinação do resultado na base de caixa ignora o princípio do balanceamento, segundo o qual os gastos servem para obtenção dos réditos.

Conseqüentemente, a preparação e apresentação das demonstrações contabilísticas na base de caixa não estão em conformidade com o princípio do acréscimo, o que não impede o aumento permanente da utilização da demonstração dos fluxos de caixa.

A justificação para aquela utilização, na apreciação de Flores Caballero, é que o mundo empresarial procura, na informação contabilística, a relação entre o resultado líquido e o dinheiro disponível:

*«... cuando realizamos la presentación de resultados, estamos ya habituados, a que tanto los directivos como empresarios nos pregunten: Dónde esta el dinero ganado en este ejercicio, cuando los saldos finales de la caja y los bancos son menores que los iniciales?, o viceversa: Como se puede perder dinero, cuando hemos pagado a todo el personal, seguros sociales, proveedores, acreedores, o incluso las anualidades de los prestamos hipotecarios?.»<sup>73</sup>*

---

<sup>73</sup> (1996: 727)

Sustenta, aquele autor<sup>74</sup>, que o resultado na base do acréscimo será igual ao resultado na base de caixa quando não lhe são imputadas provisões e reintegrações e quando todas as operações da empresa são realizadas a dinheiro, o que julgamos de difícil concretização.

De facto, a realidade evidencia uma situação oposta, ou seja, ao resultado são imputadas provisões e reintegrações e, quase sempre, as operações são realizadas a crédito a curto ou a médio e longo prazos.

Para ilustrar esta assimetria, entre o resultado líquido e os fluxos líquidos de caixa, adaptamos um exemplo apresentado por Kieso e Weygandt<sup>75</sup>:

A *Quality* assinou um contrato para construir uma garagem, por \$22,000. Em Janeiro, iniciou a construção e incorreu em custos no montante de \$18,000, a crédito; no fim de Janeiro entregou a garagem, pronta, ao comprador. Em Fevereiro, a *Quality* recebeu \$22,000 do cliente. Em Março, a *Quality* pagou \$18,000 aos fornecedores.

De acordo com os elementos disponíveis, apresentamos a demonstração dos resultados, nas bases de caixa e do acréscimo, para os três meses:

---

<sup>74</sup> (1996: 727-728)

<sup>75</sup> (1992: 94-95)

<b>BASE DE CAIXA</b>	Jan	Fev	Mar	Total
Recebimentos	\$0	\$22,000	\$0	\$22,000
Pagamentos	\$0	\$0	\$18,000	\$18,000
Resultado líquido	<b>\$0</b>	<b>\$22,000</b>	<b>-\$18,000</b>	<b>\$4,000</b>

<b>BASE DO ACRÉSCIMO</b>	Jan	Fev	Mar	Total
Proveitos	\$22,000	\$0	\$0	\$22,000
Custos	\$18,000	\$0	\$0	\$18,000
Resultado líquido	<b>\$4,000</b>	<b>\$0</b>	<b>\$0</b>	<b>\$4,000</b>

Para o período em análise o resultado líquido é o mesmo, na base de caixa e na base do acréscimo; a diferença está no *timing* do reconhecimento.

Apresentamos, de seguida, o balanço, nas bases de caixa e do acréscimo, para os mesmos três meses:

<b>BASE DE CAIXA</b>	Jan.31	Fev.28	Mar.31
<b>Activo</b>			
Caixa	\$0	\$22,000	\$4,000
Total do activo	<b>\$0</b>	<b>\$22,000</b>	<b>\$4,000</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>			
Capital próprio	\$0	\$22,000	\$4,000
Total do capital próprio e do passivo	<b>\$0</b>	<b>\$22,000</b>	<b>\$4,000</b>

BASE DO ACRÉSCIMO	Jan.31	Fev.28	Mar.31
<b>Activo</b>			
Créditos	\$22,000	\$0	\$0
Caixa	\$0	\$22,000	\$4,000
Total do activo	\$22,000	\$22,000	\$4,000
<b>Capital próprio e passivo</b>			
Capital próprio	\$4,000	\$4,000	\$4,000
Débitos	\$18,000	\$18,000	\$0
Total do capital próprio e do passivo	\$22,000	\$22,000	\$4,000

A análise conjunta dos balanços e das demonstrações dos resultados, permite concluir que a base de caixa se mostra antagónica à actual teoria contabilística:

- relata de modo diferido, o rédito de \$22,000;
- ignora um influxo futuro de caixa, no valor de \$22,000;
- relata de modo diferido, os custos incorridos de \$18,000;
- ignora um exfluxo futuro de caixa, no valor de \$18,000; e
- o relato do capital próprio é aferido aos fluxos de caixa.

Apesar das diferenças conceptuais, na opinião de John G. Helmkamp é possível relacionar a base do acréscimo com a base de

caixa, na determinação dos fluxos de caixa provenientes da actividade operacional, como demonstra a seguinte tabela de conversão<sup>76</sup>:

demonstração dos resultados		demonstração dos resultados
base do acréscimo	ajustamentos	base de caixa
rédito das vendas	+ saldos iniciais de contas a receber	
	- saldos finais de contas a receber	= recebimentos de clientes
menos		
↓		
custo dos bens vendidos	- saldos iniciais de existências	menos
	+ saldos finais de existências	
	+ saldos iniciais de contas a pagar	↓
	- saldos finais de contas a pagar	= pagamentos a fornecedores
menos		
↓		
custos e perdas	- saldos iniciais de custos diferidos	
	+ saldos finais de custos diferidos	menos
	+ saldos iniciais de acréscimos de custos	↓
	- saldos finais de acréscimos de custos	= pagamentos de custos
	- custo da depreciação (reintegração)	
igual		
		igual
↓		↓
<b>resultado líquido</b>		<b>resultado líquido</b>
<b>base do acréscimo</b>		<b>base de caixa</b>

Resumo dos fluxos de caixa das actividades operacionais

<sup>76</sup> (1990: 797)

Estas divergências levam a Kieso e Weygandt a questionar se a base de caixa combinada com a base do acréscimo, tal como é utilizada por empresários em nome individual e por profissionais independentes, não seria a solução ideal para as empresas.

#### **4.4) Reflexões em torno da utilidade**

Outra questão, para além da compreensão das diferenças entre os resultados nas bases de caixa e do acréscimo, está subjacente à utilidade da informação contida nos fluxos de caixa.

Na opinião de Weygandt, Kieso e Kell<sup>77</sup>, a informação obtida na demonstração dos fluxos de caixa deve ajudar os utilizadores a:

- determinar os influxos e efluxos futuros de caixa;
- avaliar a capacidade da empresa em solver compromissos e pagar dividendos;
- compreender as razões para as diferenças entre o resultado líquido e o dinheiro gerado, nas actividades operacionais; e
- examinar os fluxos de caixa das actividades de investimento e de financiamento.

---

<sup>77</sup> (1993: 767-768 e 780-781)

Para Gilbert Riebold, a análise dos fluxos de caixa surge como instrumento essencial ao controlo permanente da gestão das empresas e da informação económico-financeira, é um excelente «meio de controlo de gestão, de informação financeira e de previsão orçamental»<sup>78</sup>. A preferência pela natureza financeira do termo é evidenciada por Caldeira Menezes:

«o cash flow é um conceito de natureza financeira, pois refere-se aos próprios fluxos financeiros - e não só aos saldos anuais -, e pode circunscrever-se à exploração (*operational cash flow*) ou aos fluxos extra-exploração (*inoperational cash flow*) ou ainda abranger a totalidade dos fluxos financeiros (*cash flow*).»<sup>79</sup>

Apresenta, aquele autor, um mapa de análise a que designou "mapa do *cash flow*"<sup>80</sup> e que permite evidenciar:

- a tesouraria de exploração;
- a tesouraria extra-exploração;
- a tesouraria total; e
- o saldo acumulado da tesouraria.

---

<sup>78</sup> (1981: 6)

<sup>79</sup> (1991: 112)

<sup>80</sup> (1991: 103)

Vendas líquidas	(1)
Variação do crédito concedido	±(2)
Recebimentos de exploração	(3)=(1±2)
Custo das existências vendidas e consumidas	(4)
Custo da distribuição	(5)
Custos administrativos	(6)
Custos financeiros de financiamento	(7)
Outros custos de exploração	(8)
Custos de exploração totais	(9)=(4+5+6+7+8)
Reintegrações (exploração)	-(10)
Provisões líquidas (exploração)	-(11)
Variação das existências totais	±(12)
Variação dos adiantamentos a fornecedores	±(13)
Despesas de exploração	(14)=[(9-10-11)±(12+13)]
Variação do crédito obtido (discriminado)	±(15)
Variação das despesas de exploração a pagar	±(16)
Pagamentos de exploração	(17)=[(14)±(15+16)]
<b>Tesouraria de exploração</b>	<b>(18)=(3-17)</b>
Recebimentos extra-exploração	(19)
Custos financeiros de financiamento	(20)
Investimentos (capital fixo e outros)	(21)
Impostos sobre o rendimento do exercício	(22)
Reembolsos de empréstimos	(23)
Lucros distribuídos	(24)
Outros reembolsos	(25)
Pagamentos extra-exploração	(26)=(20+21+22+23+24+25)
<b>Tesouraria extra-exploração</b>	<b>(27)=(19-26)</b>
<b>Tesouraria global</b>	<b>(28)=(18+27)</b>
Disponível inicial	(29)
<b>Saldo acumulado de tesouraria</b>	<b>(30)=(28+29)</b>

Também Carvalho das Neves preferiu a utilidade monetária do termo, como decorre do seu "mapa de fluxos monetários"<sup>81</sup>:

<sup>81</sup> (1992: 239-250)

Vendas	
- Acréscimo dos clientes	
+ Acréscimo dos adiantamentos de clientes	
+ Acréscimo dos adiantamentos por conta de vendas	
<b>(1) = Recebimentos de exploração</b>	
Custo dos produtos vendidos	
+ Despesas administrativas	
+ Impostos	
= Custos de exploração desembolsáveis	
+ Acréscimo de existências de matérias	
+ Acréscimo de existências de produtos	
+ Acréscimo dos adiantamentos por conta de compras	
+ Acréscimo dos adiantamentos a fornecedores	
- Acréscimo dos fornecedores	
- Acréscimo do Estado e outros entes públicos a pagar de exploração	
+ Acréscimo do Estado e outros entes públicos a receber	
<b>(2) = Pagamentos de exploração</b>	
<b>(3) Tesouraria de exploração</b>	(1-2)
Investimentos de substituição	
+ Acréscimo dos adiantamentos a fornecedores de imobilizado de substituição	
- Acréscimo dos fornecedores de imobilizado de substituição	
<b>(4) = Pagamentos de investimentos de substituição</b>	
<b>(5) Meios libertos operacionais</b>	(3-4)
Resultados financeiros	
+ Resultados extraordinários	
- Imposto sobre o rendimento	
+ Acréscimo do Estado - Imposto sobre o rendimento	
<b>(6) = Saldo dos fluxos compulsivos e extraordinários</b>	
<b>(7) Meios disponíveis para decisões estratégicas</b>	(5+6)
Investimentos menos desinvestimentos de expansão	
- Acréscimo dos fornecedores de imobilizado	
+ Acréscimo dos adiantamentos de fornecedores de imobilizado	
<b>(8) = Pagamentos de investimentos no negócio</b>	
<b>(9) Meios libertos pelo negócio</b>	(7-8)
Investimentos de diversificação	
- Acréscimo dos fornecedores de imobilizado por investimentos de diversificação	
+ Acréscimo dos adiantamentos a fornecedores de imobilizado por investimentos de diversificação	
+ Investimentos - desinvestimentos financeiros	
<b>(10) = Pagamento de investimentos de diversificação</b>	
<b>(11) Meios disponíveis para accionistas e credores</b>	(9-10)
Dividendos	
+ Acréscimo de dividendos antecipados	
+ Acréscimo dos adiantamentos por conta de lucros	
- Acréscimo de accionistas - lucros disponíveis	
<b>(12) = Pagamento de dividendos</b>	
<b>(13) Saldo de financiamento</b>	(11-12)
+ Acréscimo de dividas a médio e longo prazos a instituições de crédito	
+ Aumento de capital em dinheiro	
<b>(14) = Meios libertos líquidos</b>	
+ Acréscimo de dividas a curto prazo a instituições de crédito	
+ Acréscimo de outros credores	
- Acréscimo de outros devedores	
<b>(15) = Variação dos depósitos bancários e caixa</b>	
<b>(16) Saldo disponível inicial</b>	
<b>(17) Saldo disponível final (Situação de tesouraria)</b>	(15+16)

Sendo, o *cash flow*, uma grandeza com maior alcance em relação ao resultado líquido, vários autores preferem a sua utilização para determinar relações com outras grandezas. É o caso dos rácios financeiros de estrutura e dos rácios económicos de rendibilidade, apresentados por Arlindo F. Santos<sup>82</sup>:

- análise financeira, de estrutura:

$\frac{\text{cash flow}}{\text{gastos financeiros}}$	$\frac{\text{cash-flow}}{\text{passivo a médio e longo prazos}}$
$\frac{\text{cash flow}}{\text{passivo total}}$	$\frac{\text{cash-flow}}{\text{capital circulante}}$

- análise económica, de rendibilidade:

$\frac{\text{cash flow}}{\text{vendas líquidas}}$	$\frac{\text{cash-flow}}{\text{investimento global}}$
$\frac{\text{cash flow}}{\text{activo bruto}}$	$\frac{\text{cash-flow}}{\text{capital próprio}}$

#### 4.5) A demonstração dos fluxos de caixa

##### 4.5.1) Etimologia

Para a compreensão da demonstração dos fluxos de caixa, achamos por bem transcrever o significado específico atribuído, pela directriz contabilística n.º 14, da CNC, aos termos caixa,

<sup>82</sup> (1981: 338)

equivalentes a caixa, fluxos de caixa, actividades operacionais, actividades de investimento e actividades de financiamento:

- caixa: compreende o numerário e os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis;
- equivalentes a caixa: compreende os outros depósitos bancários e os investimentos de curto prazo cuja conversão em numerário possa efectuar-se sem grandes riscos de alterações de valor no prazo máximo de três meses a contar da data da sua constituição ou aquisição; são, ainda, de considerar como componentes negativos dos equivalentes a caixa os descobertos bancários (*overdraft*);
- fluxos de caixa: são as entradas (recebimentos) em caixa e as saídas (pagamentos) de caixa, e seus equivalentes;
- actividades operacionais: são as que constituem o objecto das actividades da empresa e as outras que não sejam de considerar como actividades de investimento ou de financiamento;
- actividades de investimento: compreendem a aquisição e alienação de immobilizações corpóreas e incorpóreas e aplicações financeiras não consideradas como equivalentes a caixa; e

- actividades de financiamento: são as que resultam de alterações na extensão e composição dos empréstimos obtidos e do capital próprio da empresa.

#### 4.5.2) A escolha do modelo

É reconhecida, pela CMVM, a importância de fazer acompanhar as demonstrações contabilísticas de informação quanto aos fluxos de dinheiro gerados e utilizados pelas actividades operacionais, de investimento e de financiamento da empresa:

«A divulgação de demonstrações de fluxos de caixa adequadamente normalizadas aparece claramente como requisito indispensável para a correcta avaliação da evolução e perspectivas das empresas»<sup>83</sup> e «para a avaliação das mudanças na posição e estrutura financeira... incluindo a sua liquidez e solvabilidade, e da sua capacidade de adaptação financeira a novas circunstâncias e oportunidades... melhora a comparabilidade da informação.»<sup>84</sup>

O modelo que a CMVM exige é, naturalmente, o da directriz contabilística n.º 14 que apresenta grandes afinidades com o da norma internacional de contabilidade n.º 7.

<sup>83</sup> Regulamento n.º 93/11, da CMVM

<sup>84</sup> Recomendação n.º 93/1, da CMVM

Também o IASC defende, nos parágrafos 103 e 104<sup>85</sup> do *exposure draft E53*, que as empresas devem relatar os fluxos de caixa em conformidade com o disposto na norma internacional de contabilidade n.º 7, «*cash flow statements*».

#### 4.5.3) O relato por actividades

Os componentes da demonstração dos fluxos de caixa, permitem classificar os fluxos de caixa de acordo com o tipo de actividade que os originaram; esses fluxos podem ser provenientes de actividades:

- operacionais, que indicam a capacidade de a empresa gerar meios de pagamento suficientes;
- de investimento, que representam a extensão dos dispêndios feitos para obter recursos cuja finalidade é gerar resultados e fluxos de caixa futuros; e
- de financiamento, que permitem estimar as necessidades de meios de pagamento e de novas entradas de capital, bem como proporcionar aos financiadores informação sobre a capacidade de serem reembolsados.

---

<sup>85</sup> «IAS 7 sets out requirements for the presentation of the cash flow statement and related disclosures. It states that cash flow information is useful in providing users of financial statements with a basis to assess the ability of the enterprise to generate cash and equivalents and the needs of the enterprise to utilize those cash flows.»

A tipificação das operações que originam os recebimentos e os pagamentos é apresentada no seguinte quadro<sup>86</sup>:

<p><b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b></p> <p><b>Influxos de caixa</b></p> <p>venda de bens e serviços</p> <p>juros de empréstimos e lucros ou dividendos de partes de capital</p> <p><b>Exfluxos de caixa</b></p> <p>fornecedores de existências</p> <p>pessoal</p> <p>Estado (impostos)</p> <p>credores (juros)</p> <p>outros (custos)</p>	<p>demonstração resultados</p>
<p><b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b></p> <p><b>Influxos de caixa</b></p> <p>alienação de terrenos, edifícios e equipamentos</p> <p>alienação de títulos e obrigações e de partes de capital</p> <p>amortização de empréstimos concedidos a terceiros</p> <p><b>Exfluxos de caixa</b></p> <p>aquisição de terrenos, edifícios e equipamentos</p> <p>aquisição de títulos e obrigações e de partes de capital</p> <p>empréstimos a terceiros</p>	<p>generalidade activos longo prazo</p>
<p><b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b></p> <p><b>Influxos de caixa</b></p> <p>partes de capital, prémios de emissão e prestações suplementares</p> <p>emissão de títulos e obrigações</p> <p><b>Exfluxos de caixa</b></p> <p>dividendos</p> <p>amortização de empréstimos e aquisição de acções (quotas) próprias</p>	<p>generalidade passivos longo prazo e capital próprio</p>

<sup>86</sup> Kieso e Weygandt (1992: 1275) e Wetgandt, Kieso e Kell (1993: 754)

#### 4.5.4) Os métodos de apresentação

Quanto ao relato das actividades operacionais, o parágrafo 18 da NIC7, permite a utilização de dois métodos de descrever as actividades operacionais: o método directo e o método indirecto.

O método directo é aquele em que são divulgados os principais componentes dos recebimentos de caixa e pagamentos de caixa, em termos brutos, e que são obtidos:

- directamente dos registos contabilísticos da empresa, mediante a adopção de rubricas apropriadas; ou
- pelo ajustamento das vendas, custo das vendas e outras rubricas da demonstração dos resultados que respeitem a:
  - variações ocorridas, durante o período contabilístico, nas existências e nas dívidas operacionais de e a terceiros;
  - outras rubricas não relacionadas com caixa; e
  - outras rubricas cujos efeitos de caixa respeitem a fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

O método indirecto é aquele em que o resultado líquido é ajustado de modo a excluïrem-se os efeitos de transacções que não sejam dinheiro, acréscimos ou diferimentos relacionados com recebimentos ou pagamentos passados ou futuros e contas de custos ou proveitos relacionados com fluxos de caixa respeitantes às actividades de investimento ou de financiamento; neste método, o fluxo líquido de caixa das actividades operacionais é calculado a partir do resultado líquido do exercício ajustado pelos efeitos:

- de variações ocorridas, durante o período contabilístico, nas existências e nas dívidas operacionais de e a terceiros;
- de rubricas não relacionadas com caixa; e
- de todas as outras rubricas cujos efeitos de caixa respeitem a fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

As vantagens do método directo são, entre outras, as seguintes:

- mostra o montante total dos influxos e dos exfluxos de caixa originados pelas actividades operacionais; em consequência, a demonstração dos fluxos de caixa evidencia todos os actuais influxos e exfluxos gerados e aplicados pela empresa e, por conseguinte, acaba por ser mais consistente com o objectivo da demonstração; e

- fornece informação acerca do montante das vendas que tenham resultado em influxos de caixa, o que pode ter muita utilidade na melhor avaliação do valor económico das vendas, apresentado na conta de ganhos e perdas.

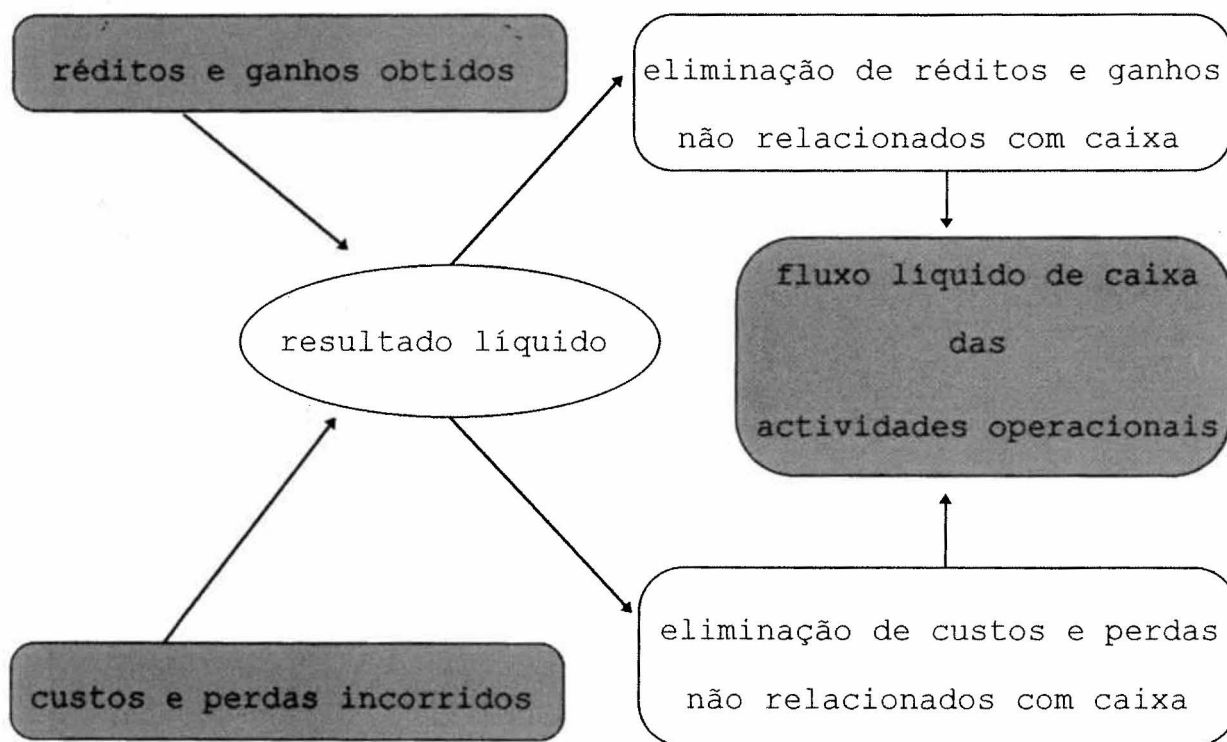
As vantagens do método indirecto são, entre outras, as seguintes:

- a reconciliação do resultado da conta de ganhos e perdas e dos fluxos de caixa gerados ou usados nas actividades operacionais é útil para compreender a ligação entre as actividade económica e a geração e absorção de fluxos de caixa; concentrado nas diferenças entre o rendimento líquido e os fluxos de caixa líquidos provenientes de actividades operacionais possibilita aos utilizadores uma útil ferramenta para a avaliação do desempenho financeiro de uma empresa; e
- a sua aplicação pode evitar custos de desenvolvimento significativos, acima daqueles actualmente requeridos quando o nível de detalhe dos influxos e dos exfluxos de caixa incluem subcategorias de recebimentos (informação por segmentos) ou pagamentos (fornecedores e empregados).

Pensamos ser vantajoso, lembrar o facto de a informação contabilística necessitar de relatar as actividades operacionais utilizando apenas um dos métodos de apresentação:

- o método directo, pela reunião de valores directamente dos registos contabilísticos da empresa, o que requer por parte desta a manutenção de um sistema contabilístico que assegure o correcto registo e alocação dos influxos e dos exfluxos de caixa logo que ocorram; ou
- o método indirecto, pelo ajustamento dos itens apresentados na conta de ganhos e perdas.

Resumidamente, Kieso e Weygandt<sup>87</sup>, apresentam as diferenças entre o resultado líquido e o fluxo líquido de caixa, nas actividades operacionais:



Na tentativa de colher os benefícios de ambos os métodos, enquanto se foca a atenção da demonstração nos recebimentos e

<sup>87</sup> (1992: 1278)

pagamentos de caixa, deve ser exigido que, onde o relato das actividades operacionais pelo método directo for aplicável, seja condição a reconciliação dos rendimentos líquidos e dos fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais.

No entanto, pensamos ser desejável<sup>88</sup> a utilização do método directo na determinação dos fluxos de caixa das actividades operacionais, dado que, além de ser aquele que proporciona informações mais detalhadas e completas, facilita a preparação de estimativas sobre futuros fluxos de caixa não possíveis pela utilização do método indirecto.

Quanto ao relato das actividades de investimento e de financiamento, em suplemento ao disposto no parágrafo 21 da NIC7, alguns entendidos defendem que a inclusão de informação adicional sobre os débitos líquidos tem bastante utilidade; esta pode ser obtida pela inclusão de um subtotal com o título "fluxos de caixa antes do financiamento" ou pela reconciliação dos movimentos em caixa e equivalentes a caixa com os movimentos de débitos líquidos.

Concluimos a exposição relativa aos métodos de apresentação, alvitando um esquema da demonstração dos fluxos de caixa<sup>89</sup>, na perspectiva de Kieso e Weygandt<sup>90</sup>:

---

<sup>88</sup> Em Portugal, o Regulamento n.º 93/11, da CMVM, impõe às empresas sujeitas à disciplina normativa contabilística do plano oficial de contabilidade com acções admitidas à cotação, a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, pelo método directo.

<sup>89</sup> Pelo método indirecto

<sup>90</sup> (1992: 1276)

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
resultado líquido		XXX
ajustamentos de reconciliação		
(do resultado líquido para o fluxo líquido de caixa das actividades operacionais)		
(lista de itens)	XX	XX
<b>fluxo líquido de caixa das actividades operacionais</b>		XXX
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(lista dos influxos e dos exfluxos)	XX	
<b>Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento</b>		XXX
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(lista dos influxos e dos exfluxos)	XX	
<b>Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento</b>		XXX
Aumento (diminuição) líquido de caixa		XXX
Caixa no início do período		XXX
Caixa no fim do período		XXX

Tendo em vista a uniformidade da demonstração dos fluxos de caixa, o modelo adoptado pela directriz contabilística n.º 14 é aquele que é considerado essencial para a divulgação dos fluxos de caixa. São exibidos, de seguida, os métodos configurados na directriz contabilística n.º 14 para a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa; todos os passos evidenciados por reticências, admitem a criação de rubricas.

**Método directo:**

**Actividades operacionais:**

Recebimentos de clientes (a)	+	x	
Pagamentos a fornecedores (b)	-	x	
Pagamentos ao pessoal	-	x	
Fluxo gerado pelas operações	±	x	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento (c)		x	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional (d)	±	x	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	±	x	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	+	x	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-	x	
Fluxos das actividades operacionais [1]		±	x

**Actividades de investimento:**

Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros (e)		x	
Imobilizações corpóreas		x	
Imobilizações incorpóreas		x	
Subsídios de investimento		x	
Juros e proveitos similares		x	
Dividendos		x	
...		x	x
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		x	
Imobilizações corpóreas		x	
Imobilizações incorpóreas		x	
...		x	x
Fluxos das actividades de investimento [2]		±	x

**Actividades de financiamento:**

Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		x	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		x	
Subsídios e doações		x	
Venda de acções (quotas) próprias		x	
Cobertura de prejuízos		x	
...		x	x
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		x	
Amortização de contratos de locação financeira		x	
Juros e custos similares		x	
Dividendos		x	
Reduções de capital e prestações suplementares		x	
Aquisição de acções (quotas) próprias		x	
...		x	x
Fluxos das actividades de financiamento [3]		±	x

Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]	±	x
Efeito das diferenças de câmbio	±	x
Caixa e seus equivalentes no início do período		x
Caixa e seus equivalentes no fim do período		x

(a) Compreende as importâncias recebidas de clientes e respeitantes à venda de mercadorias, de produtos e de serviços, com excepção do recebimento de juros e proveitos similares, que são de incluir nas actividades de investimento.

(b) Compreende as importâncias pagas a fornecedores e respeitantes à compra de bens e serviços, com excepção do pagamento de juros e custos similares, que são de incluir nas actividades de financiamento.

(c) Compreende as importâncias pagas e recebidas relativas a imposto sobre o rendimento, salvo as que puderem ser especificamente identificadas como actividades de investimento e de financiamento.

(d) Compreende as importâncias recebidas e pagas que sejam de considerar no âmbito das actividades operacionais e que não tenham sido relevadas sob as denominações anteriores.

(e) Compreende as importâncias recebidas pela venda de partes de capital e pelo reembolso de empréstimos concedidos.

**Método indirecto:**

**Actividades operacionais:**

Resultado líquido do exercício	±	x
Ajustamentos:		
Amortizações (a)	+	x
Provisões (b)	±	x
Resultados financeiros (c)	±	x
Aumento das dívidas de terceiros (d)	-	x
Diminuição das dívidas de terceiros (d)	+	x
Aumento das existências	-	x
Diminuição das existências	+	x
Aumento das dívidas a terceiros (d)	+	x
Diminuição das dívidas a terceiros (d)	-	x
Diminuição dos proveitos diferidos	-	x
Aumento dos acréscimos e diferimentos	-	x
Diminuição dos custos diferidos	+	x
Aumento dos acréscimos de custos	+	x
Ganhos na alienação de imobilizações	-	x
Perdas na alienação de imobilizações	+	x
...		x
Fluxo das actividades operacionais [1]		± x

**Actividades de investimento:**

Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros (e)		x
Imobilizações corpóreas		x
Imobilizações incorpóreas		x
Subsídios de investimento		x
Juros e proveitos similares		x
Dividendos		x
...		<u>x</u> x
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		x
Imobilizações corpóreas		x
Imobilizações incorpóreas		x
...		<u>x</u> x
	Fluxos das actividades de investimento [2]	<u>± x</u>

**Actividades de financiamento:**

Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		x
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		x
Subsídios e doações		x
Venda de acções (quotas) próprias		x
Cobertura de prejuízos		x
...		<u>x</u> x
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos		x
Amortização de contratos de locação financeira		x
Juros e custos similares		x
Dividendos		x
Reduções de capital e prestações suplementares		x
Aquisição de acções (quotas) próprias		x
...		<u>x</u> x
	Fluxos das actividades de financiamento [3]	<u>± x</u>

Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]	± x
Efeito das diferenças de câmbio	± x
Caixa e seus equivalentes no início do período	x
Caixa e seus equivalentes no fim do período	x

(a) Com exclusão das amortizações incluídas nos resultados financeiros.

(b) Com exclusão incluídas nos resultados financeiros.

(c) Com exclusão das operações relacionadas com as actividades operacionais.

(d) Inclui somente as dívidas relacionadas com as actividades operacionais.

(e) Compreende as importâncias recebidas pela venda de partes de capital e pelo reembolso de empréstimos concedidos.

#### 4.5.5) Tratamento específico de algumas situações

Com a análise do tratamento específico de algumas situações, pretendemos ensaiar a aproximação de documentos considerados relevantes para o tema em estudo: a norma internacional de contabilidade n.º 7, «Demonstrações de fluxos de caixa», do IASC; a directriz contabilística n.º 14, «Demonstração dos fluxos de caixa», da CNC; e o *working document XV/6008/94-Rev.3*, «cash flow statements»<sup>91</sup>, do AAF.

Para facilidade de exposição a norma internacional de contabilidade n.º 7, a directriz contabilística n.º 14 e o *working document*, serão designados, abreviada e respectivamente, por NIC7, DC14 e *WD*.

Porque nos pareceu mais adequado, orientamos o estudo para a análise comparativa do tratamento específico das situações mencionadas na DC14, no seu ponto «6 - Tratamento específico de algumas situações»:

- recebimentos e pagamentos numa base líquida;
- recebimentos e pagamentos em moeda estrangeira;
- recebimentos e pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias;

---

<sup>91</sup> Importa referir que o *working document XV/6008/94-Ver.3*, do AAF, invoca, de forma reiterada, a norma internacional de contabilidade n.º 7, do IASC.

- juros e dividendos;
- imposto sobre o rendimento;
- investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos;
- aquisições e alienações de filiais e outras actividades empresariais;
- operações que não envolvam movimentos de caixa;
- componentes de caixa e equivalentes a caixa; e
- outras informações.

São, portanto, analisadas todas as situações confrontando a posição defendida na DC14 com a posição assumida pelo *WD* (que, conforme referimos, manifesta-se concordante com a NIC7).

#### **4.5.5.1) Recebimentos e pagamentos numa base líquida**

De acordo com o disposto na DC14, são enumerados como fluxos de caixa, numa base líquida, os movimentos relativos aos seguintes pagamentos e recebimentos:

- os relacionados com impostos e taxas em que a entidade é responsável pela liquidação, retenção e entrega dos respectivos montantes;
- os feitos por intermediários de conta de outrem;
- os relativos à reforma e amortização sistemática de letras sacadas sobre clientes; e
- os relativos à renovação sistemática de empréstimos obtidos e concedidos que não sejam de considerar como equivalentes a caixa.

Já o *WD* dispõe que, quanto ao relato numa base líquida, o conteúdo dos parágrafos 22 a 24 da NIC7 parecem ser suficientes, não merecendo comentários específicos.

Referem, os citados parágrafos, que podem ser relatados numa base líquida:

- os recebimentos e pagamentos (de caixa) por conta de clientes quando o fluxo de caixa reflecta as actividades do cliente e não as da empresa, por exemplo:
  - a aceitação e o reembolso de depósitos à ordem de um banco;

- os fundos detidos para clientes por uma empresa de investimentos; e
- rendas cobradas por conta de, e pagas a, possuidores de propriedades;
- os recebimentos e pagamentos (de caixa) das rubricas em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos, tais como:
  - as quantias de capital relacionadas com clientes de cartões de crédito;
  - a compra e a venda de investimentos financeiros; e
  - outros empréstimos a curto prazo obtidos.

Julgamos que a exemplificação constante da DC14 poderia contemplar a compra e a venda de investimentos financeiros.

#### **4.5.5.2) Moeda estrangeira**

Para a DC14, os fluxos de caixa provenientes de operações em moeda estrangeira devem ser registados, na moeda de relato (escudo ou euro), pela aplicação da taxa de câmbio à data dos respectivos recebimentos ou pagamentos.

Já o *WD*, alude aos parágrafos 25 a 28 da NIC7 onde se exige que os fluxos de caixa originados nas transacções em moeda estrangeira devam ser registados nas contas da empresa, na moeda de relato, à taxa de câmbio na data em que o dinheiro foi recebido ou pago, excepto onde for duvidoso.

O *WD* lembra que, por razões práticas, pode ser tomado em consideração o uso de uma taxa de câmbio que se aproxime da taxa real, por exemplo, a taxa de câmbio média ponderada de determinado período<sup>92</sup>; esta alternativa parece-nos aceitável.

#### 4.5.5.3) Rubricas extraordinárias

Em conformidade com a DC14, os fluxos de caixa provenientes de rubricas extraordinárias são classificados e divulgados separadamente no âmbito de cada uma das actividades (operacionais, de investimento e de financiamento), com a finalidade de habilitar os utentes a compreender a natureza e o efeito, actual e futuro, nos fluxos de caixa.

Suportando a sua posição no parágrafo 29 da NIC7, também o *WD* defende a classificação das rubricas extraordinárias como

---

<sup>92</sup> Nas contas consolidadas por operações não integradas, as taxas de câmbio reais deverão ser consideradas como aceitáveis, desde que tenham sido utilizadas na conversão das outras demonstrações. Como indicam os parágrafos 33 e 34 do documento sobre conversão em moeda estrangeira (*working document XV/304/91 Rev.5*), as taxas reais são aplicáveis na conversão da conta de ganhos e perdas das operações não integradas; a fim de ser consistente com esta aproximação e não criar distorções (especialmente quando é aplicado o método indirecto) a utilização desta taxa de câmbio é igualmente admitida na preparação da demonstração dos fluxos de caixa.

actividades operacionais, de investimento e de financiamento, e a sua divulgação apropriada em separado. Quando a distinção entre rubricas extraordinárias e excepcionais é operada na conta de ganhos e perdas, esta distinção pode ser mantida na demonstração dos fluxos de caixa, com as rubricas excepcionais apresentadas separadamente.

Esta distinção parece-nos ainda mais útil, na identificação dos fluxos excepcionais, quando estes não estão reconhecidos, separadamente, na conta de ganhos e perdas.

#### **4.5.5.4) Juros e dividendos**

Para a DC14, os juros pagos e os juros e dividendos recebidos devem ser classificados como um componente dos fluxos de caixa das actividades de financiamento e de investimento, respectivamente, pois consideram-se custos de obtenção de recursos financeiros ou retorno dos investimentos. Já os dividendos pagos devem ser considerados como fluxo de caixa das actividades de financiamento, porque consideram-se custo de obtenção de recursos financeiros.

O *WD*, remete-nos para o parágrafo 31 da NIC7, que exige que os fluxos de caixa provenientes do pagamento e recebimento de juros e dividendos sejam classificados dum modo consistente de período para período como actividades operacionais, de investimento ou financiamento, e divulgados separadamente. A

classificação numa categoria ou outra depende da diferente apreciação que as empresas têm, do papel destas rubricas nas suas contas.

Considerando o facto de nestas matérias não existir consenso geral, não há razão para não adoptar uma abordagem similar.

Não obstante, deve referir-se que uma solução alternativa, a qual presentemente obtém manifestos apoios, é vista por muitas pessoas como a que dá mais orientação e, ao mesmo tempo, melhora a comparabilidade. Esta consistirá em exigir que o relato dos fluxos de caixa dos juros e dividendos pagos e recebidos sejam apresentados juntamente, por colocação de ambos sob um título separado, geralmente depois dos fluxos de caixa das actividades operacionais.

Perfilhando o afirmar da avaliação do desempenho, pensamos que a solução que considera os juros e os dividendos pagos como fluxos das actividades de financiamento e os juros e dividendos recebidos como fluxos das actividades de investimento é a mais consentânea com a obtenção de recursos financeiros ou retorno dos investimentos.

#### **4.5.5.5) Imposto sobre o rendimento**

A perspectiva da DC14 é de que os fluxos de caixa relativos ao imposto sobre o rendimento devem ser divulgados separadamente

e considerados como fluxos de caixa das actividades operacionais, com excepção dos que puderem ser especificamente identificados nas actividades de financiamento e de investimento.

Igual posição assume o *WD*, segundo o qual não parecem ser necessárias especiais observações às exigências dos parágrafos 35 e 36 da NIC7, onde está exposto que os impostos sobre o rendimento devem ser divulgados separados e geralmente classificados como actividades operacionais, excepto quando eles puderem ser especificamente identificados com o financiamento ou investimento das actividades. Como é, muitas vezes, difícil de os atribuir apropriadamente, eles são geralmente apresentados numa única actividade.

#### **4.5.5.6) Investimentos em "opções empresariais"**

A solução da DC14 refere que quando a contabilização de um investimento financeiro numa filial ou numa associada for efectuada pelo método da equivalência patrimonial ou do custo, a empresa participante deve restringir a sua divulgação na demonstração dos fluxos de caixa aos fluxos entre ela e a participada, como é o caso dos dividendos e dos adiantamentos. Quer para a contabilização de empreendimentos conjuntos, quer para uma empresa que utilize o método da equivalência patrimonial devem ser incluídos na demonstração dos fluxos de caixa os fluxos relativos aos investimentos na participada, bem

como as entregas e outros pagamentos ou recebimentos que a esta se destinem.

Em conformidade com o *WD*, não parecem ser necessários comentários específicos ao conteúdo dos parágrafos 37 e 38 da NIC7 que, coincide com a solução assumida na DC14.<sup>93</sup>

#### **4.5.5.7) Aquisições e alienações de actividades empresariais**

Para a DC14, a empresa mãe deve classificar como actividades de investimento e divulgar durante cada período, separadamente, os fluxos de caixa agregados relativos a aquisições e a alienações de filiais e outras actividades empresariais, nomeadamente:

- o preço total da aquisição ou da alienação;
- a parcela do preço supracitado que foi pago ou recebido por meio de caixa e seus equivalentes;
- a quantia de caixa e seus equivalentes, existente na filial ou na actividade empresarial adquirida ou alienada; e
- as quantias dos activos e passivos adquiridos, ou alienados, que não sejam caixa e seus equivalentes, classificados

---

• <sup>93</sup> o termo subsidiária é usado com o mesmo significado de filial.

nomeadamente por trespasse, imobilizações, existências, dívidas a receber e dívidas a pagar.

O montante total das importâncias pagas ou recebidas pela compra ou alienação de filiais ou outras actividades empresariais é divulgado na demonstração dos fluxos de caixa pelo montante líquido de caixa e seus equivalentes adquiridos ou alienados.

O *WD* assume uma posição semelhante à defendida pela DC14, quando nos remete para o conteúdo dos parágrafos 39 a 42 da NIC7; efectivamente, uma empresa deve divulgar em cada período, separadamente, os fluxos de caixa agregados relativos a aquisições e a alienações de filiais e outras unidades empresariais e classificá-los como actividades de investimento<sup>94</sup>.

#### 4.5.5.8) Operações que não envolvam movimentos de caixa

Para a DC14, as operações de investimento e financiamento que não exijam a utilização de caixa e seus equivalentes, ainda que afectem a estrutura do capital e do activo da empresa, devem

<sup>94</sup> Designadamente:

- a importância da compra total ou da alienação;
- a parte da importância da compra ou da alienação liquidada por meio de caixa e seus equivalentes;
- a quantia de caixa e seus equivalentes, existente na subsidiária ou na unidade empresarial adquirida ou alienada; e
- a quantia dos activos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial, adquirida ou alienada, resumida por categoria principal.

A quantia agregada de dinheiro pago ou recebido como importância de compra ou de venda é relatada na demonstração dos fluxos de caixa, pelo líquido de caixa e seus equivalentes adquiridos ou alienados.

ser excluídas da demonstração dos fluxos de caixa e divulgadas no anexo a esta demonstração de modo a proporcionar todas as informações relevantes acerca das actividades de investimento e de financiamento; são exemplos dessas operações:

- a compra de activos, quer pela assunção de passivos directamente relacionados com aqueles, quer através de operações de locação financeira;
- a compra de uma empresa através da emissão de acções; e
- a conversão de dívidas em capital.

De acordo com o *WD*, não parecem ser necessários comentários específicos ao conteúdo dos parágrafos 43 e 44 da NIC7, que é coincidente com a posição assumida na DC14.

#### **4.5.5.9) Componentes de caixa e equivalentes a caixa**

A posição da DC14 é que devem ser divulgados, no anexo à demonstração dos fluxos de caixa, os componentes de caixa e equivalentes a caixa.

Deve igualmente ser apresentada uma reconciliação dos montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as correspondentes rubricas do balanço.

Para o *WD*, parece ser útil sublinhar as exigências provenientes do parágrafo 45 da NIC7, onde a importância de uma descrição clara dos componentes de caixa e dos equivalentes a caixa é destacada.

Sem esta condição, diferenças na política de gestão do caixa entre empresas e consequentes diferenças em como os equivalentes a caixa são definidos, podem reduzir de forma significativa a comparabilidade da demonstração dos fluxos de caixa.<sup>95</sup>

#### 4.5.5.10) Outras informações

Para a DC14, deve ser divulgado, juntamente com o relatório de gestão e as demonstrações contabilísticas, o montante dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para utilização (por exemplo, devido a restrições legais à transferência de capitais de uma filial para a empresa mãe).

Outras informações podem ser relevantes para compreensão da posição financeira e liquidez da empresa; constituem exemplos de informações adicionais:

- o montante dos créditos bancários concedidos e não sacados que possa ser utilizado para futuras actividades

---

<sup>95</sup> Pode ser útil, por exemplo, para indicar qual a percentagem de vendas que pode, ou não, ser considerada como equivalente a caixa.

operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, indicando quaisquer restrições na utilização destas facilidades;

- a divulgação dos montantes agregados dos fluxos de caixa das actividades operacionais, de investimento e de financiamento relacionados com os interesses em empreendimentos conjuntos, caso seja utilizado o método da consolidação proporcional;
- o montante agregado dos fluxos de caixa que representam acréscimo da actividade operacional, em separado dos fluxos que sejam exigidos para manter a capacidade operacional; e
- o montante dos fluxos de caixa originados pelas actividades operacionais, de investimento e de financiamento, separado por ramos de actividade e por zonas geográficas.

Na opinião do *WD*, as divulgações indicadas nos parágrafos 48 e 49 da NIC7, tais como aquelas expressamente mencionadas nos seus parágrafos 20, 23a) e 38, devem ser incluídas nas notas às contas. A divulgação de informações adicionais mencionadas nos parágrafos 50, 51 e 52 da NIC7 deve ser encorajada e não exigida.

Capítulo V

## Capítulo V

### A avaliação do desempenho e a prevenção da insolvência

Para os fluxos de caixa é na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência que reside o fulcro da questão, pois «...mesmo os negócios lucrativos vão à falência, se ficarem sem dinheiro»!<sup>96</sup>

#### 5.1) Avaliar o desempenho, o que é?

As medidas do desempenho, de eficiência e de eficácia<sup>97</sup>, são um elemento imprescindível na gestão empresarial e na análise económico-financeira.

É difícil subtrair uma definição de avaliação do desempenho, nomeadamente quando o objectivo é o estudo do comportamento das empresas. A ideia que se tem acerca do desempenho, sendo geral e abstracta, assume múltiplas interpretações em contabilidade.

Na opinião de Luis Ferruz Agudo, «... a pesar de su dificultad, el concepto de "performance" queda delimitado com una cierta precisión y entroncado con la idea de eficiencia del capital»<sup>98</sup>.

---

<sup>96</sup> Leon Hopkins (1995: 7)

<sup>97</sup> A eficiência trata da relação entre a qualidade e quantidade dos *inputs* utilizados e a qualidade e quantidade dos *outputs* gerados; a eficácia trata da relação entre a qualidade e quantidade dos *outputs* gerados e a qualidade e quantidade dos *outputs* previstos.

<sup>98</sup> (1995: 544-548)

Sem a preocupação de sermos exaustivos ou definitivos, podemos considerar a avaliação do desempenho como um instrumento de levantamento de dados que caracterizam as condições que, dentro das empresas, estão em permanente conflito com os seus recursos disponíveis.

## 5.2) A dinâmica dos negócios

Esta dinâmica, de permanente conflito de recursos, é entendida por Luis Ferruz Agudo como a eficiência da expansão empresarial:

*«... el análisis de la "performance" así como el de diversas medidas de la "performance" propuestas por la literatura académica y los profesionales, no es un mero entretenimiento académico, sino que además de las importantes repercusiones prácticas que entendemos que ya han sido señaladas, como consecuencia de la dinámica expansiva y reproductiva del capital, creando filiales... »<sup>99</sup>.*

Aquela opinião revela uma tendência para aferir a avaliação do desempenho à expansão dos negócios e à capacidade reprodutiva do capital, por outras palavras, ao mérito do investimento; no

---

<sup>99</sup> (1995: 544)

entanto, os documentos da Asociación Española de Contabilidad Y Administración de Empresas referem-se a limitações de várias ordens na avaliação do desempenho no investimento<sup>100</sup>:

- a manipulação das demonstrações contabilísticas sugere que a tomada de decisões não deve basear-se apenas em informação histórica; e
- o desempenho das empresas pode ser analisado num contexto multicritério, isto é, devem ser consideradas como medidas de avaliação do desempenho grandezas não relacionadas directamente com o sistema de informação contabilística.

As limitações do sistema tradicional de avaliação do desempenho sugerem orientações distintas; de facto:

*«... cada vez existen más partidarios de un enfoque contable, complementario al tradicional, basado en la medida de la performance a través del cash-flow, es decir, complementar el criterio del devengo con el de caja o el de flujos financieros».*<sup>101</sup>

Na gestão dos negócios, as decisões económicas e a própria interacção entre o investimento e o financiamento necessitam de soluções na avaliação do desempenho, por exemplo:

---

<sup>100</sup> Luis Ferruz Agudo (1995: 548-551)

<sup>101</sup> idem (1995: 555)

- com base no risco e na rendibilidade:

- índice de rendibilidade;
- período de recuperação do capital investido;
- ponto crítico das vendas de bens e serviços;
- taxa interna de rendibilidade; e
- valor actual líquido.

- com base no custo do capital:

- custo de oportunidade do capital;
- efeito de alavanca financeira;
- índice de rendibilidade; e
- período de recuperação do capital investido.

- e com base na informação contabilística:

- fluxos de caixa;

- fluxos de fundos;
- rendibilidade média do valor contabilístico; e
- resultado líquido.

Por conseguinte, parece ser a necessidade de reconhecer novos elementos para a avaliação do desempenho que, nos últimos anos, orienta o debate acerca utilidade percebida da informação, quer na base do acréscimo, quer na base de caixa.

Após o exposto parece-nos legítimo afirmar que o primeiro objectivo da avaliação do desempenho será o conhecimento de uma realidade: a dinâmica empresarial; é esta realidade que reclama à contabilidade a utilização de meios de avaliação do desempenho com base em elementos passados e futuros.

Em resumo, a avaliação do desempenho de um modo mais rico e completo atende a três dimensões: a rendibilização dos recursos disponíveis, o cumprimento dos objectivos estabelecidos e a estimativa de potencialidades diversas.

Aquela visão tridimensional engloba a avaliação do passado da empresa e a preparação do seu presente de acordo com as perspectivas futuras; é nesta dependência temporal que os fluxos de caixa evidenciam a sua importância.

### 5.3) Os fluxos de caixa como modelo de avaliação do desempenho

Como refere José M.<sup>a</sup> Gay Saludas<sup>102</sup>, o conceito de resultado líquido está contagiado de forte dose de subjectividade uma vez que está exposto aos princípios e normas contabilísticas e, em ocasiões diversas, o fim justifica os meios...

Em sentido oposto, Begoña Giner Inchausti e outros autores defendem que a contabilidade na base do acréscimo oferece um maior suporte de informação pelo que carece, apenas, da divulgação de informação adicional:

*«... la mayor implicación que suponen los resultados obtenidos, estriba en el hecho que aunque el principio del devengo parece ofrecer un mayor contenido informativo que el de caja para explicar el riesgo de mercado, la capacidad explicativa incremental de la decomposición del resultado y, particularmente, la información sobre ajustes a largo y corto plazo nos sugieren la conveniencia de la divulgación de estados de flujos de tesorería. Estos resultados obtenidos no cuestionan el tradicional sistema contable, pero sostienen la necesidad de la divulgación de información adicional»<sup>103</sup>.*

---

<sup>102</sup> (1996: 630)

<sup>103</sup> Begoña Giner Inchausti (1996: 721)

A divulgação de informação adicional compreende, na opinião daqueles autores, o relato de informação relativa aos fluxos de caixa.

Apesar da demonstração dos fluxos de caixa se reportar a um passado mais longínquo, «só a partir dos princípios dos anos 70 é que se verifica uma tendência para os analistas financeiros... preferirem o *cash flow* como medida do desempenho da empresa, em vez de medidas baseadas na demonstração de resultados e no balanço.»<sup>104</sup>

Os primeiros estudos que tentaram relacionar a informação contabilística com o desempenho atribuíram-lhe importância na medida em que, além de permitir estudos do comportamento dos preços de mercado após a sua divulgação, servia os modelos de predição do (in)sucesso empresarial<sup>105</sup>.

Outros autores atribuem maior importância ao facto da demonstração dos fluxos de caixa permitir, além de uma análise mais adequada do desempenho da empresa, a estimativa de fluxos futuros de caixa.

Os fluxos de caixa são, portanto, importantes quer na avaliação do desempenho (informação passada), quer na avaliação de decisões económico-financeiras (informação previsional).

---

<sup>104</sup> João Carvalho das Neves (1992: 235)

<sup>105</sup> Araceli Mora Enguídanos (1994: 203); parêntesis da nossa responsabilidade.

Constituem exemplos, as opiniões:

- de Alfonso A. Rojo Ramirez:

*«... the cash flow statement improve the information that companies disclose, aiding the financial report's users... a suitable presentation of the cash flow statement would contribute to a better analysis of the company, giving information about real liquidity and financial flexibility. We can, also, estimate future cash flows and use it for to value the company.»<sup>106</sup>*

- e de Bogaña Giner Inchausti e Amparo Sancho Pérez:

*«... el objetivo prioritario de los estados financieros es dar información útil para inversores... y acreedores, para predecir, comparar y evaluar sus potenciales flujos de caja. ... la propia dinámica empresarial orientada a la obtención de beneficios, no puede dejar de lado la preocupación por prever los flujos de caja, y en particular los derivados de las operaciones, a fin de asegurar la supervivencia de la propia entidad.»<sup>107</sup>*

---

<sup>106</sup> (1995: 26)

<sup>107</sup> (1996: 30)

Esta dupla virtude, de avaliar o passado e prever o futuro, permite a utilização da informação contabilística, quer na base do acréscimo, quer na base de caixa.

Se a informação preparada na base do acréscimo permite apurar a rendibilidade passada utilizando o resultado líquido, já a informação preparada na base de caixa permite evidenciar o desempenho (passado), utilizando os fluxos líquidos de caixa, e justificar decisões económico-financeiras (por exemplo, com o cálculo do valor actual líquido e da taxa interna de rendibilidade) recorrendo aos fluxos (futuros) de caixa descontados.

O facto de a estrutura conceptual do IASC admitir que a avaliação do desempenho é efectuada, singularmente, através da demonstração dos resultados, não dissimula o facto de considerar os fluxos de caixa como uma das demonstrações que integram o relato económico-financeiro.

A posição do IASC não reflecte a opinião que partilhamos pois, considerar que a avaliação do desempenho é exclusivo da demonstração dos resultados resulta numa visão meramente estática.

Os negócios têm uma dinâmica que pode ser avaliada quer pela sua solidez e crescimento, quer pela análise do comportamento de várias grandezas, das quais destacamos os fluxos de caixa.

Salientamos, ainda, que no inquérito efectuado, a maioria dos inquiridos entenderam que a avaliação do desempenho é possível através da demonstração dos fluxos de caixa, das demonstrações dos fluxos de fundos, do balanço, da demonstração dos resultados e do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

#### **5.4) A insolvência é uma doença?**

Numa economia sujeita às pressões da oferta e da procura, é natural que a par do fenómeno de criação e crescimento de algumas empresas se assista também à extinção de outras.

Com efeito, muitas empresas entram em dificuldades e não conseguem sobreviver: abandonam o mercado.

Podemos atribuir aquelas dificuldades, de um modo genérico, a alguns factores: a gestão inadequada, a insuficiência de investimentos, as políticas de preços e de mercado e, por fim, a apresentação de demonstrações contabilísticas viciadas.

Este panorama é preocupante se considerarmos uma concepção de empresa como entidade basilar do sistema sócio-económico de um país; por outro lado, é determinante nesta nossa tentativa de explicar a utilidade dos fluxos de caixa no diagnóstico da insolvência.

O que é, então, a insolvência?

De acordo com o Artigo 3.º do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência<sup>108</sup>, uma empresa é considerada em situação de insolvência quando, por carência de meios próprios e por falta de crédito, se encontre impossibilitada de cumprir pontualmente a generalidade das suas obrigações.

Acrescenta aquele diploma, no n.º 2 do seu Artigo 1.º, que só deve ser decretada a falência da empresa insolvente quando, em face das circunstâncias, ela se mostre economicamente inviável ou não se considere possível a sua recuperação financeira.

A escassez de meios líquidos de pagamento que não permita, ocasionalmente, a liquidação das obrigações assumidas perante terceiros não permite, em geral, um diagnóstico de insolvência; entre outras condições, é necessário que se verifique uma situação de incumprimento sistemático.

Portanto, a insolvência pode ser entendida como uma doença, cujos sintomas são a carência de dinheiro (e equivalentes a dinheiro) e de crédito, para o cumprimento regular dos compromissos assumidos com terceiros.

---

<sup>108</sup> aprovado pelo Decreto-Lei n.º 132/93, de 23 de Abril

### 5.5) Mais vale prevenir...

Existem, na opinião de Araceli Mora Enguídanos<sup>109</sup>, dois motivos que suscitam a predição da insolvência empresarial:

- a necessidade de estabelecer relações entre a informação contabilística e a insolvência; e
- a possibilidade de alterar as decisões empresariais no sentido de prevenir a insolvência.

Para aquele autor, os modelos utilizados para diferenciar entre empresas sãs e empresas insolventes são, os modelos univariáveis (que utilizam uma variável independente na predição da insolvência) e os modelos multivariáveis (que utilizam combinações de variáveis independentes na predição da insolvência)<sup>110</sup>.

Num trabalho de investigação pioneiro sobre a utilidade da informação contabilística na predição da insolvência empresarial Beaver<sup>111</sup> considerou relevante a utilização de rácios com a variável *cash flow*, nomeadamente os rácios de liquidez (para evidenciar relações entre os componentes do fundo de maneo) e de rendibilidade (para determinar a rendibilidade na utilização dos capitais, próprios e alheios).

---

<sup>109</sup> (1994: 204)

<sup>110</sup> (1994: 205-233)

<sup>111</sup> Antonio Somoza López (1996: 437)

Os rácios mais utilizados<sup>112</sup> têm sido, conforme referimos, os de liquidez e de rendibilidade, no intervalo que decorre entre um e três anos anteriores à data a que se reporta o estudo da empresa; realçamos, portanto, que a utilização de rácios relacionados com os fluxos de fundos e os fluxos de caixa, no diagnóstico da insolvência empresarial, tem sido a metodologia preferida.

Suscitando algumas perplexidades, a acumulação de evidência empírica não permitiu a formulação de uma teoria contabilística sobre o insucesso das empresas mas, ajudou a reforçar a convicção de que é a informação contabilística que melhor prevê e explica a insolvência empresarial, nomeadamente através dos fluxos de caixa e dos fluxos de fundos.

Apesar dos indicadores económico-financeiros terem sido considerados, no inquérito que realizamos, as variáveis de maior confiança na determinação de situações de insolvência, os

---

<sup>112</sup> Exemplos de rácios utilizados no estudo elaborado por Araceli Mora Enguídanos (1994: 217):

- *Cash Flow* / Débitos
- *Cash Flow* / Activo
- Créditos Duvidosos / Créditos Totais
- Créditos Duvidosos / Débitos
- Créditos Duvidosos / Activo
- Créditos / Débitos
- Créditos / Activo
- (Créditos + Disponibilidades) / Débitos
- (Créditos + Disponibilidades) / Activo Fixo
- (Créditos + Disponibilidades) / Activo
- (Créditos + Disponibilidades - Débitos) / Activo
- Débitos / Passivo
- Disponibilidades / (Créditos + Disponibilidades)
- Investimentos Financeiros / Activo Fixo

inquiridos evidenciaram uma forte convicção de que as demonstrações dos fluxos de fundos e a demonstração dos fluxos de caixa contribuem para a prevenção da insolvência.

Aquelas posições ajudam a suportar a nossa convicção de que, além dos rários de liquidez e rendibilidade e dos fluxos de fundos, também os fluxos de caixa são fundamentais no vaticínio da insolvência e, conseqüentemente, na sua prevenção.

## Capítulo VI

## Capítulo VI

### Conclusões gerais

As conclusões apresentadas tentam seguir a metodologia desenvolvida na dissertação:

1. O actual modelo contabilístico, baseado na estrutura conceptual do IASC, defende a preparação e apresentação da informação contabilística na base do acréscimo; é um modelo contabilístico flexível, uma vez que permite opções quanto às bases de mensuração e quanto ao conceito de manutenção de capital; aliás, aquela estrutura conceptual confia a ponderação entre relevância-fiabilidade e custo-benefício ao perito contabilista.
2. De acordo com a base do acréscimo os proveitos são reconhecidos quando obtidos e os custos são reconhecidos quando incorridos, o que confere ao resultado líquido elevada dose de subjectividade
3. Esta aparente "verdade" do resultado líquido está em relação de dependência, entre outros factores, com o reconhecimento do rédito, com o tratamento contabilístico (ou fiscal?) dos custos (onde sobressaem as reintegrações e as provisões), com o tratamento contabilístico dos acréscimos e diferimentos (servem para evidenciar a imagem fidedigna ou para usufruir de benefícios fiscais?) e com a correcta

contabilização do imposto sobre o rendimento (será que são assumidas as diferenças temporais e permanentes?).

4. A informação produzida na base de caixa proporciona melhores resultados porque ilustra a imagem fidedigna da empresa, isto é, não compromete o seu potencial de utilidade informativa; o rédito é reconhecido quando ocorrem pagamentos ou recebimentos.
5. A base de caixa permite a divulgação de informação mais objectiva, a avaliação do desempenho de forma mais rigorosa e a prevenção da insolvência.
6. O fundo de maneiio, como instrumento de análise da situação financeira das empresas (em termos de liquidez e de estrutura), manifesta a sua dinâmica na adequação entre a liquidabilidade dos elementos do activo e a exigibilidade dos elementos do passivo.
7. As alterações no fundo de maneiio são explicadas nas demonstrações dos fluxos de fundos que, por sua vez, permitem a predição dos fluxos de caixa; no entanto, analisar fluxos de fundos não significa o mesmo que analisar fluxos de caixa: são grandezas de conteúdo diverso.
8. E porque um resultado líquido positivo não reflecte necessariamente uma variação aumentativa de dinheiro,

pensamos que o estudo dos fluxos de caixa representa um grande avanço na apreciação da liquidabilidade, da viabilidade e da flexibilidade financeiras e na definição estratégica dos negócios das empresas.

9. Os pequenos grandes problemas surgem da discordância entre o resultado líquido e os fluxos de caixa... as assimetrias nascem na diferença da oportunidade do reconhecimento.
10. O conhecimento dos influxos e dos efluxos de caixa, (repartidos por actividades operacionais, de investimento e de financiamento) e a capacidade de antever os fluxos futuros de caixa constituem informação com utilidade; a percepção desta vantagem é um factor de competitividade que os utilizadores não podem prodigalizar.
11. As limitações do sistema tradicional de avaliação do desempenho sugerem orientações conducentes à aceitação da demonstração dos fluxos de caixa como elemento informativo essencial, nomeadamente, na avaliação da expansão dos negócios e da capacidade reprodutiva do capital; a análise dos fluxos de caixa, passados ou futuros, constitui um imperativo, quer das decisões económicas, quer da convivência entre o financiamento e o investimento.
12. Acreditamos que a visão contemporânea da contabilidade, em benefício da gestão, admite a avaliação do desempenho

através da análise do comportamento dos fluxos de caixa<sup>113</sup> que, são também utilizados com sucesso na prevenção da insolvência empresarial<sup>114</sup>; o inquérito efectuado reforça o argumento desta nossa convicção.

13. Os casos práticos confirmam a qualidade informativa dos fluxos de caixa, como grandezas essenciais na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência. De facto, a limitação do resultado líquido, na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência, pode originar erros de juízo com consequências graves no processo de decisão; basta que se confirmem as hipóteses, de resultado líquido positivo com perda de dinheiro e de resultado líquido negativo com ganho de dinheiro.

É que nem sempre lucro significa ganho de dinheiro e prejuízo significa perda de dinheiro...

---

<sup>113</sup> e de grandezas como os fluxos de fundos, o património ou outras susceptíveis de valoração, apesar do IASC considerar que o desempenho é avaliado, apenas, pela demonstração dos resultados.

<sup>114</sup> em conjunto com a restante informação contabilística e com os rácios de liquidez e de rendibilidade.

# Apêndice I

## Inquérito

### 1) Enquadramento

Este inquérito teve por objectivo principal procurar que os peritos contabilistas, como profissionais idóneos, nos indicassem a utilidade dos fluxos de caixa como demonstração contabilística na avaliação do desempenho das empresas; pretendemos evidenciar opiniões sobre a relação da demonstração dos fluxos de caixa com a avaliação do desempenho e com a prevenção da insolvência.

A população inquirida, uma amostra aleatória dos peritos contabilistas licenciados, associados da APC, formado por 105 profissionais que actuam em pequenas, médias e grandes empresas; são peritos em matérias contabilísticas e, portanto, eventuais conhecedores da demonstração dos fluxos de caixa.

Os inquéritos foram efectuados, na sua totalidade, por via telefónica, no mês de Setembro de 1996. Obtivemos respostas de 61 profissionais, o que consideramos relevante para o objectivo em estudo.

O inquérito é composto por quinze questões, que dividimos em cinco partes:

- a primeira, onde pedimos opiniões relativas à estrutura conceptual (1, 2 e 15.1);

- a segunda, onde questionamos o conhecimento e a utilidade das demonstrações dos fluxos de fundos (3 e 6);
- a terceira, onde debatemos o conhecimento, a utilidade e a importância da demonstração dos fluxos de caixa (4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15.2 e 15.3);
- a quarta, onde solicitamos opiniões sobre a avaliação do desempenho (12 e 14.1); e
- a quinta, onde solicitamos opiniões sobre a prevenção da insolvência (13.1, 13.2 e 14.2).




## 2) Apresentação dos resultados

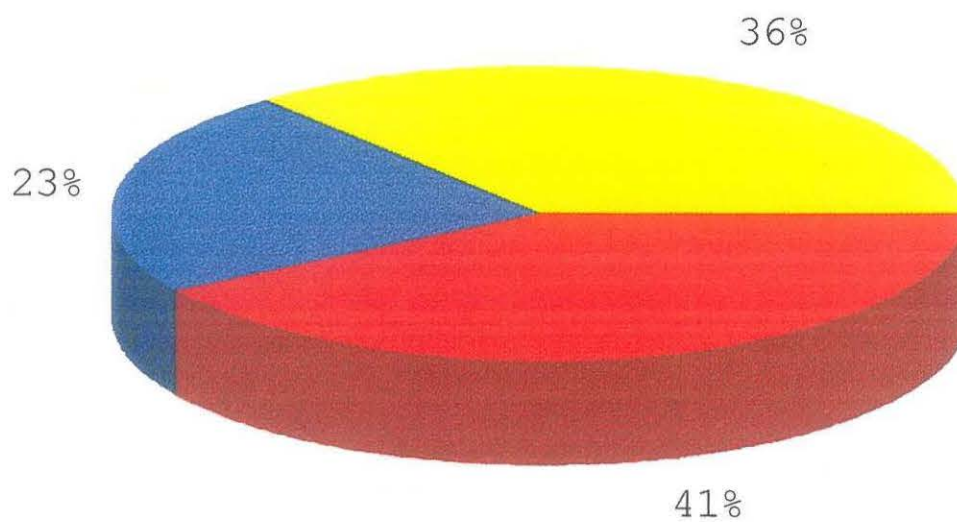
Dos 105 inquiridos, 17 não responderam e 27 não estavam disponíveis.

Peritos contabilistas - APC	#	%
responderam	61	58%
não responderam	17	16%
não disponíveis	27	26%
<b>População inquirida</b>	<b>105</b>	<b>100%</b>




De seguida, apresentamos os resultados obtidos, com tratamento em valores absolutos e relativos e representação gráfica.

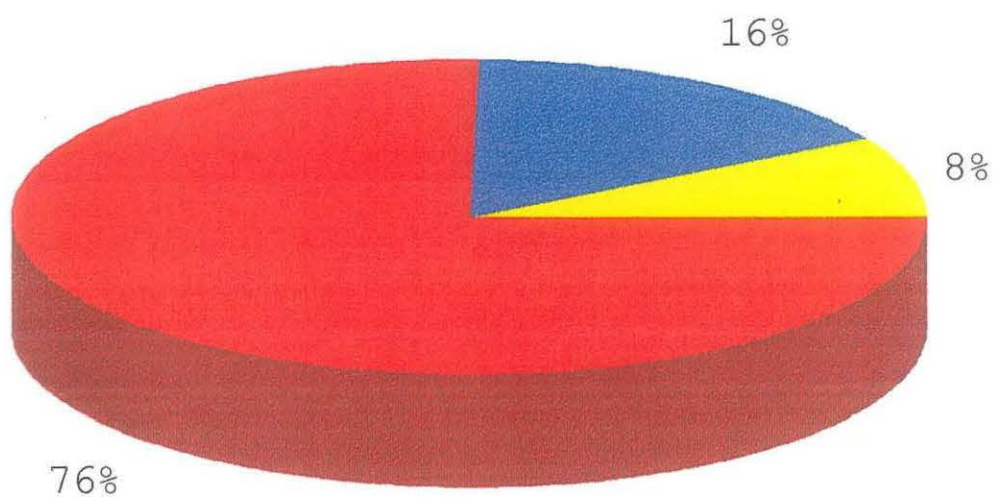
1. Uma estrutura conceptual para a contabilidade deve assentar em critérios:

opções de resposta		#	%
 micrologismológicos		25	41%
 macrologismológicos		14	23%
 outra		22	36%
Totais		61	100%






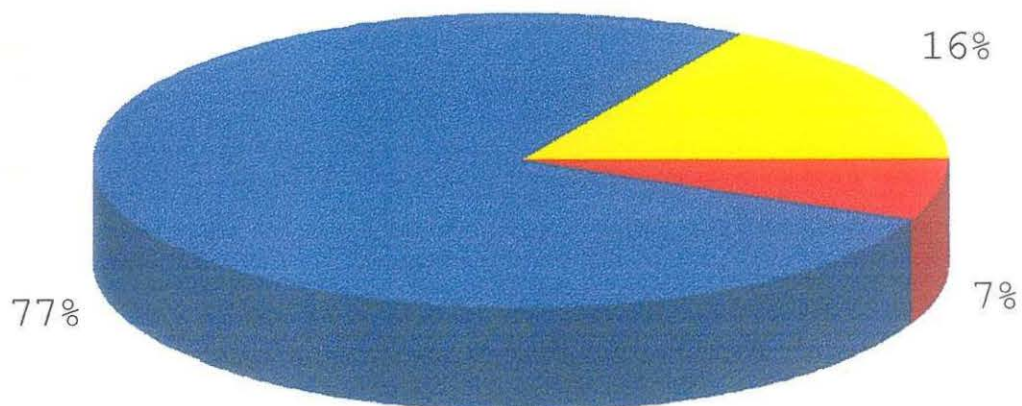
2. Considera mais adequada a informação divulgada, na base:

opções de resposta		#	%
 do acréscimo		46	76%
 de caixa		10	16%
 outra		5	8%
Totais		61	100%






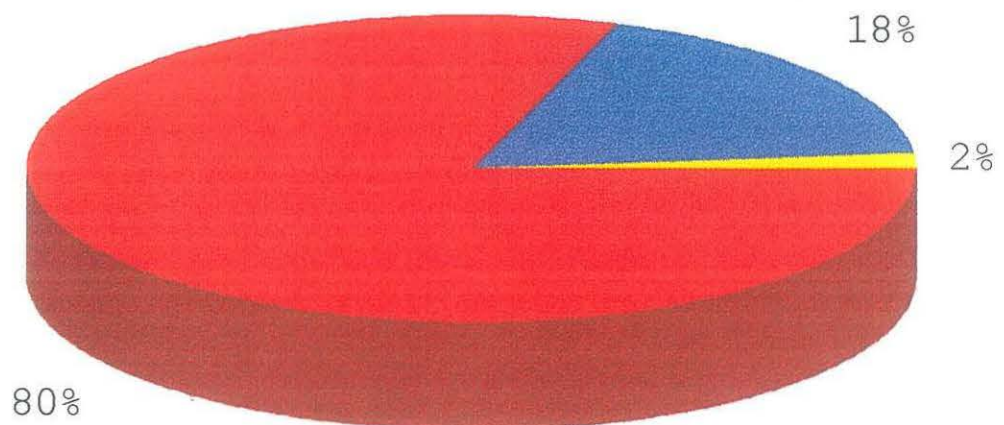
3. Conhece e utiliza as demonstrações dos fluxos de fundos?

opções de resposta		#	%
	sim, a DOAF ou a DVFC	4	7%
	sim, a DOAF e a DVFC	47	77%
	não	10	16%
Totais		61	100%






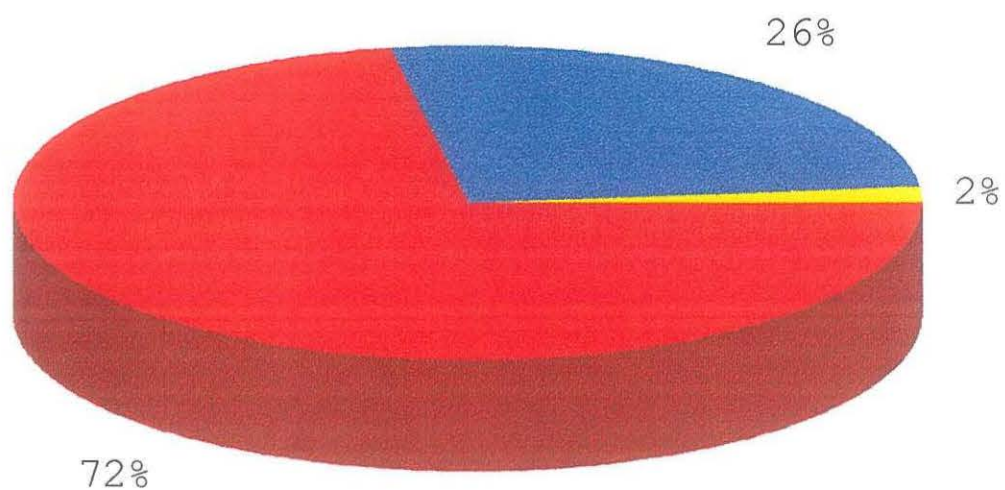
4. Conhece o conteúdo da norma internacional de contabilidade n.º 7 - "demonstrações de fluxos de caixa"?

opções de resposta		#	%
 sim		49	80%
 não		11	18%
 outra		1	2%
Totais		61	100%






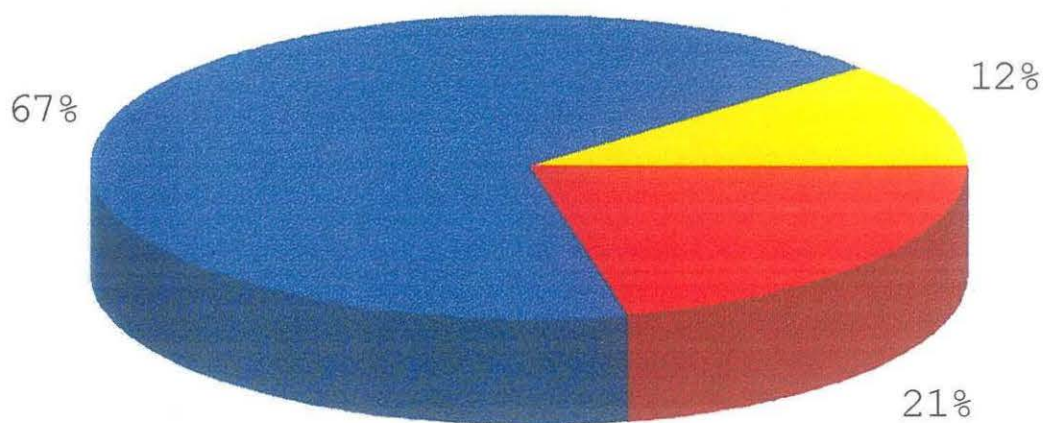
5. Conhece perfeitamente a directriz contabilística n.º 14 - "demonstração dos fluxos de caixa"?

opções de resposta		#	%
 sim		44	72%
 não		16	26%
 outra		1	2%
Totais		61	100%






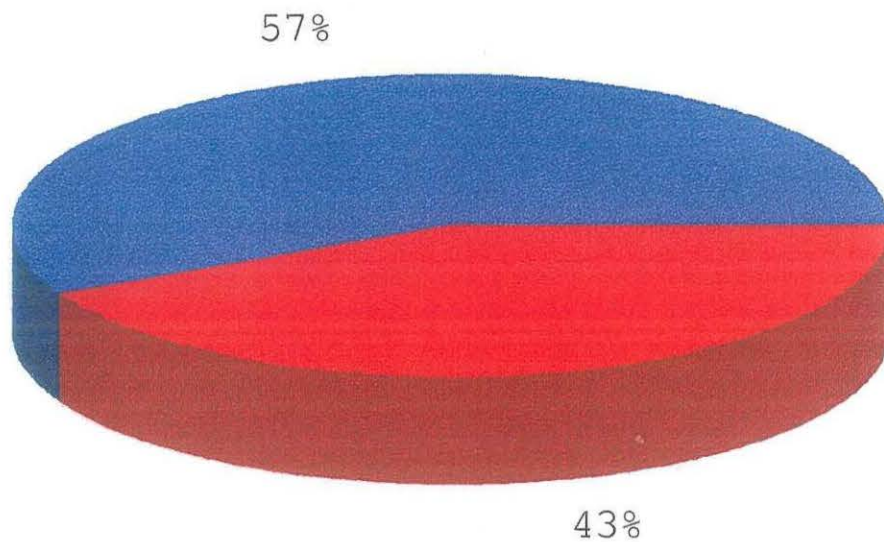
6. A elaboração da demonstração dos fluxos de caixa retirou importância às demonstrações dos fluxos de fundos?

opções de resposta		#	%
 não		13	21%
 sim		41	67%
 outra		7	12%
Totais		61	100%






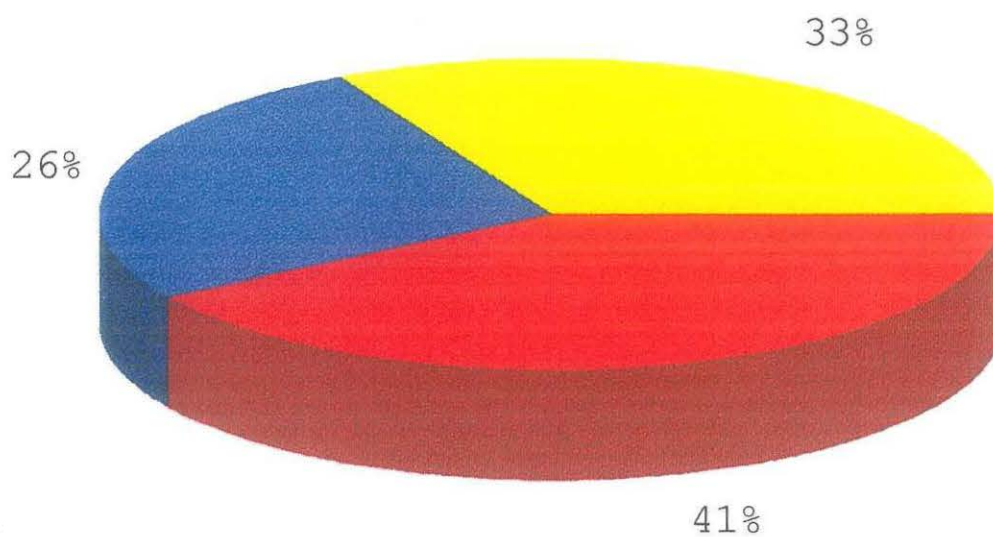
7. Na sua actividade profissional, participa na preparação e na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa?

opções de resposta		#	%
 não		26	43%
 sim		35	57%
 outra		0	0%
Totais		61	100%







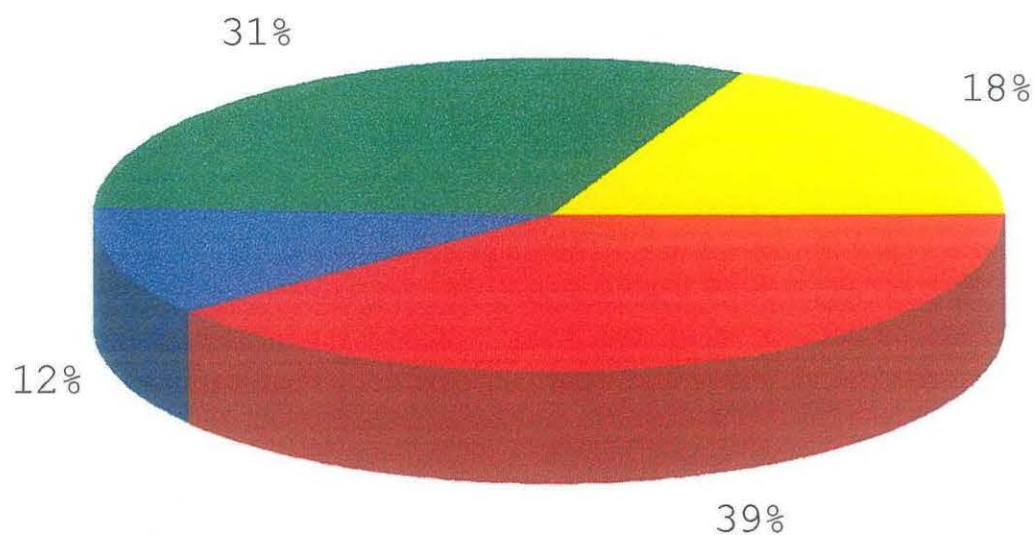
8. Como classifica a reacção dos administradores, dos directores e dos gerentes, à informação proporcionada pela demonstração dos fluxos de caixa?

opções de resposta	#	%
 interessada	25	41%
 indiferente	16	26%
 outra	20	33%
Totais	61	100%







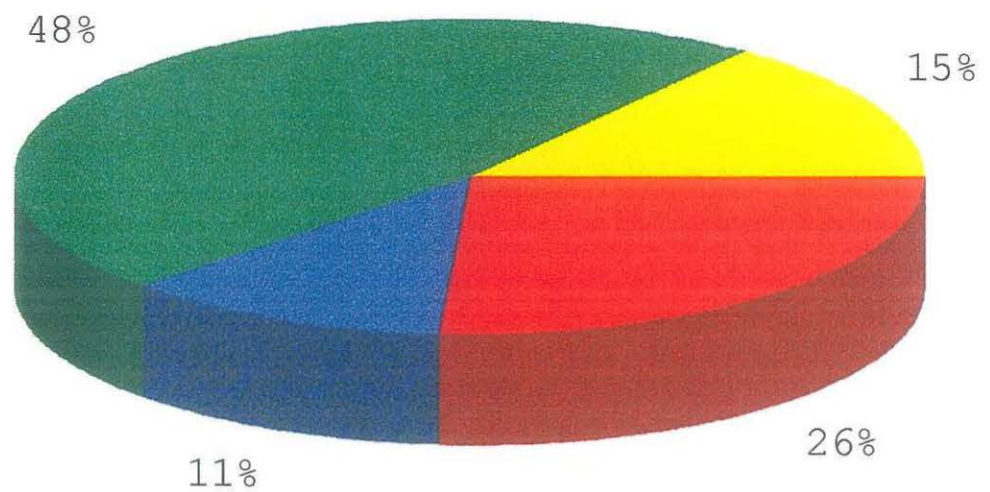
9. É mais complexo apurar os fluxos de caixa relativos:

opções de resposta		#	%
	à actividade operacional	24	39%
	ao financiamento	7	12%
	ao investimento	19	31%
	outra	11	18%
Totais		61	100%






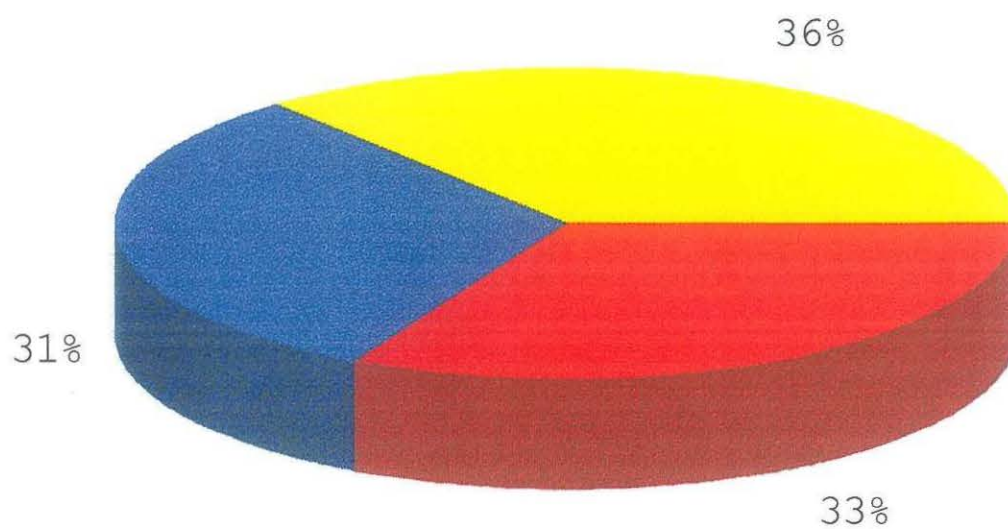
10. Relativamente à actividade operacional, a representação dos fluxos de caixa deve privilegiar:

opções de resposta		#	%
	o método directo	16	26%
	o método indirecto	7	11%
	ambos os métodos	29	48%
	outra	9	15%
Totais		61	100%






11. A demonstração dos fluxos de caixa proporciona informação mais útil, quando apresenta os fluxos das actividades operacionais pelo:

opções de resposta	#	%
 método directo	20	33%
 método indirecto	19	31%
 outra	22	36%
Totais	61	100%






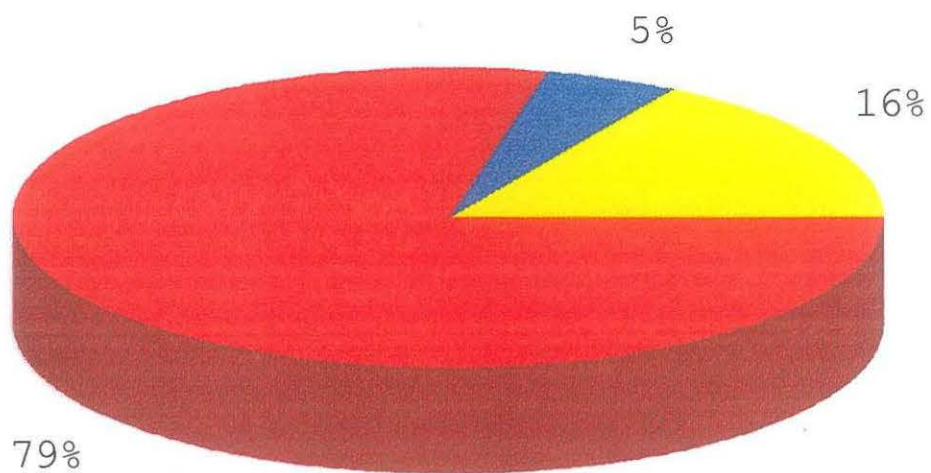
12. A avaliação do desempenho é possível através da análise conjunta do balanço, da demonstração dos resultados, do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e das demonstrações dos fluxos de fundos?

opções de resposta		#	%
 sim		5	8%
 sim, se incluir a análise da DFC		53	87%
 outra		3	5%
Totais		61	100%






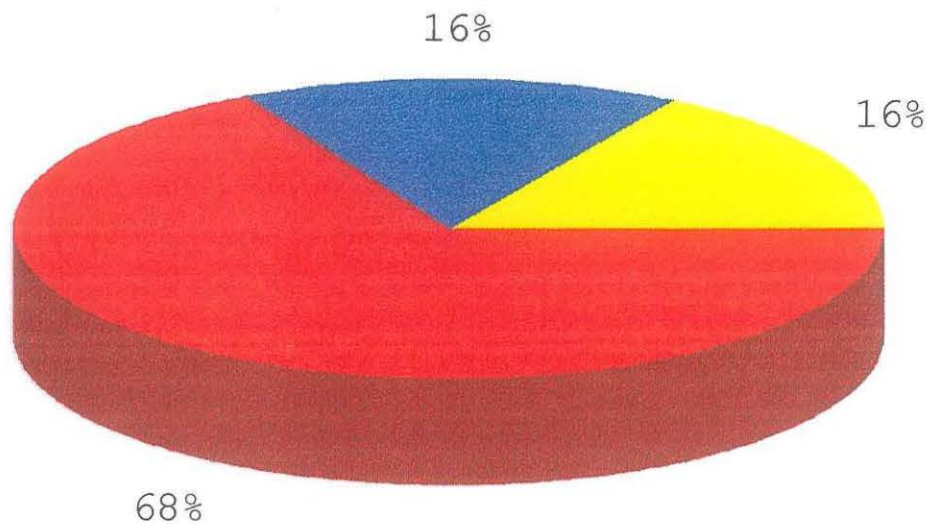
13.1 As demonstrações dos fluxos de fundos contribuem para a prevenção da insolvência?

opções de resposta		#	%
 sim		48	79%
 não		3	5%
 outra		10	16%
Totais		61	100%







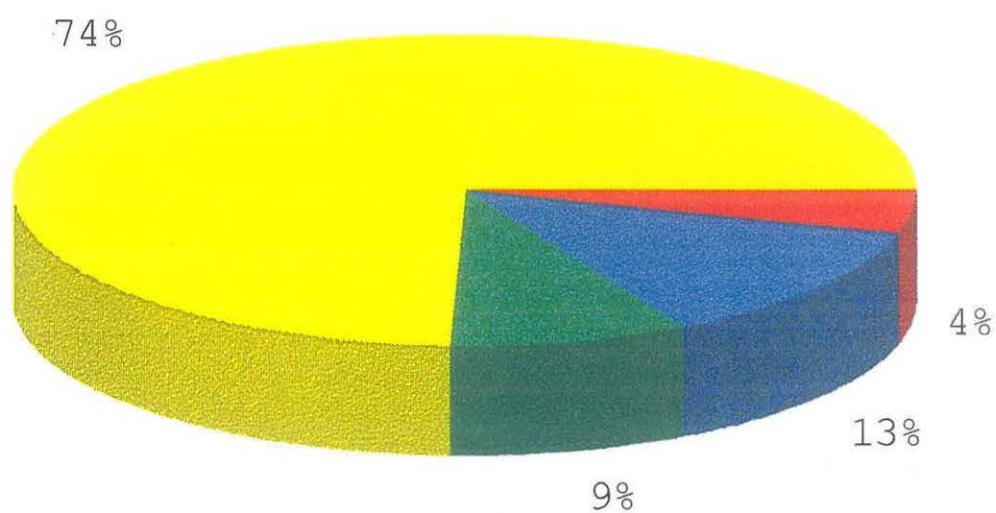
13.2 A demonstração dos fluxos de caixa contribui para a prevenção da insolvência?

opções de resposta		#	%
 sim		41	68%
 não		10	16%
 outra		10	16%
Totais		61	100%







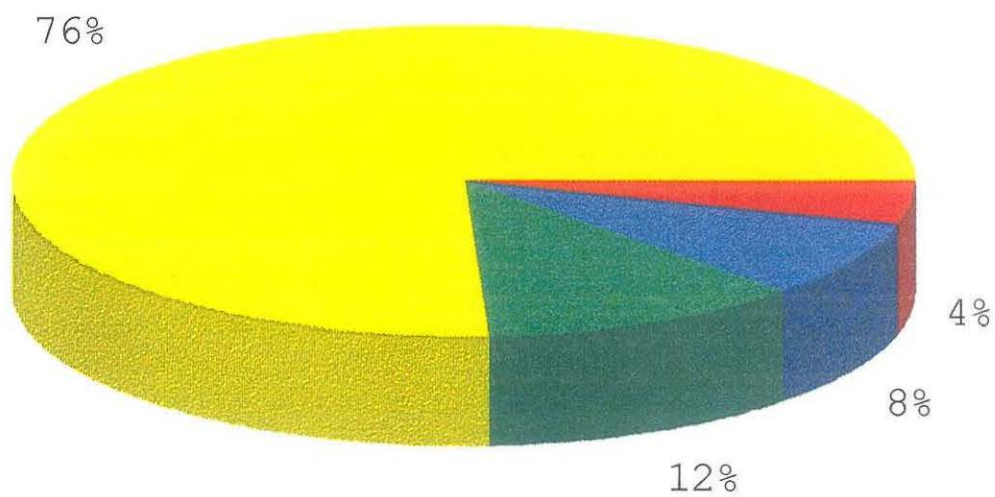
14.1 Refira três variáveis que, na sua opinião, melhor avaliam o desempenho?

respostas obtidas	#	%
 fluxos de caixa	8	4%
 relatório e contas, excepto a DFC	23	13%
 indicadores económico-financeiros	16	9%
 outra	136	74%
Totais	183	100%







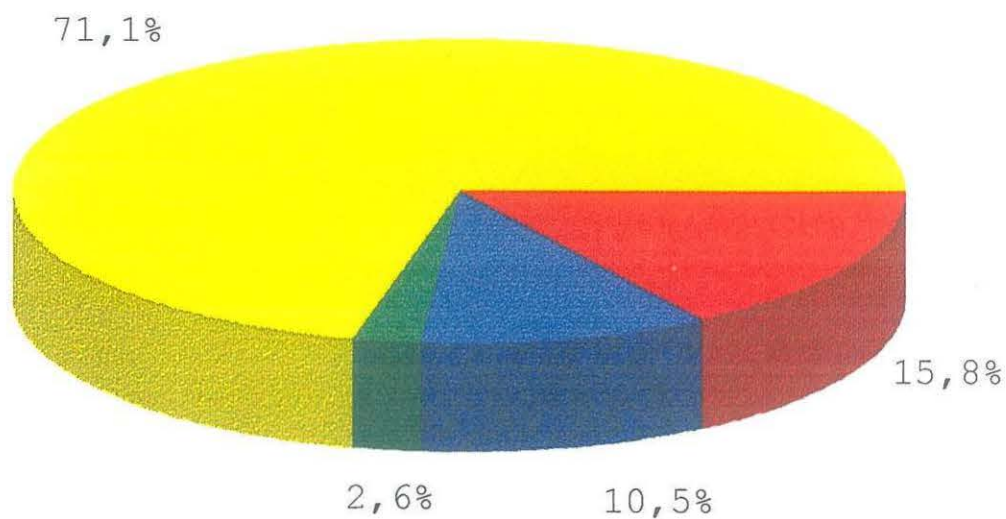
14.2 Refira três variáveis que, na sua opinião, melhor previnem a insolvência?

respostas obtidas	#	%
 fluxos de caixa	8	4%
 relatório e contas, excepto a DFC	15	8%
 indicadores económico-financeiros	21	12%
 outra	139	76%
Totais	183	100%







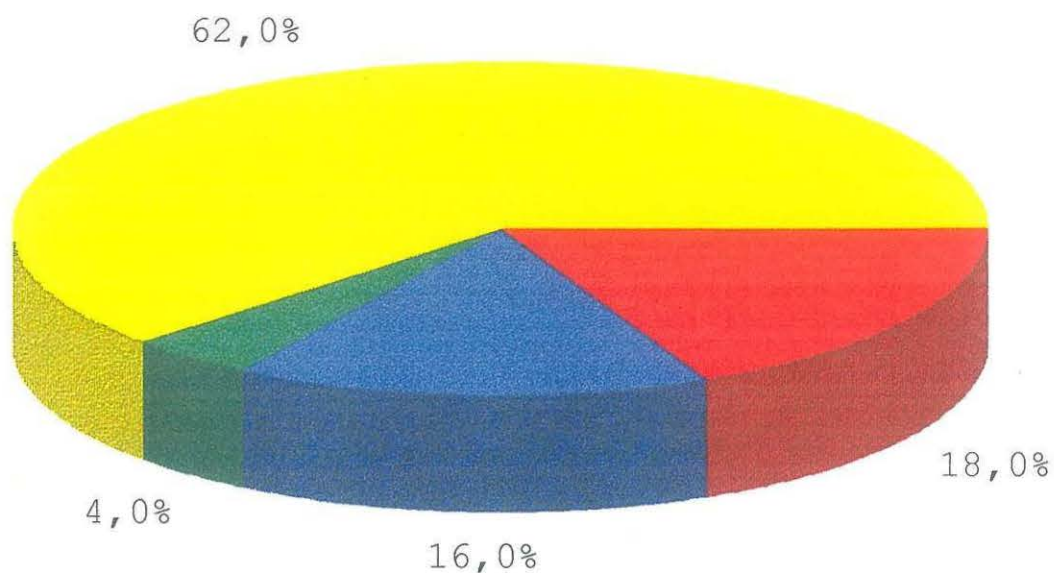
15.1 Refira três termos ou expressões que, na sua opinião, se identifiquem com "estrutura conceptual"?

respostas agrupadas		#	%
	"contas"	6	15,8%
	"normalização contabilística"	4	10,5%
	"fluxos de caixa"	1	2,6%
	sinónimos e outras	27	71,1%
Totais		38	100%







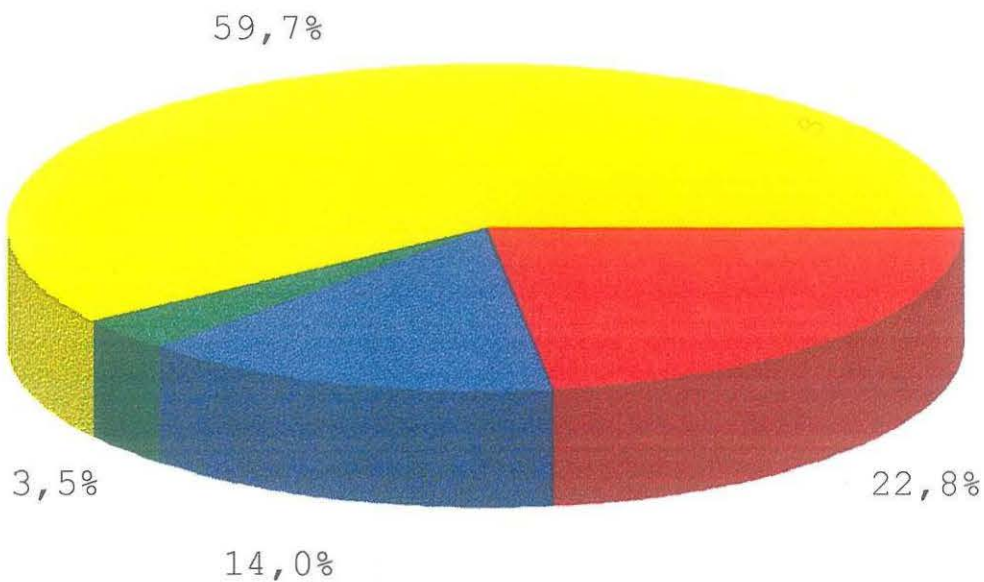
15.2 Refira três termos ou expressões que, na sua opinião, se identifiquem com "flexibilidade financeira"?

respostas agrupadas		#	%
	"financiamento" e "origens"	9	18,0%
	"investimento" e "aplicações"	8	16,0%
	"fluxos de caixa"	2	4,0%
	sinónimos e outras	31	62,0%
Totais		50	100%



15.3 Refira três termos ou expressões que, na sua opinião, se identifiquem com "fluxos de caixa"?

respostas agrupadas		#	%
	"tesouraria" e "disponibilidades"	13	22,8%
	"recebimentos" e "pagamentos"	8	14,0%
	"desempenho"	2	3,5%
	sinónimos e outras	34	59,7%
Totais		57	100%



### 3) Análise

Para proceder à análise e comentário aos resultados obtidos, dividimos as questões nas cinco partes já mencionadas.

Nas questões com resposta de opção, existe uma alternativa de resposta identificada como "outra".

É óbvio que o número de respostas não representa a amostra desejada, no entanto, constituem um indicador valioso sobre a utilidade dos fluxos de caixa, integrados numa estrutura conceptual em benefício da avaliação do desempenho e da prevenção da insolvência.

#### 3.1) Parte I - relativa à estrutura conceptual

Ao questionarmos se uma estrutura conceptual deve assentar em critérios micro ou macrologismológicos, apenas 23% dos inquiridos foram da opinião que uma estrutura conceptual deve basear-se em critérios macrologismológicos, enquanto que 36% responderam "não sei".

Confrontando a base do acréscimo com a base de caixa, observamos que 76% dos inquiridos preferem a base do acréscimo para a divulgação de informação mais adequada; 8% consideram "ambas importantes".

Por último, solicitamos a cada inquirido até três termos ou expressões identificáveis com "estrutura conceptual"; terão ficado surpreendidos e, talvez por isso, obtivemos apenas trinta e oito termos ou expressões: referem-se 71,1% a sinónimos, 15,8% às "contas", 10,5% à "normalização contabilística" e apenas um inquirido (2,6%) mencionou os "fluxos de caixa".

Os resultados obtidos manifestam uma tendência para compreender uma estrutura conceptual alicerçada em aspectos micrologismológicos e, no essencial, relacionados com as contas e com a normalização contabilística. A informação preparada em conformidade com o plano oficial de contabilidade, actualmente em vigor, terá originado uma preferência pela base do acréscimo.

### **3.2) Parte II - relativa aos fluxos de fundos**

Registamos que 77% dos inquiridos conhecem e utilizam a demonstração da origem e da aplicação de fundos e a demonstração das variações dos fundos circulantes; no entanto, uma parcela razoável (16%) desconhece estas demonstrações, o que consideramos ser um aspecto menos positivo.

Todavia, é aceite por 67% dos inquiridos que as demonstrações dos fluxos de fundos perdem relevância com a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Julgamos que os resultados obtidos reflectem a utilidade reconhecida às demonstrações dos fluxos de fundos ainda que, actualmente, estas sejam colocadas em causa pela demonstração dos fluxos de caixa.

### **3.3) Parte III - relativa aos fluxos de caixa**

Contando com a fraca divulgação das normas internacionais emitidas pelo IASC, foi agradável verificarmos que 80% dos inquiridos conhecem o conteúdo da norma internacional de contabilidade n.º 7; observamos uma ligeira diferença para a directriz contabilística n.º 14, da responsabilidade da CNC, que é conhecida perfeitamente por 72% dos inquiridos.

Como já foi referido, 67% dos inquiridos acreditam que a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa retira importância às demonstrações dos fluxos de fundos.

A participação na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa foi confirmada por 57% dos inquiridos; destes, 41% acreditam que a informação que esta demonstração proporciona não passa despercebida aos órgãos que definem os destinos de uma empresa.

Na opinião dos inquiridos, os fluxos de caixa relativos ao financiamento são os mais simples de apurar enquanto que, 48%

acham que devem ser utilizados os métodos directo e indirecto na apresentação dos fluxos da actividade operacional.

Dividem-se as opiniões quanto ao método que proporciona informação mais útil, na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa: 33% preferem o método directo e 31% preferem o método indirecto; apenas dois inquiridos responderam "ambos os métodos".

Obtivemos, dos inquiridos, apenas cinquenta termos ou expressões identificáveis com "flexibilidade financeira": referem-se, 62% a sinónimos, 18% a "financiamento" e "origens", 16% a "investimento" e "aplicações" e apenas dois inquiridos (4%) mencionaram "fluxos de caixa".

Solicitamos, ainda, a cada inquirido, até três termos ou expressões identificáveis com "fluxos de caixa" e obtivemos apenas cinquenta e sete termos ou expressões: 59,7% referem-se a sinónimos, 22,8% à "tesouraria" e "disponibilidades", 14% aos "recebimentos" e "pagamentos" e apenas dois inquiridos (3,5%) mencionaram "desempenho".

Os resultados obtidos evidenciam que a demonstração dos fluxos de caixa é preparada e apresentada pela maioria dos peritos contabilistas; na opinião destes as demonstrações dos fluxos de fundos perderam importância.

Não nos parece existir preferência pelo método, directo ou indirecto, no apuramento dos fluxos de caixa relativos às actividades operacionais.

A escassez e o conteúdo das respostas demonstram uma certa dificuldade em associar o desempenho aos fluxos de caixa e estes à flexibilidade financeira.

#### **3.4) Parte IV - relativa à avaliação do desempenho**

A maioria (87%) dos inquiridos são da opinião que a avaliação do desempenho é possível através do balanço, da demonstração dos resultados, do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, das demonstrações dos fluxos de fundos e da demonstração dos fluxos de caixa. Porém, a referência às variáveis que melhor avaliam o desempenho sugere uma contradição: exclui a demonstração dos fluxos de caixa como elemento fundamental na avaliação do desempenho.

#### **3.5) Parte V - relativa à prevenção da insolvência**

Os inquiridos são da opinião que as demonstrações dos fluxos de fundos e a demonstração dos fluxos de caixa contribuem para a prevenção da insolvência. No entanto, a referência às variáveis que melhor previnem a insolvência confirma uma contradição: apenas 4% dos inquiridos consideram

os fluxos de caixa uma variável fundamental na prevenção da insolvência.

Os indicadores económico-financeiros são considerados variáveis de maior confiança na determinação de situações de insolvência.

#### **4) Conclusões**

A maioria dos peritos contabilistas aceita que uma estrutura conceptual deve assentar na técnica de delineamento de planos, cuja concepção deve ser cuidadosa e isenta de erros.

A utilização do plano oficial de contabilidade, autêntico esteio na normalização contabilística, parece levar a aceitar que a base do acréscimo proporciona informação mais adequada.

Preparar e apresentar as demonstrações dos fluxos de fundos é tarefa para a qual a maioria dos peritos contabilistas parecem estar vocacionados, razão pela qual aquelas demonstrações sejam consideradas importantes.

A demonstração dos fluxos de caixa que, na opinião dos inquiridos, irá ocupar o lugar das demonstrações dos fluxos de fundos, proporciona informação que não passa despercebida aos administradores, directores ou gerentes.

Parece ser indiferente a escolha do método, directo ou indirecto, para a determinação dos fluxos de caixa relativos à actividade operacional.

Admitir que a demonstração dos fluxos de caixa é um instrumento com utilidade, na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência, assumiu contornos de inconsistência uma vez que poucos inquiridos associaram os fluxos de caixa à avaliação do desempenho e à prevenção da insolvência.

Perante a tendência que, a nível internacional, se acentua relativamente à utilidade da demonstração dos fluxos de caixa, julgamos que este inquérito vem evidenciar a forma como os peritos contabilistas encaram a mudança.

Acreditamos que esta dissertação sirva para confirmar a utilidade da demonstração dos fluxos de caixa, como elemento integrante duma estrutura conceptual, na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência.

**Apêndice II**

Apêndice II <sup>115</sup>

Caso 1 - Sociedade Comercial Alfa (teve lucro mas... não ganhou dinheiro!)

1. Informações sobre o património:

	31.12.n-1	31.12.n
ACTIVO		
Imobilizações corpóreas	138 357	163 938
(Reintegrações acumuladas)	- 34 593	- 57 198
Existências	527 099	573 079
Clientes	424 376	460 154
Disponibilidades	21 380	17 989
Σ ACTIVO	1 076 619	1 157 962
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	250 000	700 000
Reservas	620 110	215 404
Resultado líquido	25 294	30 027
Σ CAPITAL PRÓPRIO	895 404	945 431
PASSIVO		
Instituições de crédito	57 261	77 353
Fornecedores	58 340	62 910
Estado	47 403	52 128
Acréscimos de custos	18 211	20 140
Σ PASSIVO	181 215	212 531
Σ (CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO)	1 076 619	1 157 962

<sup>115</sup> Adaptação de Gastambide Fernandes (1994: 14-25 e 32-45)

2. Informações sobre os resultados:

		<b>exercício.n</b>
Vendas		1 783 095
Custo das vendas		
Existências iniciais	- 527 099	
Compras	- 1 483 616	
Existências finais	573 079	- 1 437 636
	<b>MARGEM BRUTA</b>	<u>345 459</u>
Fornecimentos e serviços externos	- 56 450	
Custos com o pessoal	- 197 893	
Custos financeiros	- 15 984	
Reintegrações do exercício	- 22 605	- 292 932
Resultado antes de impostos		<u>52 527</u>
Imposto sobre o rendimento		- 22 500
Resultado líquido		<u><u>30 027</u></u>

3. Informações sobre impostos:

	<b>exercício.n-1</b>	<b>exercício.n</b>
Estado - IVA	43 778	47 088
Estado - IRC	3 625	5 040
IVA liquidado		285 295
IVA dedutível		243 910
IVA incluído em clientes	58 535	63 470
IVA incluído em fornecedores	8 047	8 678

4. Informações sobre o investimento e o financiamento:

	exercício.n
Δ <sup>+</sup> imobilizações corpóreas (pronto pagamento)	25 581
Δ <sup>+</sup> empréstimos obtidos	62 592
Δ <sup>-</sup> empréstimos obtidos (amortizações)	42 500

5. Distribuição do resultado líquido do exercício.n-1:

	exercício.n
Distribuição	10 000
Reservas	15 294

6. Resolução:

**Fluxos de caixa - método directo, identificando o IVA**

Cálculos

Pagamentos a fornecedores e recebimentos de clientes:

	Fornecedores	Clientes
Saldo inicial	58 340	424 376
IVA incluído no saldo inicial	- 8 047	- 58 535
Vendas		1 783 095
Compras	1 483 616	
Fornecimentos e serviços externos	56 450	
Saldo final	- 62 910	- 460 154
IVA incluído no saldo final	8 678	63 470
	1 536 127	1 752 252

Pagamentos ao pessoal:

	<b>Pessoal</b>
Acréscimos de custos, n-1	18 211
Custos com o pessoal	197 893
Acréscimos de custos, n	- 20 140
	<u>195 964</u>

Pagamentos e recebimentos de IVA:

	<b>Fornecedores</b>	<b>Clientes</b>	<b>Estado</b>
IVA incluído, n-1	8 047	58 535	- 43 778
IVA liquidado		285 295	- 285 295
IVA dedutível	243 910		243 910
IVA incluído, n	- 8 678	- 63 470	47 088
	<u>243 279</u>	<u>280 360</u>	<u>- 38 075</u>

Resumo do IVA:

	<b>exercício.n</b>
IVA pago a fornecedores	- 243 279
IVA recebido de clientes	280 360
IVA pago ao Estado	- 38 075
	<u>- 994</u>

Pagamento de IRC:

	<b>Pessoal</b>
Estado (IRC), n-1	3 625
IRC estimado	22 500
Estado (IRC), n	- 5 040
	<hr/>
	21 085
	<hr/> <hr/>

Recebimentos no aumento do capital:

	<b>exercício.n</b>
Capital, n - Capital, n-1	450 000
(Reservas, n - Reservas, n-1 + $\Delta^+$ Reservas)	- 420 000
	<hr/>
	30 000
	<hr/> <hr/>

Demonstração dos fluxos de caixa  
método directo, identificando o IVA

exercício.n

ACTIVIDADES OPERACIONAIS

Recebimentos de clientes	1 752 252	
Pagamentos a fornecedores	- 1 536 127	
Pagamentos ao pessoal	- 195 964	

FLUXO GERADO PELAS OPERAÇÕES 20 161

Movimento de IVA - 994

Pagamento de IRC - 21 085

**FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS**

- 1 918

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

Pagamentos respeitantes a:

Imobilizações corpóreas - 25 581 - 25 581

**FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO**

- 25 581

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Recebimentos provenientes de:

Empréstimos obtidos 62 592

Aumento de capital 30 000 92 592

Pagamentos respeitantes a:

Empréstimos obtidos - 42 500

Juros e custos similares - 15 984

Lucros - 10 000 - 68 484

**FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

24 108

Variação de caixa e s/equivalentes - 3 391

Caixa e s/equivalentes iniciais 21 380

Caixa e s/equivalentes finais 17 989

**Fluxos de caixa - método directo, não identificando o IVA**

Cálculos

Pagamentos a fornecedores e recebimentos de clientes:

	<b>Fornecedores</b>	<b>Clientes</b>
Saldo inicial	58 340	424 376
Vendas		1 783 095
IVA liquidado		285 295
Compras	1 483 616	
Fornecimentos e serviços externos	56 450	
IVA dedutível	243 910	
Saldo final	<u>-62 910</u>	<u>- 460 154</u>
	<u>1 779 406</u>	<u>2 032 612</u>

Pagamentos ao pessoal:

(ver cálculos - método directo, identificando o IVA)

Resumo do IVA:

	<b>Estado</b>
Estado - IVA, n-1	- 43 778
IVA liquidado	- 285 295
IVA dedutível	243 910
Estado - IVA, n	<u>47 088</u>
	<u>- 38 075</u>

Pagamento de IRC:

(ver cálculos - método directo, identificando o IVA)

Recebimentos no aumento do capital:

(ver cálculos - método directo, identificando o IVA)

Demonstração dos fluxos de caixa  
método directo, não identificando o IVA

exercício.n

ACTIVIDADES OPERACIONAIS

Recebimentos de clientes	2 032 612	
Pagamentos a fornecedores	- 1 779 406	
Pagamentos ao pessoal	- 195 964	
	20 161	
FLUXO GERADO PELAS OPERAÇÕES	20 161	
Movimento de IVA	- 38 075	
Pagamento de IRC	- 21 085	

**FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS**

- 1 918

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

Pagamentos respeitantes a:

Imobilizações corpóreas	- 25 581	- 25 581
-------------------------	----------	----------

**FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO**

- 25 581

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Recebimentos provenientes de:

Empréstimos obtidos	62 592	
Aumento de capital	30 000	92 592

Pagamentos respeitantes a:

Empréstimos obtidos	- 42 500	
Juros e custos similares	- 15 984	
Lucros	- 10 000	- 68 484

**FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

24 108

Variação de caixa e s/equivalentes		- 3 391
Caixa e s/equivalentes iniciais		21 380
Caixa e s/equivalentes finais		17 989

**Fluxos de caixa - método indirecto**

Demonstração dos fluxos de caixa - método indirecto

		exercício.n
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado líquido do exercício	30 027	
<b>AJUSTAMENTOS</b>		
Reintegrações	22 605	
Resultados financeiros	15 984	
Aumento das dívidas de terceiros	- 35 778	
Aumento de existências	- 45 980	
Aumento das dívidas a terceiros	9 295	
Aumento dos acréscimos de custos	1 929	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		- 1 918
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	- 25 581	- 25 581
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		- 25 581
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	62 592	
Aumento de capital	30 000	92 592
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	- 42 500	
Juros e custos similares	- 15 984	
Lucros	- 10 000	- 68 484
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		24 108
Variação de caixa e s/equivalentes		- 3 391
Caixa e s/equivalentes iniciais		21 380
Caixa e s/equivalentes finais		17 989

**Caso 2 - Sociedade Industrial Beta (teve prejuízo mas... ganhou dinheiro!)**

1. Informações sobre o património:

	31.12.n-1	31.12.n
<b>ACTIVO</b>		
Imobilizações corpóreas	2 564 230	2 826 205
(Reintegrações acumuladas)	- 458 211	- 698 586
Investimentos financeiros	0	73 500
Existências	487 093	551 577
Clientes	535 476	583 083
Disponibilidades	54 233	57 258
<b>Σ ACTIVO</b>	<b>3 182 821</b>	<b>3 393 037</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
Capital	410 000	500 000
Resultados transitados	- 256 897	- 313 299
Resultado líquido	- 56 402	- 60 684
<b>Σ CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>96 701</b>	<b>126 017</b>
<b>PASSIVO</b>		
Instituições de crédito	2 527 707	2 689 213
Fornecedores	354 021	398 699
Sócios	40 000	0
Estado	28 752	31 908
Acréscimos de custos	135 640	147 200
<b>Σ PASSIVO</b>	<b>3 086 120</b>	<b>3 267 020</b>
<b>Σ (CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO)</b>	<b>3 182 821</b>	<b>3 393 037</b>

2. Informações sobre os resultados:

		<b>exercício.n</b>
Vendas		4 325 644
Custo das vendas		
Existências iniciais	- 487 093	
Compras	- 2 576 469	
Existências finais	551 577	- 2 511 985
	<b>MARGEM BRUTA</b>	<u>1 813 659</u>
Proveitos financeiros	4 241	
Fornecimentos e serviços externos	- 316 224	
Custos com o pessoal	- 843 017	
Custos financeiros	- 478 968	
Reintegrações do exercício	- 240 375	- 1 874 343
Resultado líquido		<u><u>- 60 684</u></u>

3. Informações sobre impostos:

	<b>exercício.n-1</b>	<b>exercício.n</b>
Estado - IVA	28 752	31 908
Estado - IRC	0	0
IVA liquidado		584 750
IVA dedutível		350 812
IVA incluído em clientes	72 984	79 662
IVA incluído em fornecedores	47 915	52 041

4. Aumento de capital:

	<b>exercício.n</b>
Dinheiro	50 000
Conversão de empréstimos dos sócios	40 000

5. Informações sobre o investimento e o financiamento:

	exercício.n-1	exercício.n
Δ <sup>+</sup> imobilizações corpóreas (pronto pagamento)		261 975
Δ <sup>+</sup> investimentos financeiros (pronto pagamento)		70 000
Δ <sup>+</sup> empréstimos obtidos		500 000
Δ <sup>-</sup> empréstimos obtidos (amortizações)		367 139
Juros contados		458 347
Juros incluídos	14 980	43 625

6. Movimento de juros:

	Fornecedores	Clientes
Juros contados	14 810	741
Juros incluídos, n-1	1 694	24
Juros incluídos, n	3 116	114

7. Resolução:

**Fluxos de caixa - método directo, identificando o IVA**

Cálculos

Pagamentos a fornecedores e recebimentos de clientes:

	Fornecedores	Clientes
Saldo inicial	354 021	535 476
Juros incluídos no saldo inicial	- 1 694	- 24
IVA incluído no saldo inicial	- 47 915	- 72 984
Vendas		4 325 644
Compras	2 576 469	
Fornecimentos e serviços externos	316 224	
Saldo final	- 398 699	- 583 083
Juros incluídos no saldo final	3 116	114
IVA incluído no saldo final	52 041	79 662
	2 853 563	4 284 805

Pagamentos ao pessoal:

	<b>Pessoal</b>
Acréscimos de custos, n-1	135 640
Custos com o pessoal	843 017
Acréscimos de custos, n	- 147 200
	<u>831 457</u>

Pagamentos e recebimentos de IVA:

	<b>Fornecedores</b>	<b>Clientes</b>	<b>Estado</b>
IVA incluído, n-1	47 915	72 984	- 28 752
IVA liquidado		584 750	- 584 750
IVA dedutível	350 812		350 812
IVA incluído, n	- 52 041	- 79 662	31 908
	<u>346 686</u>	<u>578 072</u>	<u>- 230 782</u>

Resumo do IVA:

	<b>exercício.n</b>
IVA pago a fornecedores	- 346 686
IVA recebido de clientes	578 072
IVA pago ao Estado	- 230 782
	<u>604</u>

Pagamentos e recebimentos de juros:

	Fornecedores	Clientes	Empréstimos
Juros contados	14 810	741	458 347
Juros incluídos, n-1	1 694	24	14 980
Juros incluídos, n	- 3 116	- 114	- 43 625
	<u>13 388</u>	<u>651</u>	<u>429 702</u>

Pagamentos de outros juros:

	exercício.n
Juros totais	478 968
Juros pagos a fornecedores	- 14 810
Juros pagos de empréstimos	- 458 347
Outros juros	<u>5 811</u>

Demonstração dos fluxos de caixa  
método directo, identificando o IVA

		<b>exercício.n</b>
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	4 284 805	
Pagamentos a fornecedores	- 2 853 563	
Pagamentos ao pessoal	- 831 457	
	599 785	
FLUXO GERADO PELAS OPERAÇÕES		
Movimento de IVA	604	
Pagamento de IRC	0	
		600 389
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e proveitos similares	651	651
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	- 261 975	
Investimentos financeiros	- 70 000	- 331 975
		- 331 324
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	500 000	
Aumento de capital	50 000	550 000
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	- 367 139	
Juros e custos similares	- 448 901	- 816 040
		- 266 040
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Variação de caixa e s/equivalentes		3 025
Caixa e s/equivalentes iniciais		54 233
Caixa e s/equivalentes finais		57 258

**Fluxos de caixa - método directo, não identificando o IVA**

Cálculos

Pagamentos a fornecedores e recebimentos de clientes:

	<b>Fornecedores</b>	<b>Clientes</b>
Saldo inicial	354 021	535 476
Juros incluídos no saldo inicial	- 1 694	- 24
Vendas		4 325 644
IVA liquidado		584 750
Compras	2 576 469	
Fornecimentos e serviços externos	316 224	
IVA dedutível	350 812	
Saldo final	- 398 699	- 583 083
Juros incluídos no saldo final	3 116	114
	<u>3 200 249</u>	<u>4 862 877</u>

Pagamentos ao pessoal:

(ver cálculos - método directo, identificando o IVA)

Resumo do IVA:

	<b>Estado</b>
Estado - IVA, n	31 908
IVA dedutível	350 812
Estado - IVA, n-1	- 28 752
IVA liquidado	- 584 750
	<u>- 230 782</u>

Pagamentos e recebimentos de juros:

(ver cálculos - método directo, identificando o IVA)

Pagamentos de outros juros:

(ver cálculos - método directo, identificando o IVA)

Demonstração dos fluxos de caixa  
método directo, não identificando o IVA

		exercício.n
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	4 862 877	
Pagamentos a fornecedores	- 3 200 249	
Pagamentos ao pessoal	- 831 457	
	831 171	
FLUXO GERADO PELAS OPERAÇÕES		
Movimento de IVA	- 230 782	
Pagamento de IRC	0	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		600 389
 <b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e proveitos similares	651	651
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	- 261 975	
Investimentos financeiros	- 70 000	- 331 975
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		- 331 324
 <b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	500 000	
Aumento de capital	50 000	550 000
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	- 367 139	
Juros e custos similares	- 448 901	- 816 040
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		- 266 040
 Variação de caixa e s/equivalentes		
		3 025
Caixa e s/equivalentes iniciais		54 233
Caixa e s/equivalentes finais		57 258

**Fluxos de caixa - método indirecto**

Cálculos

Aumentos das dívidas de e a terceiros:

	<b>Fornecedores</b>	<b>Clientes</b>
Saldo inicial	- 354 021	- 535 476
Juros incluídos no saldo inicial	1 694	24
Saldo final	398 699	583 083
Juros incluídos no saldo final	- 3 116	- 114
	<u>43 256</u>	<u>47 517</u>
$\Delta^+$ Estado	<u>3 156</u>	<u>0</u>
	<u>46 412</u>	<u>47 517</u>

Demonstração dos fluxos de caixa - método indirecto

		exercício.n
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado líquido do exercício	- 60 684	
<b>AJUSTAMENTOS</b>		
Reintegrações	240 375	
Resultados financeiros	474 727	
Aumento das dívidas de terceiros	- 47 517	
Aumento das existências	- 64 484	
Aumento das dívidas a terceiros	46 412	
Aumento dos acréscimos de custos	11 560	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		600 389
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e proveitos similares	651	651
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	- 261 975	
Investimentos financeiros	- 70 000	- 331 975
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		- 331 324
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	500 000	
Aumento de capital	50 000	550 000
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	- 367 139	
Juros e custos similares	- 448 901	- 816 040
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		- 266 040
Variação de caixa e s/equivalentes		3 025
Caixa e s/equivalentes iniciais		54 233
Caixa e s/equivalentes finais		57 258

# Bibliografia

## Bibliografia

- ACCOUNTING ADVISORY FORUM (1995): Cash flow statements - draft for discussion purposes only; Working document for Accounting Advisory Forum XV/6008/94-Rev.3; edição da AAF; Bruxelas
- ALEXANDER, David e NOBES, Christopher (1994): A european introduction to financial accounting; Prentice Hall; Hertfordshire
- ALVES, Leopoldo A. (1994): Demonstração dos fluxos de caixa; Papeis de trabalho do seminário "Demonstração dos fluxos de caixa - directriz contabilística n.º 14" promovido pela Associação Portuguesa de Contabilistas, 21 de Junho; Porto
- AUBERT-KRIER, Jane (1988) Gestão e recursos financeiros; Curso superior de gestão de empresas VI, 4.ª edição; Editorial Presença; Lisboa
- BANCO DE PORTUGAL (1993): Manual de análise; Departamento de operações de crédito e mercados do Banco de Portugal; Lisboa
- BRAZ MACHADO, José R. (1983): Contabilidade financeira; Associação Portuguesa de Contabilistas; Porto
- CAIADO, António P. e GIL, Primavera M. D. (1996): Fluxos de caixa, 2.ª edição; Rei dos Livros; Lisboa
- CARMONA MORENO, Salvador e CARRASCO FENECH, Francisco (1994): Estados contables; Mc Graw Hill; Madrid
- CENTRO DE ESTUDIOS FINANCIEROS (1995): Plan general de contabilidad; Ediciones Estudios Financieros; Madrid

- CHADWICK, Leslie (1991): The essence of financial accounting;  
The essence of management series; Prentice Hall;  
Hertfordshire; pp 92-113
- CHOPPING, David e SKERRATT, Len (1996): Applying GAAP 1996/97 -  
a practical guide to financial reporting; Institute of  
Chartered Accountants of England & Wales; pp 479-515
- COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS (1993a):  
Demonstração dos fluxos de caixa; Regulamento n.º 93/11;  
Diário da República - série II, n.º 293, de 17 de Dezembro  
de 1993
- COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS (1993b):  
Demonstração dos fluxos de caixa; Recomendação n.º 93/1,  
28 de Dezembro
- COSTA, J. Almeida e MELO, A. Sampaio e (1982): Dicionário da  
língua portuguesa, 5.ª edição; Porto Editora; Porto
- CUADRADO EBRERO, Amparo (1983): Cash-flow y flujo de recursos;  
Instituto de Planificación Contable, Ministerio de  
Economía y Hacienda; Madrid
- ECO, Umberto (1995): Como se faz uma tese em ciências humanas,  
6.ª edição; Biblioteca de textos universitários n.º 10;  
Editorial Presença; Lisboa
- FARINHA, Jorge B. R. B. (1993): Análise do cash-flow das  
empresas: empresas não financeiras; Instituto de Estudos  
Superiores Financeiros, opúsculo n.º 14; Edições ASA;  
Porto
- FELÍCIO, J. Augusto (1995): "Meios libertos líquidos e cash-  
flow"; Pequena e média empresa, n.º 16, pp 72-77

- FERNANDES, Gastambide (1994): Directriz contabilística n.º 14 da Comissão de Normalização Contabilística - demonstração dos fluxos de caixa; dossier de formação contínua da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas; Lisboa
- FERREIRA, Rogério F. (1985): Lições de gestão financeira, vol. I; Livraria Arnado; Coimbra
- FERRUZ AGUDO, Luis (1995): "Flujos de caja descontados, tasa de retorno o performance del capital: una aproximación empresarial con sesgo financiero"; em AAVV: Contabilidad y finanzas para la toma de decisiones - Libro homenaje a Federico Leach Albert; Departamento de Contabilidad y Finanzas, Universidad de Zaragoza; Zaragoza; pp 543-568
- FLORES CABALLERO, Manuel (1996): "La caja generada y el estado de flujos de tesorería EFT"; em AAVV: VII Encuentro de Profesores Universitarios de Contabilidad; Centro de Estudios Financieros e Departament de Comptabilitat, Universitat de Barcelona; Barcelona; pp 725-740
- FRADA, João J. C. (1994): Guia prático para elaboração e apresentação de trabalhos científicos, 4.ª edição; Edições Cosmos; Lisboa
- GABÁS TRIGO, Francisco (1991): "El marco conceptual de la contabilidad financiera"; Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas, n.º 17; Madrid
- GAY SALUDAS, José M.ª (1996): "Reflexiones en torno a la relatividad del resultado contable"; em AAVV: VII Encuentro de Profesores Universitarios de Contabilidad; Centro de Estudios Financieros e Departament de Comptabilitat, Universitat de Barcelona; Barcelona; pp 629-653

GINER INCHAUSTI, Begoña e Outros (1996): "La contribución de los flujos de fondos contables a la evaluación del riesgo sistemático"; em AAVV: VII Encuentro de Profesores Universitarios de Contabilidad; Centro de Estudios Financieros e Departament de Comptabilitat, Universitat de Barcelona; Barcelona; pp 701-724

GINER INCHAUSTI, Begoña e SANCHO PÉREZ, Amparo (1996): "Análisis dinámico de la capacidad de los flujos de fondos para determinar los futuros flujos de caja"; Revista española de financiación y contabilidad, vol. XXV, n.º 86, pp 9-34

HANGLIN, Francis P. (1985): O cash-flow; Editora Orfeu; Porto

HELMKAMP, John G. (1990): Managerial accounting, second edition; John Wiley & Sons; Singapore

HOPKINS, Leon (1995): Que é o cash flow?; Biblioteca básica de gestão n.º 2; Lyon Multimédia Edições; Mem Martins

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD COMMITTEE (1989): Estrutura conceptual para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras; tradução da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas inserida no Manual do Revisor Oficial de Contas; Lisboa

(1992): Demonstrações de fluxos de caixa; Norma internacional de contabilidade n.º 7; tradução da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas inserida no Manual do Revisor Oficial de Contas; Lisboa

(1996): Presentation of financial statements; Exposure Draft E53; Proposed International Accounting Standard; London; pp 42

LAÍNEZ GADEA, José e PÉREZ-GRUESO, Ana (1995): "La utilidad del marco conceptual como herramienta de normalización. Análisis de la reciente experiencia del IASC"; Revista española de financiación y contabilidad, vol. XXIV, n.º 85, pp 1117-1146

MENEZES, H. Caldeira (1991): Princípios de gestão financeira, 3.ª edição; Biblioteca de gestão moderna n.º 18; Editorial Presença; Lisboa

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (1993): Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência; Decreto-Lei n.º 132/93, Diário da República - série I-A, n.º 95, de 23 de Abril de 1993

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS - COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (1993): Demonstração dos fluxos de caixa; Directriz contabilística n.º 14; Diário da República - série II, n.º 79, de 5 de Abril de 1994

MORA ENGUÍDANOS, Araceli (1994): "Los modelos de predicción del fracaso empresarial - una aplicación empírica del logit"; Revista española de financiación y contabilidad, vol. XXIII, n.º 78, pp 203-233

MORTAL, A. Baltazar (1993): As demonstrações de origem e aplicação de fundos e as demonstrações de cash-flow; dissertação para obtenção do grau de Mestre em Gestão; Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa; Lisboa

(1994): Dualidade básica do conceito de cash-flow; comunicação apresentada nas V jornadas de contabilidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e Associação Portuguesa de Contabilistas; Porto

- NEVADO PEÑA, Domingo e Outros (1996): "El estado de origen y aplicación de fondos como instrumento de análisis financiero"; em AAVV: VII Encuentro de Profesores Universitarios de Contabilidad; Centro de Estudios Financieros e Departament de Comptabilitat, Universitat de Barcelona; Barcelona; pp 487-503
- NEVES, J. Carvalho das (1992): Análise financeira - métodos e técnicas, 6.<sup>a</sup> edição; Texto Editora; Lisboa
- PESSOA, Fernando (1926): "Palavras iniciais"; Revista de contabilidade e comércio, vol. XLIX, n.º 193-196; pp 75
- PEYRARD, Josette (1992): Gestão financeira com exercícios; Biblioteca de economia n.º 28; Publicações Dom Quixote; Lisboa
- PORTO EDITORA (1992): Plano oficial de contabilidade, 22.<sup>a</sup> edição; Porto Editora; Porto
- RIBEIRO, Joaquim Ferreira (1986): Lições de teoria da contabilidade (geral); 2.º volume; Athena Editora; Porto
- RIBEIRO, José Manuel da Costa e Sousa Ferreira, (1995): "Considerações sobre a adaptação do plano de contas normalizado para uma determinação rigorosa dos fluxos de caixa"; Jornal de contabilidade, n.º 214; pp 1-15
- RIEBOLD, Gilbert (1981): O cash-flow; Coleção espiral; Rés Editora; Porto
- RIVERO ROMERO, José (1995): Contabilidad financiera; Editorial Trivium; Madrid
- ROCHE, Marc (1991): O controlo dos fluxos financeiros; Ediprisma; Lisboa

- RODRIGUES, José M.<sup>a</sup> (1983): Gestão da tesouraria; dissertação para obtenção do grau de Mestre em Gestão; Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa; Lisboa
- ROJO RAMIREZ, Alfonso A. (1990a): Estado de flujos de tesoreria. Presentacion; Técnica contable, n.º 496, Abril; pp 145-168
- (1990b): Estado de flujos de tesoreria. Presentacion; Técnica contable, n.º 497, Maio; pp 225-243
- (1995): Cash-flows statement: conceptual and practical problems, format and analysis of the company; comunicação apresentada no 18th annual congress of the European Accounting Association; Birmingham
- SÁ, A. Lopes de e SÁ, A. M.<sup>a</sup> Lopes de (1993): Dicionário de contabilidade, 8.<sup>a</sup> edição; Editora Atlas; São Paulo
- SANTOS, Arlindo F. (1991): Análise financeira - conceitos, técnicas e aplicações; Reimpressão; INIEF; Lisboa
- SILVA CRAVO, Domingos J. (1991): "Considerações em torno do paradigma da utilidade"; em AAVV: Actas das IV jornadas de contabilidade; Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro; Aveiro; pp 303-322
- SOMOZA LÓPEZ, Antonio (1996): "La utilización de variables de cash flow en la predicción de la insolvência empresarial: un análisis retrospectivo"; em AAVV: VII Encuentro de Profesores Universitarios de Contabilidad, Centro de Estudios Financieros e Departament de Comptabilitat, Universitat de Barcelona; Barcelona; pp 433-445

TERNISIEN, Michel (1995): "L'importance du concept de flux de trésorerie disponible"; Revue française de comptabilité, n.º 265, Março; pp 72-77

TUA PEREDA, Jorge (1996): "Necesitamos un marco conceptual?"; comunicação apresentada nas VI Jornadas de Contabilidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa; Lisboa

WEYGANDT, Jerry J. e KIESO, Donald E. (1992): Intermediate accounting, seventh edition; John Wiley & Sons; New York

WEYGANDT, Jerry J., KIESO, Donald E. e KELL, Walter G. (1993): Accounting principles, third edition; John Wiley & Sons; New York